

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

Sumário

PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS.....	4
1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	4
1.1 - Documentos Normativos	4
1.1.1 - Lei de Criação e estabelecimento da Finalidade da Empresa.....	4
1.1.2 - Estatuto Social.....	4
1.1.3 - Estrutura Orgânica.....	4
1.1.4 - Delegação de Competências.....	5
1.1.5 - Tabela de Unidades Gestoras	5
1.1.6 – Organograma	6
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - OBJETIVOS E METAS FISICAS E FINANCEIRAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS EM PROJETOS E ATIVIDADES.....	8
2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	8
2.2 - Competências Básicas.....	9
2.2.1 - Componentes Estratégicos.....	9
2.3 - Estratégia de Atuação	9
2.3.1 - Direcionamento Estratégico do SERPRO para o Ciclo 2008-2011.....	11
2.3.2 - Problemas.....	12
2.3.3 - Metas estratégicas.....	14
2.4 - Plano de Ações - Projetos Estratégicos.....	15
2.4.1– Plano Diretor de Tecnologia da Informação.....	20
2.5 - Programas sob a responsabilidade da Unidade	20
2.5.1 Ações do Plano Plurianual	20
2.6 – Desempenho Operacional.....	22
2.6.1 - Programação Orçamentária	22
a) Programação de Despesas Correntes – Não se aplica.....	22
b) Programação de Despesas de Capital – Investimentos	23
c) Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	23
d) Movimentação orçamentária por Grupo de Despesa - Não se aplica	23
2.6.2 – Execução Orçamentária.....	23
a) Execução Orçamentária de Créditos recebidos por Movimentação – Não se aplica.....	23
b) Execução Orçamentária por Programa de Governo – Não se aplica.....	23
c) Execução Física das Ações realizadas – Não se aplica	23
d) Despesas por Modalidade de Contratação - Empenhado/Liquidado	24
e) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	24
f) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	25
2.6.3 - Identificação dos Indicadores.....	26
2.6.4 - Análise do Desempenho dos Indicadores.....	26
3.PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Não se aplica	32
4.RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Não se aplica.....	32
5. INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS	32
5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - 31/12/2010	32
a) Servidores ativos	32
b) Composição do quadro Recursos Humanos por faixa etária	33
c) Composição do quadro recursos humanos por escolaridade	33
5.2 - Servidores inativos e pensionistas - 31/12/2010 – Não se aplica.....	33
5.3 - Composição do quadro de estagiários	33
5.4 – Quadro Custos Recursos Humanos – 2008 a 2010	34
5.5 - Contratos prestação de serviços com locação de mão de obra	34
a) Serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	34
b)Serviços apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e	

cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.	38
c) Distribuição do pessoal por contrato/região.....	42
d) Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-fim	47
5.6 - Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos	48
6. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS	52
6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	52
6.2 - Resumo dos Instrumentos celebrados pela Unidade – 2008, 2009, 2010.....	52
7. REGISTRO SISTEMA SINCOV E SIASG	52
7.1 - Registro Sistema SINCOV – Não se aplica.....	52
7.2 - Declaração Registro Sistema SIASG.....	53
8. DECLARAÇÃO IRPF	54
9. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE	55
9.1 - Análise de cada elemento.....	56
10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	59
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	60
11.1 - Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade....	60
11.2 - Bens Imóveis locados de terceiros.....	60
11.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	60
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA	61
13. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	61
14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	61
15. DELIBERAÇÕES ACÓRDÃOS TCU OU ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	62
16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	70
PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	79
1 - Demonstrações Contábeis – Lei 6404/76 e Notas Explicativas.....	79
2 - Composição Acionária.....	107
3 - Posição da Unidade como investidora – Não se aplica.....	107
4 - Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis.....	108
PARTE C - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE.....	110
1. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	110
1.1- Remuneração Mensal do Conselho Diretor – 01.01.2010 a 31.12.2010	110
1.2 - Remuneração Mensal do Conselho Fiscal 01.01.2010 a 31.12.2010.....	110
1.3 - Remuneração Conselho: Exercício 2008 a 2010	110
1.4 - Remuneração Diretoria Exercício 2008 a 2010	111
Remuneração Diretoria 2008, 2009, 2010.....	111
2 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	111
a) Identificação da Entidade (Nome/Razão Social e CNPJ)	111
b) Demonstrativo anual	111
c) Informações sobre Ações de Fiscalização.....	124

PARTE A - INFORMAÇÕES GERAIS

1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder	Executivo
Órgão de Vinculação	Ministério da Fazenda
Código do SIORG	000090
Nome completo da unidade e sigla	Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)
CNPJ	33.683.111/0001-07
Código na LOA	25207
Código da UJ titular do relatório	Gestão: 17205 – Serviço Federal de Processamento de Dados - UG Executora
Nome e código no SIAFI	25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados
Situação operacional	Em funcionamento.
Natureza jurídica	201-1 – Empresa Pública
Principal atividade econômica	126 - Tecnologia da Informação
Função de governo predominante	23 - Tecnologia e Serviço
Nome e código no SIAFI	25207 - Serviço Federal de Processamento de Dados
Endereço completo da sede	Setor de Grandes Áreas Norte Quadra 601, Módulo V, Brasília-DF, CEP 70836-900, (61)2021-8000 – Fax (61)2021-8531.
Endereço da página institucional na Internet	www.serpro.gov.br
Publicação Institucional	Revista Tema

1.1 - Documentos Normativos

1.1.1 - Lei de Criação e estabelecimento da Finalidade da Empresa.

As competências legais e finalidades do SERPRO foram estabelecidas por meio da Lei Nº 4.516, de 1 dezembro de 1964, modificada pela Lei Nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei Nº 9.649, de 27 de maio de 1998, e pela Lei Nº 12.249 de 11.06.2010.

1.1.2 - Estatuto Social

Decreto Nº 6.791 de 10 de março de 2009, publicado em 13.03.2009.

1.1.3 - Estrutura Orgânica

O SINOR WEB - Sistema de Informações Normativas, contém o arquivamento eletrônico de todos os documentos e informações que podem ser consultados com facilidade a qualquer tempo e compartilhado com os empregados.

a) Documentos de Estrutura publicados em 2010:

Resolução – OE 002 A /2010 de 01/02/2010 a 31/06/2010 – Estrutura Orgânica do Serviço Federal de Processamento de Dados.

Resolução - OE – 16A/2010 de 01/07/2010 – Adequar de acordo com a Deliberação DE 002/2010, aprovada em 24.06.2010, a Estrutura Orgânica do Serviço Federal de processamento de Dados.

1.1.4 - Delegação de Competências

Resolução – DE 003/2010 de 01/02/2010 a 31/01/2012 – Delegação Direta de Poderes a Titulares de Cargos de Direção e Chefia.

1.1.5 - Tabela de Unidades Gestoras

Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	
Código	Nome
803010	SERPRO - REGIONAL BRASILIA
803011	SERPRO - ESCRITORIO DE GOIANIA - GO
803012	SERPRO - ESCRITORIO DE CUIABA - MT
803013	SERPRO - ESCRITORIO DE CAMPO GRANDE - MS
803014	SERPRO - ESCRITORIO DE PALMAS - TO
803020	SERPRO - REGIONAL BELEM
803021	SERPRO - ESCRITORIO DE MANAUS - AM
803022	SERPRO - ESCRITORIO DE RIO BRANCO - AC
803023	SERPRO - ESCRITORIO DE MACAPA - AP
803024	SERPRO - ESCRITORIO DE BOA VISTA - RR
803025	SERPRO - ESCRITORIO DE PORTO VELHO - RO
803030	SERPRO - REGIONAL FORTALEZA
803031	SERPRO - ESCRITORIO DE SAO LUIS - MA
803032	SERPRO - ESCRITORIO DE TERESINA - PI
803040	SERPRO - REGIONAL RECIFE
803041	SERPRO - ESCRITORIO DE NATAL/RN
803042	SERPRO - ESCRITORIO DE MACEIO - AL
803044	SERPRO - ESCRITORIO DE JOAO PESSOA - PB
803050	SERPRO - REGIONAL SALVADOR
803051	SERPRO - ESCRITORIO DE ARACAJU SE
803060	SERPRO - REGIONAL BELO HORIZONTE
803070	SERPRO - REGIONAL RIO DE JANEIRO
803071	SERPRO - ESCRITORIO DE VITORIA
803080	SERPRO - REGIONAL SAO PAULO
803081	SERPRO- ATENDIMENTO ESCRITORIO DE SANTOS/SP
803082	ESCRITORIO RIBEIRAO PRETO
803083	SERPRO- ATENDIMENTO.ESCRITORIO S.J.RIO PRETO/SP
803084	SERPRO- ATENDIMENTO ESCRITORIO DE BAURU/SP
803085	SERPRO- ATEND.ESCRITORIO PRES.PRUDENTE/SP
803086	SERPRO- ATENDIMENTO ESCRITORIO DE CAMPINAS/SP
803088	SERPRO- ATENDIMENTO ESCRITORIO TAUBATE - SP
803090	SERPRO - REGIONAL CURITIBA
803091	SERPRO – REGIONAL FLORIANÓPOLES
803100	SERPRO - REGIONAL PORTO ALEGRE
806001	SERPRO- SEDE - DEPARTAMENTO FINANCEIRO
806030	SERPRO - SEDE
808001	DEPARTAMENTO GESTÃO CONTÁBIL
809901	DIVISÃO DE OPRÇAMENTO EMPRESARIAL
808011	ADMINISTRACAO FINANCEIRA – SUNAF
808016	ADMINISTRACAO FEDERAL - SUNMP
808018	SERVICOS ESPECIAIS - SUNSE
808024	SUPERINT.DE NEGOCIOS SISTEMAS CORPORATIVOS - SUPSC
808027	SUPERINT.DE RELAC.COM CLIENTES-NEGOC.ESTRATEG - SUNNE
808028	SUPERINT.DE DESENVOLVIMENTO - SUPDE
808029	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - SUNAC
808030	SUPERINT.DE RELAC. C/ CLIENTES SISTEMA.FAZEND. E JUDICIAIS-SUNFJ
808114	REDE - SUPRE
808117	GERENCIA DE SERVICOS - SUPGS
808118	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS - SUPGP
808119	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO FINANCEIRA - SUPGF
808120	SUPERINTENDENCIA DE GESTAO LOGISTICA - SUPGL

Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	
Código	Nome
808122	SUP. DE GESTAO DAS AQUISICOES E CONTRATOS - SUPGA
808127	SUP. DE PRODUTOS E SERVICOS - CENTRO DE DADOS - SUPCD
808130	COORD. DE GESTÃO DE CONTRATOS DE OPERACOES - COOGC
808031	SUPERINTENDÊNCIA DE SUPORTE À TECNOLOGIA – SUPST
808132	SUPERINTENDENCIA DE OPERAÇÕES – SUPOP
808133	SUPERINTENDENCIA DE SUPORTE E INFRA DE TIC
808210	DIRETORIA - DIRET
808211	AUDITORIA - AUDIG
808212	CONSULTORIA JURIDICA - COJUR
808214	GERENCIAMENTO EMPRESARIAL - SUPCO
808215	GESTAO EMPRESARIAL - INFORM. DE NEGOCIOS - SUPGE
808217	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECONOLOGIA- CETEC
808220	COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL- CECOM
808221	COORDENACAO ESTRATÉGIA DE REL.INSTITUIONAIS - CERIN
808223	COORDENACAO ESTRATÉGICA DE INCLUSAO DIGITAL - CEIDI
808225	COORDEN.STRAT.DE RESPONS.SOCIAL E CIDADANIA - CEREC
808229	COORDEN.ESCRITORIO ESTRATEGICO DE PROJETOS - COEEP
808240	UNIVERSIDADE CORPORATIVA – UNISE
808246	COORDENAÇÃO ESTRATEGICA SOFTWARE LIVRE-CESOL
808249	SUPERINTENDENCIA DE INT DE DADOS E PROCESSOS – SUNIT
808248	CORDENAÇÃO DE SOLUÇÃO CORPORATIVA DE COM. E COLABORAÇÃO-COSCC

1.1.6 – Organograma

Para desenvolver suas atividades, o Serpro está estruturado organizacionalmente em sete Diretorias, dentre eles, o Diretor-Presidente, o Diretor-Superintendente, que o substitui quando de seus impedimentos legais e eventuais, conforme estabelece o inciso I do art. 12 do Estatuto Social do Serpro, aprovado pelo Decreto no 6.791, de 10 de março de 2010, e os Diretores de Relacionamento com Cliente, de Operações, de Administração, de Gestão Empresarial e de Desenvolvimento.

Por intermédio da Deliberação DE – 002/2010, de 24 de junho de 2010, o Conselho Diretor, na forma prevista no inciso XII do art. 7º do Estatuto Social do Serpro, aprovou a área de atuação dos Diretores, bem como os órgãos a eles vinculados.

A Auditoria-Geral tem como missão assessorar a Alta Administração no desempenho de suas funções, fornecendo-lhe relatórios com informações resultantes de análises que subsidiam a avaliação do desempenho dos controles internos do Serpro.

A Consultoria Jurídica presta atendimento Consultivo, Judicial e Estratégico para a Direção da Empresa, garantindo segurança à tomada de decisão.

As Unidades de Relacionamento com Clientes têm como objetivo captar, tratar e tornar disponíveis informações que apoiem o Governo Federal de forma integrada, com o desenvolvimento de soluções baseadas nas mais modernas ferramentas de TIC.

As Unidades de Desenvolvimento objetivam a racionalização e melhor aproveitamento dos recursos de desenvolvimento de sistemas, focando na busca por maior produtividade das equipes e maior qualidade dos produtos entregues aos clientes, além de proverem suporte, alinhar, integrar e otimizar as tecnologias e processos relacionados ao desenvolvimento.

As Unidades de Operações têm como objetivo o fornecimento da infraestrutura tecnológica, envolvendo hospedagem de aplicações, servidores, armazenamento de dados, gerenciamento e administração de aplicações e serviços, redes virtuais privadas, locais e corporativas, convergência de dados, voz e vídeo, gerenciamento e administração de serviços, dentre outros, com elevados níveis de qualidade, segurança e competitividade.

As Unidades de Gestão Empresarial têm como objetivo realizar a gestão econômico- financeira, de modo a garantir a capacidade de investimento, transparência e sustentabilidade, gerando informações de gestão empresarial estruturadas, necessárias ao processo decisório da Empresa.

As Unidades de Administração têm como objetivo o desenvolvimento das pessoas, propiciando condições de evolução funcional, valorização, bem-estar e qualidade de vida, a adequação e a manutenção do ambiente físico da empresa e de todos os objetos que o compõem, o gerenciamento e normatização do processo de contratação de bens e serviços de qualquer natureza, e ainda a coordenação e articulação de ações de Responsabilidade Social e Cidadania, internas e externas.

Para fomentar, gerir, formular, coordenar e executar diretrizes relacionadas a assuntos corporativos estratégicos, essa gestão estabeleceu o tratamento diferenciado de alguns temas através das Coordenações Estratégicas que tem objetivo dar maior flexibilidade para o atendimento aos programas e projetos de governo, bem como reforçar o papel do Serpro na prestação dos serviços com agilidade e qualidade.

Ao Conselho Diretor compete fixar a política e diretrizes básicas do Serpro; aprovar o plano diretor plurianual; autorizar o Diretor-Presidente a delegar poderes a titulares de cargos de direção ou chefia para movimentação de fundos e a constituir mandatários, por prazo certo, para o mesmo fim; deliberar sobre as propostas orçamentárias; manifestar-se sobre os balanços patrimoniais e demonstrações financeiras para posterior encaminhamento ao Ministro de Estado da Fazenda, com fins de aprovação; e, por fim, deliberar sobre a criação de reservas de lucros.

Compete ainda, pronunciar-se, previamente à decisão do Ministro de Estado da Fazenda, sobre cisão, fusão ou incorporação do Serpro; deliberar, previamente ao encaminhamento para apreciação do mesmo Ministro, sobre o regulamento de licitação, o regulamento de pessoal, o quadro de pessoal, o plano de cargos e salários, os benefícios, vantagens e quaisquer outras parcelas que componham a retribuição dos empregados e alteração estatutária; e aprovar a escolha do Chefe da Auditoria, por indicação do Diretor-Presidente, além de manifestar-se previamente ao processo de contratação de auditores externos.

Autorizar a aquisição, a alienação e a oneração de bens imóveis, aprovar a criação, na estrutura da Empresa, de unidades vinculadas diretamente à Diretoria, definir, mediante proposta do Diretor-Presidente, as áreas de atuação dos Diretores, bem como as respectivas competências, decidir sobre as contratações, por prazo determinado, de pessoal técnico especializado, decidir sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor-Presidente, disciplinar a concessão de férias aos membros da Diretoria, definir a participação dos empregados nos lucros ou resultados e dirimir dúvidas emergentes de eventuais omissões do Estatuto.

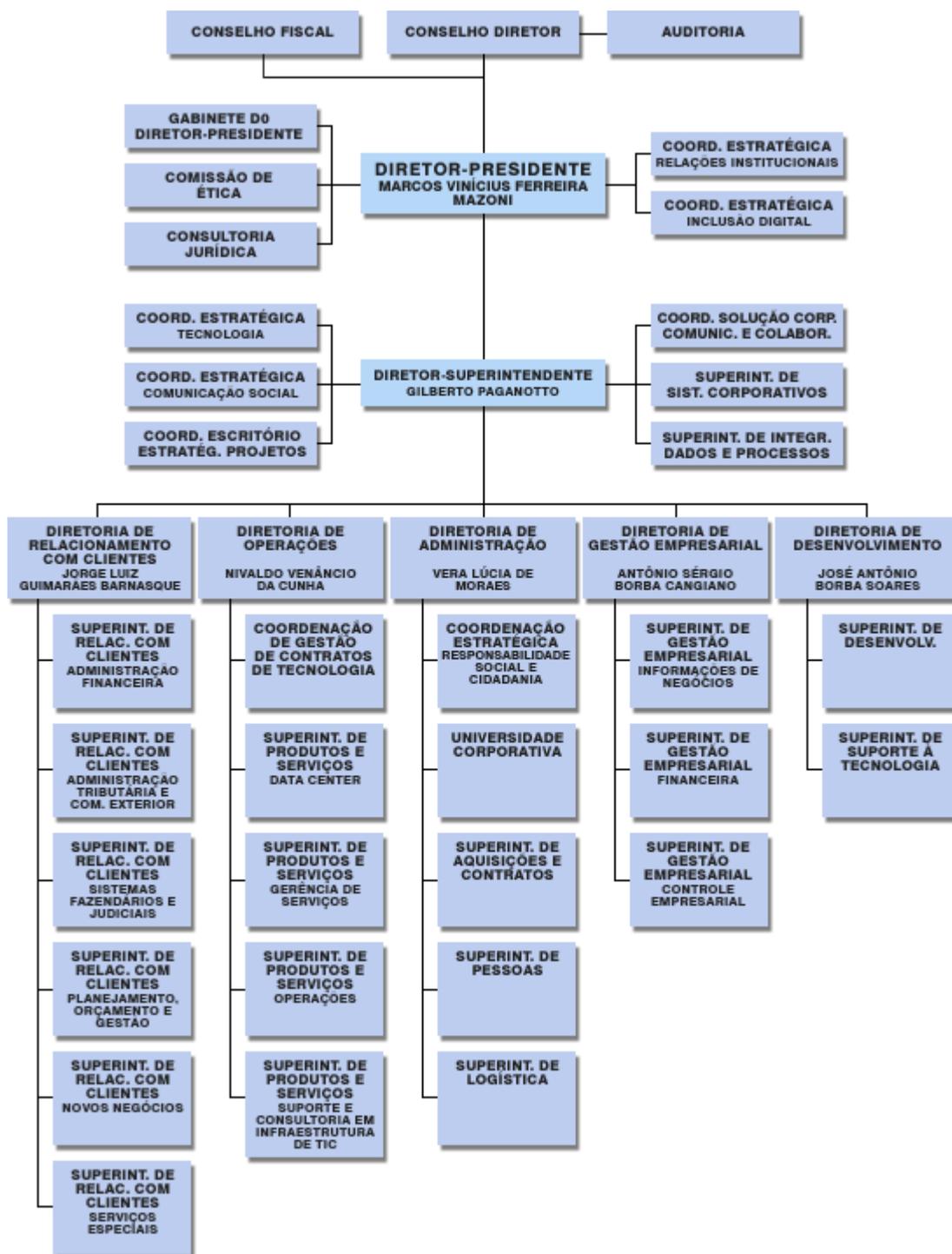
O Conselho Diretor é composto por quatro membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles o Presidente do Conselho e seu substituto, pelo Diretor-Presidente do Serpro e por um representante indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, com mandato de três anos, renovável por igual período.

Ao Conselho Fiscal compete, como representante da União, fiscalizar, denunciando erros e sugerindo providências, a ação dos administradores no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias. Também deve examinar as demonstrações financeiras, inclusive Relatório de Administração, emitindo pareceres sobre as demonstrações contábeis, as alterações de capital social, os planos de investimentos ou o orçamento de capital, a destinação de resultados, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Empresa ou sobre outros assuntos que forem submetidos pelo Conselho Diretor ou Diretoria.

Cabe-lhe, ainda, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, bem como solicitar e analisar documentos.

O Conselho é composto por três membros titulares e pelos respectivos suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Fazenda e, ainda, por um Secretário designado pela Empresa, tendo mandato de um ano, renovável por igual período.

Para melhor visualização da estrutura organizacional do Serpro, apresenta-se a seguir o seu organograma:



2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS EM PROJETOS E ATIVIDADES.

2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade

O Perfil Empresarial e a trajetória do SERPRO relacionam-se estreitamente com a história da Informática brasileira. Ao longo de seus 46 anos de existência, a empresa cumpre seu objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública Federal. De acordo com o estabelecido no Art. 3º do seu Estatuto Social, são finalidades do SERPRO:

- I - atender prioritariamente, com exclusividade, aos órgãos do Ministério da Fazenda;
- II - aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, mediante contratação;
- III - viabilizar soluções no campo da modernização e do apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;
- IV - atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- V - incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

Considerando tais finalidades, o SERPRO define os seus Componentes Estratégicos, fundamentando sua atuação e visando oferecer aos clientes soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC que lhes permitam a concentração nas suas atividades principais sustentadas por sistemas de informações necessários às suas operações.

2.2 - Competências Básicas

O SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei nº 4.516, de 01/12/1964, regida, atualmente, pela Lei nº 5.615, de 13/10/1970, e regulamentada pelo Decreto nº 6.791 de 10 de março de 2009. Com atuação em todo o território nacional, mantém-se com receitas provenientes de contratos de prestações de serviços, realizados junto ao seu segmento de mercado e, até Dezembro/2003, de transferências do Orçamento Geral da União – OGU. A partir de 2004, estas transferências foram extintas, passando o SERPRO a integrar o Programa de Dispêndios Globais – PDG.

O SERPRO desenvolve soluções em tecnologia da informação e comunicação voltadas às finanças públicas e às ações estruturadoras e integradoras relacionadas à gestão do Estado. Adicionalmente a essa atuação essencial, vem ampliando o seu papel no contexto da responsabilidade pública e social e auxiliando na formulação dos padrões de acessibilidade, propondo-se a ser o seu guardião, de modo a contribuir no direcionamento da inclusão social e digital.

2.2.1 - Componentes Estratégicos

Visão	Missão
Líder em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações para realização das Políticas Públicas do Governo Federal.	Prover e integrar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicações para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade.
Negócio	Produtos e Serviços
Tecnologia da Informação e Comunicações.	Sistemas de Informação; Serviços de Tecnologia da Informação e Integração de Soluções; Consultoria e Informações; Gestão de TIC dos Sistemas Estruturadores do Governo Federal.
Força Motriz	Fatores críticos
Capacidade de inovar e realizar.	Produtividade e eficiência; Disponibilidade e utilidade; Domínio tecnológico.
Premissas	Valores
Conquistar reconhecimento de Clientes, Estado e Sociedade; Prestar serviços com pontualidade, inovação, qualidade e segurança; Empregar soluções inovadoras com tecnologia adequada; Desenvolver soluções de tecnologia da informação de forma cooperada; Orientar a gestão para resultados que assegurem a sustentabilidade; Praticar gestão integrada e participativa; Manter os empregados comprometidos e motivados; Atuar com ética e responsabilidade cidadã.	Confiança e credibilidade; Compromisso com resultados; Confidencialidade e segurança das informações; Respeito às pessoas; Responsabilidade social e cidadania; Integridade profissional e pessoal; Orgulho de trabalhar no SERPRO; Gosto por desafios; Equidade de gênero e raça; Competência técnica.

2.3 - Estratégia de Atuação

A estratégia de atuação do SERPRO é definida por meio do planejamento estratégico da empresa. Nesse processo são definidos os componentes estratégicos que orientam os trabalhos da empresa, para atender as

necessidades de seus clientes, conselheiros, do Estado e da sociedade brasileira, no âmbito da tecnologia da informação e comunicação. Em 2009 o SERPRO aplicou seu novo processo de planejamento estratégico, denominado Planejamento Estratégico Participativo do SERPRO (PEPS). Foi inspirado na metodologia de Planejamento Estratégico Situacional (PES), do chileno Carlos Matus, que tem foco em problemas e no envolvimento de toda a organização na construção das respectivas soluções.

O PEPS é organizado em momentos, que indicam a predominância de um conjunto de atividades com objetivos específicos. São cinco momentos definidos no processo: diretivo, explicativo, normativo, definição estratégica e tático-operacional. O quadro a seguir apresenta cada um desses momentos, com seus respectivos envolvidos e principais produtos.

Momento	Produtos	Participantes
Diretivo	Cenários atualizados Componentes estratégicos revisados Direcionamentos estratégicos definidos	Diretoria, Coordenações estratégicas
Explicativo	Árvores de problemas Quadro de metas estratégicas	Diretorias, Coordenações estratégicas, Órgãos de assessoramento
Normativo	Propostas de solução para os problemas	Toda a empresa
Definição estratégica	Projetos estratégicos definidos	Diretoria, COEEP, Unidades organizacionais, SUPGF, SUPCO
Tático-operacional	Relatório da Análise Crítica de Desempenho Organizacional	Toda a empresa (execução), COEEP (monitoramento), AUDIG (controle)

O momento Diretivo realiza a análise do ambiente interno e externo, apontando as tendências e direcionamentos estratégicos a serem observados por toda a empresa. No momento Explicativo são identificados e selecionados os problemas, com suas causas e respectivas consequências. As causas fundamentais, nós críticos, servem como centros práticos de ação e de construção dos focos de resultados. Esses últimos representam o estado desejado, quando da solução do problema. O momento Normativo aborda a elaboração do plano de ações, com o objetivo de resolver os nós críticos em um contexto de incertezas e surpresas. Envolve toda a empresa na elaboração de propostas de solução para os problemas selecionados no momento Explicativo.

A Definição Estratégica é o momento em que se realiza a seleção e priorização dos projetos elaborados a partir das propostas de solução dos problemas, capturadas no momento Normativo. Na seleção são analisados os recursos e cenários existentes na organização, para viabilizar a execução e alocar aos projetos. Por fim, o momento Tático-operacional é quando os projetos são executados, monitorados e controlados. O monitoramento, denominado Análise Crítica de Desempenho Organizacional (ACDE), abrange as metas e os projetos estratégicos, para verificar o atingimento dos resultados planejados.

Com base nessa nova metodologia, o planejamento estratégico do SERPRO passa a ser representado pelos seguintes elementos:

- Componentes Estratégicos (conforme item 2.2.1)
- Direcionamento estratégico
- Problemas
- Metas estratégicas
- Projetos estratégicos

Os Componentes estratégicos representam a visão, a missão, o negócio, os produtos e serviços, a força motriz, os fatores críticos, as premissas e valores do SERPRO, conforme apresentado no item 2.2.1 deste documento. O Direcionamento estratégico contém as diretrizes que norteiam as metas, projetos e ações da empresa, levando ao cumprimento de sua missão. Está organizado em cinco dimensões: cliente e governo, sociedade, tecnologia, pessoas e gestão e organização. Sua temporalidade é de quatro anos, por isso, o planejamento de 2010 foi norteado pelo mesmo Direcionamento estratégico de 2008, cuja validade é de 2008 a 2011.

Os problemas e projetos estratégicos têm temporalidade de dois anos. Já as metas são anuais. Desta forma, os problemas e projetos aprovados são válidos para o período de 2009 a 2010, enquanto as metas valem somente para 2010. Nos próximos tópicos serão apresentados: o direcionamento estratégico, os problemas, as metas e os projetos estratégicos gerados para o exercício de 2010.

2.3.1 - Direcionamento Estratégico do SERPRO para o Ciclo 2008-2011

As diretrizes contidas aqui refletem o monitoramento do ambiente interno e externo, realizado pela Diretoria do SERPRO, referente a clientes, governo, tecnologia, fornecedores, finanças, responsabilidade social e cidadania, contexto político, dentre outros.

Os direcionamentos estratégicos permitem orientar todas as áreas da empresa, em função da relevância dos problemas enfrentados pelo SERPRO, e estabelecer uma sequência lógica nos processos de atuação, começando por aqueles diagnosticados como os mais importantes e mais graves para o alcance dos objetivos e o cumprimento da Missão Empresarial, confiada pelo Governo e Sociedade. Os direcionamentos estratégicos foram estabelecidos nas seguintes dimensões:

DIMENSÃO: CLIENTE E GOVERNO

- 1 - Consolidar a imagem da Empresa como fornecedora de soluções integradoras e estruturadoras dos macroprocessos do governo federal.
- 2 – Buscar a sensibilização e convencimento dos órgãos públicos quanto à importância do uso de soluções abertas (software livre).
- 3 - Atuar de forma compartilhada e cooperada nas soluções de tecnologia da informação, com o foco nas demandas do governo federal para a democratização da informação em benefício da sociedade.
- 4 - Buscar alternativas de receitas oriundas de usuários finais (sociedade) dos serviços prestados aos clientes.
- 5 – Desenvolver processo de reeducação interna e externa sobre as mais modernas práticas de fornecimento de serviços, baseado no processo comercial compatível com a corrente Política Comercial.
- 6 – Ser uma Empresa reconhecida como fornecedora de serviços de tecnologia cuja principal base seja o conhecimento da Administração Pública e a inteligência.
- 7 – Internalizar a Política Comercial da Empresa de modo a garantir o seu efetivo cumprimento.

DIMENSÃO: SOCIEDADE

- 1 – Tornar a Empresa referencial na esfera pública de práticas de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental.

DIMENSÃO: TECNOLOGIA

- 1 - Manter permanentemente atualizada a capacidade da infra estrutura tecnológica instalada.
- 2 - Atuar de forma a evitar aprisionamento tecnológico nos segmentos de Software, Hardware e Pessoas, intensificando e estruturando a prática de comunidades virtuais.
- 3 - Tornar a Empresa referencial de excelência no uso de softwares livres e padrões abertos que possibilitem a integração, a interoperabilidade, o compartilhamento e cooperação no desenvolvimento das soluções de tecnologia da informação,
- 4 - Utilizar a infra estrutura de modo compartilhado, buscando a redução de custos, a virtualização e a racionalização no uso.
- 5 - Praticar o reuso e o compartilhamento de componentes de software, com ênfase na padronização de dados e integração de processos e de serviços.
- 6 – Manter permanentemente atualizadas as tecnologias empregadas na segurança da informação, com ênfase nos processos de contingência.

DIMENSÃO: PESSOAS

- 1 – Manter o corpo funcional e gerencial permanentemente capacitados para o pleno exercício das suas respectivas atividades.
- 2 - Intensificar a cooperação tecnológica com o meio acadêmico, envolvendo as pessoas de acordo com a dimensão da capilaridade da Empresa.
- 3 - Utilizar amplamente as práticas necessárias à facilitação da criação e compartilhamento do conhecimento, envolvendo todas as pessoas da organização.
- 4 – Adequar os mecanismos de comunicação entre as pessoas na Empresa, de forma a torná-los mais efetivos.

DIMENSÃO: GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

- Praticar preços que estejam apoiados por uma sistemática de precificação que permita o alcance dos índices de rentabilidade planejados.
- 2 - Garantir a entrega dos serviços com os níveis de serviços contratados.
- 3 - Tornar claros os principais processos organizacionais, identificando todas as conexões interáreas, e promover a integração para o pleno funcionamento dos mesmos.
- 4 - Aprimorar a Gestão Corporativa, de maneira a implementar medidas para maximizar a precisão de suas previsões de receitas e custos, de forma a permitir que as mesmas sirvam de base a seu Planejamento Orçamentário.

2.3.2 - Problemas

O problema é um elemento fundamental na metodologia de planejamento estratégico situacional. Pode ser definido como um comportamento indesejável ou resultado final que necessite de correção em vista dos objetivos da organização. A árvore de problema contém as propriedades que descrevem um problema: nome do problema, causas e consequências. A partir desses elementos são identificados os nós críticos e focos de resultados. Esses servem para relacionar com o plano de trabalho da empresa, onde os projetos buscam desatar os nós críticos que causam o problema, cujos resultados são controlados pelos focos de resultados. Assim, quando um projeto atinge o foco de resultado, isso significa que um problema foi resolvido.

No PEPS os problemas foram identificados e selecionados no momento Explicativo, com a participação da diretoria, coordenações estratégicas e órgãos de assessoramento. Foram selecionados 10 problemas, que estão descritos nos quadros a seguir:

Problema 1	
Foco de resultados	Atender com qualidade e prazo às demandas prioritárias de interesse do Estado, garantindo os níveis de serviço acordados
Principal consequência	Insatisfação dos clientes com o atendimento das demandas
Problema	Falta definição de prioridades no atendimento das demandas de interesse do Estado
Nós críticos (principais causas)	Inexistência de um processo estruturado de gestão integrada de demandas Desconhecimento da capacidade disponível

Problema 2	
Foco de resultados	Garantir a satisfação do Cliente com o atendimento das demandas
Principal consequência	Comprometimento do atendimento do que é prioritário para o cliente
Problema	São aceitas mais demandas que a capacidade instalada
Nós críticos (principais causas)	Processo de tratamento de demandas deficiente As URC vendem serviços sem conhecimento da capacidade para executá-lo

Problema 3	
Foco de resultados	Contratos padronizados com serviços bem especificados, itens faturáveis bem definidos, preços bem formulados e compatíveis com os serviços e níveis de serviços exequíveis, com foco no serviço e não nos insumos.
Principal consequência	Dificuldades nas negociações com os clientes
Problema	A relação de negócio com o cliente não está adequadamente estruturada/ sistematizada / institucionalizada
Nós críticos (principais causas)	Ausência de modelo de gestão de negócio Formação deficiente do analista de negócio

Problema 4	
Foco de resultados	Atuar como proponente de soluções de integração do Estado.
Principal consequência	O SERPRO não atua como proponente de soluções de integração para o Estado.
Problema	O atendimento do SERPRO não está estruturado para atender de forma integrada e compartilhada, aos macroprocessos do Governo.
Nós críticos (principais causas)	Não existe equipe dedicada à visão de Macroprocessos Falta uma camada de arquitetura dedicada às soluções de integração

Problema 5	
Foco de resultados	Buscar melhoria na qualidade do serviço e aumento de produtividade com a redução de custos de TIC orientado fundamentalmente pela integração das tecnologias.
Principal consequência	Dificuldade de integrar soluções
Problema	As áreas possuem definições tecnológicas diferentes para problemas semelhantes (entropia tecnológica)
Nós críticos (principais causas)	Ausência de plano diretor de TIC que oriente a gestão tecnológica da Empresa Preferências às tecnologias existentes gerando resistência à integração de comunidades tecnológicas

Problema 6	
Foco de resultados	Fortalecer a imagem do SERPRO como prestador de serviço de TIC para o Governo Federal
Principal consequência	Imagem do SERPRO comprometida
Problema	Dificuldade de garantir a entrega de serviços conforme acordado
Nós críticos (principais causas)	Gestão fragmentada em diversas áreas e duplicidade de esforço Falta de infra estrutura adequada para o desenvolvimento de sistemas integrados Falta de planejamento integrado da capacidade de produção

Problema 7	
Foco de resultados	Empregados capacitados e com desempenho satisfatório
Principal consequência	Despreparo e dificuldades para a realização das atividades Funcionais e Gerenciais
Problema	Capacitação Gerencial e Funcional inadequada
Nós críticos (principais causas)	Desconexão entre o plano de capacitação e os instrumentos de avaliação Falta um plano de capacitação vinculado aos perfis gerenciais e funcionais, de forma a gerar a matriz por função Insuficiência da definição de perfis funcionais e gerenciais

Problema 8	
Foco de resultados	Melhoria da produtividade
Principal consequência	Baixa produtividade
Problema	Inadequação qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal frente às necessidade da Empresa
Nós críticos (principais causas)	Falta de planejamento de quadro de pessoal Falta na política de gestão de pessoas, programa que considere o remanejamento, o recrutamento interno, os instrumentos de gestão, a remuneração e o plano de desenvolvimento individual

Problema 9	
Foco de resultados	Garantir que informações importantes sejam conhecidas pelo corpo funcional
Principal consequência	Desconhecimento de informações importantes pelos empregados propicia clima organizacional indesejável
Problema	A comunicação não flui adequadamente pela cadeia hierárquica
Nós críticos (principais causas)	Ausência de uma política de comunicação que contemple também a estrutura organizacional O corpo gerencial não está preparado para atuar como agente de comunicação

Problema 10	
Foco de resultados	Ter um modelo de gestão atualizado e compatível com as necessidades de funcionamento da Empresa
Principal consequência	Modelo de gestão vigente incompatível com as necessidades da Empresa
Problema	O modelo de gestão facilita a fragmentação e as disputas internas
Nós críticos (principais causas)	Não existe gestão corporativa de mudanças organizacionais A cadeia de processo está desatualizada e não-conforme com as suas capacidades

2.3.3 - Metas estratégicas

Na definição de suas metas estratégicas, o SERPRO vem buscando atender as seguintes premissas:

- 1) utilidade: representar o que é estratégico e útil para a tomada de decisão;
- 2) conformidade: atender ao que é solicitado pelos órgãos de controle;
- 3) mensurabilidade: capacidade de medir e monitorar o indicador.

Da mesma forma que as estratégias se modificam de um ano para outro, ou mesmo dentro de um mesmo ano – as chamadas estratégias emergentes – o conjunto de metas corporativas também se altera. Se isso não acontecesse, a empresa correria o risco de perseguir metas divergentes de sua realidade. Além disso, a empresa busca aprender com a execução de seu planejamento. Esse aprendizado pode levar a reflexões, onde a revisão de suas metas torna-se necessária.

O SERPRO busca garantir um conjunto mínimo e estável de indicadores, num processo contínuo de gestão e coleta sistematizada, de modo a permitir a análise histórica e evolutiva da empresa pela sociedade, governo e órgãos de controle. As metas representadas por indicadores devem, necessariamente, estar alinhadas com as estratégias empresariais.

Nesse contexto, foram definidos 21 indicadores para 2010, agrupados por diretoria e coordenações estratégicas, conforme a seguir.

Diretoria de Gestão Empresarial

- Margem EBITDA
- Saldo de caixa
- % de realização do plano de investimentos em TI
- % do valor anual de contratos de receita em conformidade com o padrão

Coordenações estratégicas

- % de projetos com cumprimento de prazo adequado
- % de aderência dos projetos ao PGPS
- % de ocupantes de cargos de Chefia (GFC), em todos os níveis, treinados/capacitados para atuar como agentes do processo de Comunicação
- Número de novas funcionalidades no Expresso

Diretoria de Operações

- % de cumprimento de níveis de serviço
- % de ANS monitorados
- % de ANS adequados aos ANO
- % de resolução dos acionamentos atendidos pelo Atendimento de 1º nível da CSS

Diretoria de Desenvolvimento

- % de atendimento de demandas no prazo
- % de aderência dos projetos ao PSDS
- Produtividade do Desenvolvimento na Linguagem Java no framework Demoiselle
- Produtividade do Desenvolvimento na Linguagem Natural
- Uso do Demoiselle nas novas soluções de desenvolvimento

Diretoria de Administração

- Número de horas de treinamento por empregado
- % de satisfação dos empregados

Diretoria de Atendimento a Clientes

- Modelo global de dados implantado no MPOG
- Medição piloto de satisfação de clientes

Cada indicador foi especificado com um conjunto de propriedades que o caracterizam e reduzem a ambiguidade entre seus usuários. O tópico 2.6.4 apresenta algumas dessas propriedades. Do conjunto apresentado, onze são remanescentes do exercício de 2009, podendo ter alguma evolução na fórmula ou procedimento de coleta. São eles: Margem EBITDA; Saldo de caixa; % de realização do plano de investimentos em TI; % de projetos com cumprimento de prazo adequado; % de cumprimento de níveis de serviço; % de ANS monitorados; % de ANS adequados aos ANO; Número de novas funcionalidades no Expresso; % de atendimento de demandas no prazo; Uso do Demoiselle nas novas soluções de desenvolvimento; Número de horas de treinamento por empregado.

2.4 - Plano de Ações - Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos representam o plano de ação da empresa para alcançar suas metas e, por sua vez, cumprir com seu direcionamento estratégico. O SERPRO possui uma arquitetura de gerenciamento de estratégia e projetos formada por seis subsistemas: planejamento estratégico, projetos, portfólio, integração e governança de estratégia e projetos, tecnologia da informação e capacitação. O subsistema de planejamento foi incorporado a esta arquitetura em outubro de 2009, com o objetivo de evoluir a integração com a cadeia de processos do gerenciamento de projetos. Essa arquitetura é implementada por meio da Coordenação Estratégica Escritório de Projetos (COEEP), suas projeções representadas por escritórios de projetos das unidades organizacionais e das projeções regionais e pelo Processo de Gerenciamento de Projetos do SERPRO (PGPS).

De acordo com o PGPS, o SERPRO trabalha com quatro níveis de gerenciamento: regular, tático, estratégico e prioritário. Cada projeto gerenciado no SERPRO é classificado em algum desses níveis, a partir de uma avaliação de sua complexidade e importância estratégica. Os projetos aprovados a partir da execução do PEPS são classificados como estratégicos. De acordo com a necessidade, alguns projetos podem receber a classificação de prioritário. Isso ocorre quando os clientes da empresa também priorizam o projeto ou quando se observa importância dele para o Estado.

O planejamento estratégico do SERPRO manteve a lista de projetos de 2009 e adicionou novos projetos em 2010. Ao todo foram selecionados 20 projetos. A seguir é apresentada a lista, com o nome, objetivo e situação de cada um, em 31/12/2010.

Projeto 1	
Nome	Modelo de gestão
Objetivo	Adequar o modelo conceitual de organização e gestão da empresa, a partir da análise do novo contexto organizacional e da revisão e atualização dos elementos estratégicos – visão, missão, negócio etc. de maneira que o novo modelo defina, dentre outros, tópicos, tais como: os macroprocessos organizacionais, a descrição da alta administração e as categorias dos órgãos, o funcionamento, inter-relacionamento e requisitos para a estruturação organizacional.
Situação	Em andamento. Previsão de término: 31/03/2011.

Projeto 2	
Nome	Modelo de gestão de negócios
Objetivo	Implementar um Modelo de Gestão de Negócios, por meio da institucionalização de: Gestão e Integração das ferramentas de controle de demandas de clientes; Processo de negócio; Gestão e aferição de desempenho de negócios.
Situação	Concluído em 13/11/2009.

Projeto 3	
Nome	Governança de TI
Objetivo	Estabelecer uma estrutura de governança de TI que venha reforçar o alinhamento estratégico da TI aos direcionamentos da organização e aprimorar os processos de modo a melhorar seus desempenhos e alcance dos objetivos, além de compor informações de subsídio às decisões da CETEC e da alta direção nos assuntos afetos à tecnologia.
Situação	Em andamento. Previsão de término: 31/12/2011.

Projeto 4	
Nome	Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)
Objetivo	Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do SERPRO.
Situação	Concluído em 01/03/2009.

Projeto 5	
Nome	Solução de arquitetura orientada a serviços
Objetivo	Instituir o Projeto de Solução de Arquitetura Orientada a Serviços do SERPRO – CTSOA, com o objetivo de aplicar uma infraestrutura de serviços baseada em <i>Enterprise Service Bus</i> – ESB no contexto de <i>Service-oriented architecture</i> - SOA, definindo a Arquitetura Orientada a Serviços do SERPRO e o processo de transformação, ou migração, da atual arquitetura para a arquitetura proposta.
Situação	Em andamento. Previsão de conclusão: 18/02/2011

Projeto 6	
Nome	Política de comunicação e reformulação de veículos de comunicação
Objetivo	Construção de instrumentos orientadores e normativos concebidos para sistematizar as ações de comunicação, criando e mantendo fluxos de comunicação que facilitem interação entre o SERPRO e seus públicos de interesse. Nesse contexto, esse projeto será dividido em dois subprojetos: o de Política de Comunicação Social e de Reformulação dos Veículos de Comunicação .
Situação	Em andamento. Previsão de conclusão: 15/04/2011

Projeto 7	
Nome	Programa de capacitação e desenvolvimento corporativo – 2009
Objetivo	Estruturar e integrar em um macro processo as atividades de treinamento previstas nos Planos de Capacitação da UniSERPRO, elaborados com base no direcionamento estratégico da Empresa, considerando as áreas de conhecimentos essenciais e prioritárias, ações e projetos estratégicos, conforme estabelecidos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).
Situação	Concluído em 31/12/2009

Projeto 8	
Nome	Gestão do conhecimento organizacional
Objetivo	Implementar novo Modelo e Sistemática alinhados à Política de Gestão de Conhecimento Organizacional – GCO contemplando práticas e mecanismos que visem, principalmente, a gestão de competências e a intensificação do relacionamento externo para a troca de conhecimentos, e apoiem a solução dos problemas e nós críticos identificados no planejamento empresarial para 2009.
Situação	Concluído em 31/12/2009

Projeto 9	
Nome	Gerenciamento integrado de serviços do SERPRO
Objetivo	Elaborar e implantar a primeira fase do modelo de Gerenciamento Integrado de Serviços, no ambiente produtivo do SERPRO até dezembro de 2010 e outras fases até 1º semestre de 2011. Este projeto contemplará a definição do modelo de Gerenciamento Integrado de Serviços, a revisão dos processos atuais, a implantação dos novos processos a serem definidos pelo PSGS, bem como o produto da revisão realizada, a estruturação da área responsável pelo Gerenciamento Integrado de Serviços e a solicitação de adequação de ferramentas de apoio ao processo. O Gerenciamento Integrado de Serviços é um processo que proporciona a gestão de demandas por recursos de infraestrutura ou serviços de TIC, desde a sua internalização pela URC até a entrega do serviço ao cliente, a partir da qual são estabelecidas ações para atuação proativa na gestão do ciclo de vida deste serviço contratado, garantindo a conformidade com os níveis de serviço estabelecidos.
Situação	Em andamento. Previsão de término: 31/08/2011.
Projeto 10	
Nome	Implementação de ambientes corporativos
Objetivo	Implementar Ambientes Corporativos, exceto os dos Ambientes de Testes, compatíveis entre si, com infraestrutura adequada às atividades de desenvolvimento, processo de acompanhamento da compatibilidade e de gestão dos softwares de desenvolvimento.
Situação	Concluído em 15/07/2010.
Projeto 11	
Nome	Escritório de governança de processos
Objetivo	Implantar o Escritório de Governança de Processos do SERPRO - EGOP, ativando sua operação com a devida metodologia, ferramentas, equipe, gestão sobre os processos e coordenação sobre os donos de processos, no que tange às atividades de gestão de processos.
Situação	Concluído em 31/05/2010.
Projeto 12	
Nome	Gerenciamento do quadro de pessoal do SERPRO
Objetivo	Implantar o gerenciamento do quadro de pessoal, por meio de planejamento de ações corporativas que possibilitem a alocação adequada de empregados, a fim de suprir as Unidades Organizacionais com força de trabalho qualificada, necessária ao desenvolvimento do negócio da Empresa, a médio e longo prazo.
Situação	Em andamento. Previsão de término: 28/02/2011
Projeto 13	
Nome	Integração de sistemas corporativos do SERPRO
Objetivo	Promover a integração dos Sistemas Corporativos Financeiros do SERPRO, com foco na integração de processos, visando eficiência, racionalização de recursos e agilidade na recuperação de informações.
Situação	Concluído em 30/11/2010.
Projeto 14	
Nome	Portal Unificado do Serpro
Objetivo	Unificar os portais Intranet e Internet do Serpro, buscando a criação de um Portal que englobe serviços, informações e outras funcionalidades. O novo portal será uma ferramenta de trabalho do cotidiano dos empregados da Empresa.
Situação	Em andamento. Previsão de conclusão: 01/06/2011.

Projeto 15	
Nome	Implantar a Governança e Gestão do Modelo Global de Dados
Objetivo	Implantar a Governança e a Gestão do Modelo Global de Dados junto ao MPOG.
Situação	Concluído em 26/08/2010.

Projeto 16	
Nome	Macroprocesso crédito tributário (MPCT)
Objetivo	Prover a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Procuradoria-Geral Federal (PGF) de sistema de informações baseado em TIC que promova a Visão Integrada do Macro-Processo do Crédito Tributário no âmbito do Ministério da Fazenda, tratando-o em todas as etapas do seu ciclo operacional. O projeto visa otimizar procedimentos operacionais ora existentes com consequente redução em seus custos, simplificar e padronizar o processo de cobrança, além propiciar um atendimento com maior efetividade ao contribuinte.
Situação	Em andamento. Previsão de conclusão: 20/06/2012.

Projeto 17	
Nome	Expresso em nuvem - DATAPREV e SERPRO
Objetivo	Disponibilizar à sociedade brasileira, em especial às três esferas de governo, uma solução de comunicação eletrônica, cuja arquitetura tecnológica e o modelo de negócio sejam orientados a serviço. A solução terá por base os módulos e funcionalidades do correio Expresso atual e contemplará os seguintes conceitos de computação em nuvem: capacidade de disponibilizar módulos contratados do serviço rapidamente; acesso ao serviço a partir de diversos tipos de dispositivos móveis; pool de recursos computacionais podem estar distribuídos geograficamente; recursos computacionais elásticos (aumentam ou diminuem conforme a demanda); e remuneração do serviço prestado será proporcional ao kit mínimo e módulos adicionais contratados .
Situação	Em andamento. Previsão de conclusão: 31/07/2011.

Projeto 18	
Nome	Gestão de componentes de software corporativa
Objetivo	Gerar nova versão do Processo de Gestão de Componentes e Serviços, incluindo procedimento para aceite e divulgação de componentes não corporativos. Criar a versão 1.0 dos componentes internalizados de acordo com o processo.
Situação	Em andamento. Previsão de conclusão: 29/07/2011.

Projeto 19	
Nome	Implantação de melhorias na suíte Expresso
Objetivo	Adequar a infraestrutura de modo que seja escalável e que permita suportar novos clientes; A infraestrutura da suíte de comunicação “Expresso” terá alta-disponibilidade; Agregar melhorias e novas funcionalidades a suíte Expresso; Estruturar o SERPRO para implantar e suportar o Expresso nos ambientes dos clientes; Estar alinhado com a comunidade.
Situação	Concluído em 30/11/2010.

Projeto 20	
Nome	Implantação de sistemática de medição da satisfação de clientes do SERPRO
Objetivo	Realizar medição piloto da satisfação de clientes do SERPRO.
Situação	Não iniciado.

A seguir é apresentada a situação dos projetos que foram prioritários em 2008, em 31/12/2010.

a) e-Processo

Objetivo: Desenvolver os módulos Julgamento, Contribuinte, PGFN, melhorias do sistema e expansão da arquitetura.

Situação: Em andamento. **Previsão de término:** 31/07/2012.

b) SPED - Sistema Público de Escrituração Digital

Objetivo: construir, implantar e produzir solução de TIC para o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. (NF-e, Escrituração Fiscal e Contábil).

Situação: Em andamento. **Previsão de término:** 31/12/2012.

c) Novo SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira

Objetivo: construir um novo sistema Contas a Pagar e a Receber - CPR, bem como reconstruir e adaptar os módulos e sub-módulos de sistemas que contribuem para a composição das funcionalidades do complexo SIAFI (referente a primeira fase do Plano Global de Projeto do Novo SIAFI - CPR), que são por ele requeridos. Nesse grupo estão os sistemas: SENHA, COMUNICA, Submissão Batch (BT), MENSAGENS, DOCUMENTOS e TABELAS.

Em razão da estratégia de garantir a convivência da nova solução, em plataforma avançada, com a aplicação atualmente em produção no mainframe, faz parte desse escopo a adequação de funcionalidades e criação de novas funcionalidades no SIAFI Operacional.

Situação: Em andamento. **Previsão de término:** 30/12/2011.

d) Macro Processo do Crédito Tributário

Objetivo: definir sistema informatizado, na plataforma aplicada ao Sistema de Informações Econômico-Fiscais – Sief, que promova a Visão Integrada do Macroprocesso do Crédito Tributário, com vistas a acompanhá-lo e tratá-lo em todas as etapas do seu ciclo operacional.

Previsão de término: 20/06/2012. **Situação:** Em andamento.

Observação: Passou a fazer parte do ciclo estratégico 2009/2010. É o projeto 16, do item 2.4.

e) Expresso: Correio Eletrônico

Objetivo: implementar e consolidar novas funcionalidades do Expresso.

Situação: concluído, em agosto de 2009.

f) CADSINC - Cadastro Sincronizado

Objetivo: Permitir a criação e manutenção de uma base de dados de amplitude nacional das Pessoas Jurídicas no âmbito das três esferas de Governo e dos órgãos de registro. É um sistema de âmbito nacional e poderá ser utilizado por todos os cidadãos empreendedores que, ao definir seu futuro negócio, preencherá formulário unificado em aplicativo informatizado com o objetivo de verificar se suas intenções poderão se tornar realidade ante as exigências governamentais.

Inclui-se também no escopo desse projeto a coleta de informações de manutenção ou baixa de pessoas jurídicas e demais entidades.

Situação: Concluído em 31/12/2010.

g) SISPAC – Sistema de Monitoramento do PAC

Objetivo: permitir a liberação de recursos das ações marcadas como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o seu monitoramento.

Situação: concluído em 26/03/2009.

h) SOTN – Sistema de Operações do Tesouro Nacional

Objetivo: tornar disponível solução que permita a Secretaria do Tesouro Nacional - STN atuar, de forma autônoma, como participante e provedora de serviços do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, como participante do Sistema de Transferência de Reservas – STR do Banco Central do Brasil e como provedora da Rede do Sistema Financeiro Nacional – RSFN, sendo a responsável pelo monitoramento de seus lançamentos e recebimentos.

Situação: concluído em 24/08/2009.

2.4.1– Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Em 2009 o SERPRO elaborou seu primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Por definição, o PDTI deve servir de guia para, num horizonte de tempo definido, apoiar a organização nas decisões estratégicas relativas a TI. Este documento apresenta um levantamento da situação atual do SERPRO e define o conjunto de recomendações que deverão nortear o direcionamento da TI no âmbito da empresa, para o período de 2009 a 2010.

A motivação para elaboração do PDTI veio como desdobramento do PEPS 2009/2010 e representa etapa de pleno alinhamento ao Nó Crítico “Ausência de Plano Diretor de TI que oriente a gestão tecnológica da Empresa” vinculado ao Problema 5: “As áreas possuem definições tecnológicas diferentes para problemas semelhantes”. Seus focos de alinhamento são: políticas e orientações governamentais e empresariais; cenário atual e problemas existentes; projetos, metas e iniciativas para o período 2009-2010. O PDTI também está alinhado à Estratégia Geral de TI para a Administração Pública Federal – EGTI, em especial na qualificação dos conteúdos que contemplam a demanda, a capacitação das pessoas, e o processo de contratação de bens e serviços de TI.

O PDTI analisou três segmentos de TI da empresa, abordando o cenário atual, os principais problemas encontrados e os projetos, metas e iniciativas para 2009/2010. Os segmentos são: processos corporativos, sistemas de infraestrutura e tecnologia. Da análise desses segmentos foi gerado um plano de ação, para ser executado ao longo do período 2009/2010. As ações presentes neste plano foram monitoradas junto com os projetos estratégicos, por meio do processo de monitoramento de portfólio.

2.5 - Programas sob a responsabilidade da Unidade

O SERPRO não possui programas de governo sob sua responsabilidade.

2.5.1 Ações do Plano Plurianual

Os investimentos do SERPRO em 2010 ocorreram sob um programa de caráter geral estabelecido pelo DEST/MP denominado Investimentos das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio, código 0807 que se desdobrou nas seguintes ações:

Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.

Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Para essas atividades, em vista de sua natureza e pluralidade de elementos que as compõem, não foram estabelecidas metas físicas, apenas estabelecidas, em caráter balizador, as dotações orçamentárias, de forma idêntica às constantes dos Relatórios de Gestão anteriores.

PLANO PLURIANUAL - PPA 2010			
EXECUÇÃO FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2010			
PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO			
AÇÃO	PREVISÃO ANUAL (R\$ 1,00)	REALIZAÇÃO ANUAL (R\$ 1,00)	%
4101 - Manutenção de Bens Imóveis	26.000.000	15.588.995	60%
4102 - Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	10.000.000	3.512.070	35%
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	94.000.000	91.833.824	98%
Total	130.000.000	110.934.889	85%

2.5.1.1 Justificativas

Os percentuais de realização dos investimentos em informática foram próximos a 100% tanto para Software quanto para Hardware. Os investimentos de Infraestrutura, Obras e Bens, tiveram a realização de 60% e 35% respectivamente.

Neste sentido, do montante total programado para a realização de investimentos em 2010, foram realizados cerca de 85% (R\$110.934.889,98).

Classificação: 23.126.0807.4101.0001 – Obras

Justificativa: Do total programado para Investimentos do SERPRO, o valor de R\$ 26 milhões foi destinado a investimentos em Obras. Desse total, não foi possível a realização de cerca de R\$ 10,4 milhões em razão das Diretrizes adotadas no decorrer do ano. Os recursos estavam originalmente destinados à obra do novo CPD de São Paulo, e em virtude da sua alta complexidade, não foram executados em 2010 e serão executados a longo prazo.

Classificação: 23.126.0807.4102.0001 – Bens

Justificativa: Em 2010 foi programado o montante de R\$ 10 milhões para investimentos em bens de infraestrutura, desse montante foram realizados 35% (cerca de R\$ 3,5 milhões). Os recursos estavam inicialmente destinados ao novo CPD de São Paulo, e em razão da complexidade serão realizados no longo prazo. Houve o direcionamento dos recursos para o atendimento de outras demandas das demais regionais, contudo, boa parte está em andamento e não concluídas no exercício.

2.5.1.2 Detalhamento da Justificativa -

Classificação: 23.126.0807.4101.0001 – Obras e 23.126.0807.4102.0001 - Bens

Os principais processos de contratações/aquisições em andamento ou em fase de entrega com as devidas justificativas para os investimentos de infraestrutura (Obras e Bens) são apresentadas no quadro seguinte, sob responsabilidade da Superintendência de Logística:

Reg.	Objeto	Valor Programado	Justificativa
BSB	Instalação Sala Cofre para Autoridade Certificadora	179.000,00	Em execução
BLM	Instalação do novo Banco de Capacitores automático subestação	32.000,00	Elaboração PB
BSB	Acréscimo do Contrato - Projeto da subestação Reg. Brasília – com distribuição de energia elétrica - barramentos de baixa tensão - PB 1106/2010	31.000,00	Elaboração PB
BSB	Projeto de expansão do CPD e de reestruturação do sistema de climatização global do prédio da regional Brasília.	455.000,00	Em fase de contratação
BSB	Passarela coberta da Sede	200.000,00	Elaboração PB
FLA	Reforma/Conclusão do Anexo I	120.199,37	Em execução
PAE	Reforma elevador de carga	104.000,00	Elaboração PB
RCE	Substituição do telhado Bloco Anexo B	100.000,00	Readequação PB
RCE	Guarita estacionamento frontal	26.252,70	Em fase de execução
RJO	Implantação de sistemas de segurança: alarme predial, controle de acesso, vigilância por CFTV e som ambiente prédio Andaraí	1.190.000,00	Em processo de instalação.
RJO	Instalação novo sistema climatização – prédio 1 do Horto	3.245.000,00	Aguardando liberação de recursos para assinatura do contrato
RJO	Execução dos serviços de reforma geral no prédio do Andaraí	924.582,39	Em execução
RJO	Fornecimento e instalação de entreforro termo-acústico prédio Andaraí –	39.400,00	Em execução

Reg.	Objeto	Valor Programado	Justificativa
	processo nº12023.000066/2010-09		
RJO	Sistema de detecção, alarme e combate a Incêncio - Andaraí	197.730,67	Edital em análise COJUR.
RJO	Fornecimento e instalação de sistema de combate à incêncio	47.750,00	Licitação 27/01
RJO	Adequação prédio de serviços (anexo) - Andaraí	675.366,80	Elaboração PB
RJO	Recuperação da cobertura metálica e fechamento das laterais do prédio de Andaraí	74.633,20	Elaboração PB
RJO	Fornecimento e instalação do sistema de refrigeração	1.801.267,66	Em execução
RJO	Elaboração projeto executivo fornecimento e instalação de 01 elevador casa das Máquinas prédio Andaraí.	108.900,00	Em execução
RJO	Projetos executivos para construção de uma nova subestação elétrica	48.272,00	Em execução
RJO	Contratação de empresa especializada em engenharia elétrica para construção de uma subestação	2.400.883,90	Em execução
RJO	Fornecimento e instalação de forro prédio Andaraí	228.700,00	Em execução
SPO	Instalação de Nobreak para o Prédio da Luz	121.210,98	Contratado/Entrega FEV/2011
SPO	Construção da galeria	666.348,81	Em execução
SPO	Projeto Executivo Centro de Dados	832.875,00	Em execução.Previsão de entrega MAR/2011
BLM	Arquivos deslizantes para atender solicitação AR e GPBLM	38.000,00	Em licitação
FLA	Multímetro	1.500,00	Em licitação
FLA	Decibelímetro	1.000,00	Em licitação
FLA	Tela de projeção retrátil	2.200,00	Em licitação
FLA	Estabilizadores sendo 1 de 50kva e 1 de 30 Kva	51.000,00	Em licitação
FLA	Armários para pastas suspensas - arquivamento	1.345,00	Em licitação
RCE	Televisores LCD de 47" Full HD - PB 1367/2010.	12.000,00	Entrega JAN/2011
RJO	Fornecimento e comissionamento(star up) de 3 grupos motor-gestores 500Kva	733.850,00	Em execução
RJO	TVS para salas de treinamento e homologação	35.000,00	Em Licitação
RJO	Longarinas	3.119,00	Em Licitação
SPO	Televisores LCD	9.823,00	Em Licitação
SPO	Canhão, Tela Projeção, Quadros Brancos e TVS	33.000,00	Em Licitação
SPO	Bebedouros, fogão , geladeira, fragmentadora e impressora de etiquetas.	1.950,00	Em Licitação
SPO	Equipamentos para CFTV	233.599,00	Entrega JAN/2011
SPO	Termovisor	25.749,00	Entrega FEV/2011
SPO	Mobiliário Estação de Trabalho e Cadeira	481.056,80	Entrega FEV/2011

2.6 – Desempenho Operacional

2.6.1 - Programação Orçamentária

a) Programação de Despesas Correntes – Não se aplica

O SERPRO está no Programa de Dispêndio Global – PDG.

b) Programação de Despesas de Capital – Investimentos

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	Sem ocorrência		Sem ocorrência		
	PLOA	263.872.527	130.000.000					
	LOA	263.872.527	130.000.000					
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	0,00					
	Especiais	Abertos	0,00					0,00
		Reabertos	0,00					0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00					0,00
		Reabertos	0,00					0,00
Créditos Cancelados	93.872.527	0,00						
Outras Operações		0,00	0,00					
Total		170.000.000	130.000.000					

c) Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

O SERPRO não tem Reserva de Contingência e as informações de Despesas Correntes foram aprovadas conforme o Decreto 7035, de 17.12.2009, revisão final, pelo fato do SERPRO não integrar o Orçamento Fiscal.

d) Movimentação orçamentária por Grupo de Despesa - Não se aplica

Por não integrar o Orçamento Fiscal o SERPRO não faz este tipo de movimentação.

2.6.2 – Execução Orçamentária

a) Execução Orçamentária de Créditos recebidos por Movimentação – Não se aplica.

Por não integrar o Orçamento Fiscal, o SERPRO não faz este tipo de movimentação.

b) Execução Orçamentária por Programa de Governo – Não se aplica.

c) Execução Física das Ações realizadas – Não se aplica.

d) Despesas por Modalidade de Contratação - Empenhado/Liquidado

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada/Despesa Liquidada	
	2009	2010
Licitação	412.434.585,65	345.021.568,69
Convite	282.495,59	367,95
Tomada de Preços	2.321.107,41	1.376.204,18
Concorrência	8.452.158,26	4.068.893,43
Pregão	401.378.824,39	339.576.103,13
Concurso	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00
Contratações Diretas	143.987.291,82	199.778.619,65
Dispensa	26.656.140,28	31.631.116,68
Inexigibilidade	117.331.151,54	168.147.502,97
Regime de Execução Especial	N/A	N/A
Suprimento de Fundos	N/A	N/A
	757.889.490,37	797.282.586,44
Pagamento de Pessoal		
Pagamento em Folha	753.080.820,48	792.064.569,44
Diárias	4.808.669,89	5.218.017,00
Outros	0,00	0,00

OBS: Todos os Empenhos a Liquidar são cancelados no final do exercício, ficando a Despesa Empenhada igual a Despesa Liquidada.

e) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/Liquidada		Rps não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4.Investimentos	131.319.542,59	131.498.203,25	0,00	0,00	128.346.749,53	110.934.889,98
449039- outros serviços de terceiros PJ	38.836.283,28	57.954.603,81	0,00	0,00	37.378.404,28	37.391.290,64
449051- obras instalações	6.971.968,76	15.588.995,43	0,00	0,00	8.604.653,98	15.588.995,43
449052 -equipamentos material permanente	85.511.290,55	57.954.603,91	0,00	0,00	88.363.691,27	57.954.603,91
5.Inversões Financeiras - N/A						
6.Amortização da Dívida - N/A						

f) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada/Liquidada		Rps não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	1.090.975.406,74	1.203.612.761,28	0,00	0,00	911.875.789,38	1.203.612.761,28
319007 contrib. a entidades fechadas de previdencia	64.076.838,73	105.741.358,59	0,00	0,00	47.663.862,27	105.741.358,59
319011 vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	720.624.021,21	774.944.731,09	0,00	0,00	547.319.619,90	774.944.731,09
319013 obrigacoes patronais	247.248.533,44	284.078.536,75	0,00	0,00	270.415.606,73	284.078.536,75
319016 outras despesas variaveis - pessoal civil	12.500.078,19	14.196.914,76	0,00	0,00	0,00	14.196.914,76
319091 sentencas judiciais	15.378.108,56	22.351.797,48	0,00	0,00	15.357.385,06	22.351.797,48
319094 indenizacoes e restituicoes trabalhistas	29.785.558,75	116.140,80	0,00	0,00	29.918.237,25	116.140,80
319096 ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	1.362.267,86	2.183.281,81	0,00	0,00	1.201.078,17	2.183.281,81
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	461.080.633,00	478.998.243,32	0,00	0,00	368.442.965,83	478.998.243,32
339008 outros beneficios assistenciais	4.771.133,83	5.331.957,14	0,00	0,00	0,00	5.331.957,14
339014 diarias - pessoal civil	4.793.865,49	5.214.992,50	0,00	0,00	6.295.411,39	5.214.992,50
339030 material de consumo	6.230.804,94	6.821.146,58	0,00	0,00	5.570.723,83	6.821.146,58
339031 premiacoes cult., art., cient., desp. e outr.	44.020,00	58.109,10	0,00	0,00	0,00	58.109,10
339032 material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
339033 passagens e despesas com locomocao	7.412.031,53	6.938.714,32	0,00	0,00	5.518.656,18	6.938.714,32
339035 servicos de consultoria	1.261.588,21	1.560.555,73	0,00	0,00	1.295.521,52	1.560.555,73
339036 outros servicos de terceiros - pessoa fisica	483.572,72	427.721,91	0,00	0,00	0,00	427.721,91
339037 locacao de mao-de-obra	32.371.888,21	35.183.464,04	0,00	0,00	31.616.004,44	35.183.464,04
339039 outros servicos de terceiros-pessoa juridica	398.591.638,62	412.461.858,96	0,00	0,00	316.056.758,49	412.461.858,96
339047 obrigacoes tributarias e contributivas	2.966.115,98	3.721.545,86	0,00	0,00	2.089.889,98	3.721.545,86
339067 depositos compulsorios	204.238,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339093 indenizacoes e restituicoes	1.949.735,33	1.278.177,18	0,00	0,00	0,00	1.278.177,18

OBS: Todos os Empenhos a Liquidar são cancelados no final do exercício, ficando a Despesa Empenhada igual à Despesa Liquidada, não tendo Restos a Pagar para o próximo exercício.

2.6.3 - Identificação dos Indicadores

Nome do indicador	Meta	Alinhamento
1. % de projetos com cumprimento de prazo acordado	%75,00	Projetos prioritários e estratégicos
2. % de aderência dos projetos ao PGPS	80,00%	Projetos prioritários e estratégicos
3. % de aderência dos projetos ao PSDS	85,00%	
4. Número de novas funcionalidades no EXPRESSO	8	Projetos prioritários e estratégicos
5. Margem EBITDA	8,73%	DEST (PPLR). Mede capacidade de geração de caixa
6. Saldo de Caixa	250 milhões	CGU
7. % realização do Plano de Investimentos de TI	50,00%	Orçamentário
8. % de cumprimento de níveis de serviços	96,00%	DEST (PPLR). Foco de Resultados CGU. Problemas 1, 3 e 6.
9. % de ANS adequados aos ANO	90,00%	CGU
10. % de ANS monitorados	95,00%	CGU
11. % de resolução dos acionamentos atendidos pelo Atendimento de 1º nível da CSS	85,00%	DEST (PPLR)
12. % de atendimento das demandas no prazo (desenvolvimento)	75,00%	Focos de Resultado. Problemas 1, 2 e 6.
13. Modelo global de dados implantado no MPOG	100,00%	DEST (PPLR)
14. Produtividade do Desenvolvimento na Linguagem Java no framework Demoiselle	19 HH/PF	Focos de Resultado Problemas 5, 7 e 8.
15. Produtividade do Desenvolvimento na Linguagem Natural	9 HH/PF	Focos de Resultado. Problemas 5, 7 e 8.
16. Nº de horas de treinamento por empregado (média)	65 h	DEST (PPLR). Focos de Resultado Problemas 3, 7 e 8.
17. Uso do Demoiselle nas novas soluções de desenvolvimento (Java e aplicações Web não distribuídas)	90,00%	Foco de resultado. Problema 5.
18. % de ocupantes de cargos de Chefia (GFC), em todos os níveis, treinados/capacitados para atuar como agentes do processo de Comunicação.	50,00%	Problemas 9.
19. % do valor anual de contratos de receita em conformidade com o padrão	90,00%	Focos de Resultado. Problemas 3.
20. Medição piloto de satisfação de clientes	100,00%	Focos de resultado. Problemas 2.
21. % de satisfação dos empregados	65% (2010)	Foco de resultado. Problemas 10.

2.6.4 - Análise do Desempenho dos Indicadores

Nesta seção é apresentado o desempenho dos 21 indicadores estratégicos do SERPRO. Aborda a utilidade ou finalidade do indicador, o tipo, a fórmula de cálculo, o método de aferição, a área responsável pela medição, a meta e o respectivo resultado alcançado no exercício de 2010.

1. % de projetos com cumprimento de prazo acordado

a) Utilidade / finalidade: Medir a eficiência dos projetos vinculados aos portfólios corporativos, com relação ao desempenho de cronograma, verificando quais componentes estão com cumprimento de prazo adequado (acima de 75%).

b) Tipo: efetividade

c) Fórmula de cálculo:

$(\text{Qtd de projetos vinculados aos portfólios corporativos com cumprimento de prazo adequado} / \text{Qtd total de projetos vinculados aos portfólios corporativos}) \times 100$.

d) Método de aferição: obtido a partir do Relatório do ciclo corporativo de monitoração dos portfólios corporativos.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica Escritório de Projetos – COEEP.

- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 75% / 44,26%. Não atingiu a meta.
- g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: responsáveis por projetos respondem por diversos papéis no gerenciamento de projetos; ferramenta de apoio pouco adequada ao planejamento e controle de projetos; necessidade de continuar ampliando a aplicação das práticas de gerenciamento de projetos.
- h) Principais medidas implementadas / responsáveis: Evolução do PGPS com orientações técnicas, aprimoramentos nas atividades e na forma de apresentação; Eventos de capacitação (cursos, congressos, certificação Project Management Professional - PMP); Suporte metodológico e ferramental a gestores e líderes de projeto; Implantação do dotProject como ferramenta de cronograma e início da sua customização; Criação de norma, em conjunto com a área que regula a criação de projetos como órgãos temporários, vinculando a estrutura ao cumprimento da política corporativa de gerenciamento de projetos; formalização e padronização dos escritórios de estratégia e projetos, com a definição dos serviços padrão a serem executados pelo escritório.

2. % de projetos com aderência adequada ao PGPS

- a) Utilidade / finalidade: Medir a eficácia do uso do processo corporativo PGPS pelos projetos vinculados aos portfólio de projetos corporativos.
- b) Tipo: eficácia.
- c) Fórmula de cálculo: % de aderência ao PGPS
- d) Método de aferição: Obter “% de aderência ao PGPS” do Relatório do ciclo corporativo de monitoração do portfólio de projetos
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica Escritório de Projetos – COEEP.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 80% / 65,57%. Não atingiu a meta.
- g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: responsáveis por projetos respondem por diversos papéis no gerenciamento de projetos; ferramenta de apoio pouco adequada ao planejamento e controle de projetos; necessidade de continuar ampliando o uso do PGPS.
- h) Principais medidas implementadas / responsáveis: Evolução do PGPS com orientações técnicas, aprimoramentos nas atividades e na forma de apresentação; Eventos de capacitação (cursos, congressos, certificação PMP); Suporte metodológico e ferramental a gestores e líderes de projeto; Implantação do dotProject como ferramenta de cronograma e início da sua customização; Criação de norma, em conjunto com a área que regula a criação de projetos como órgãos temporários, vinculando a estrutura ao cumprimento da política corporativa de gerenciamento de projetos; formalização e padronização dos escritórios de estratégia e projetos, com a definição dos serviços padrão a serem executados pelo escritório.

3. % de projetos com aderência adequada ao PSDS

- a) Utilidade / finalidade: Medir a aplicação do processo de desenvolvimento (PSDS) nos projetos de software.
- b) Tipo: eficácia.
- c) Fórmula de cálculo: Média dos Percentuais de aderência dos projetos ao PSDS.
- d) Método de aferição: Relatório de Resultados de Qualidade do Sistema Revisa.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Suporte Técnico – SUPST.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 85% / 88,10%. Superou a meta.

4. Número de novas funcionalidades no Expresso

- a) Utilidade / finalidade: medir o número de novas funcionalidades implementadas na suíte de comunicação Expresso.
- b) Tipo: eficiência.
- c) Fórmula de cálculo: número de funcionalidades implementadas no Expresso.
- d) Método de Aferição: somatório do número de funcionalidades implementadas no Expresso. Essas são registradas no sistema e-Car¹, pelo Gestor do Projeto.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação da Solução Corporativa de Comunicação e Colaboração – COSCC.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 8 novas funcionalidades / 8. Atingiu a meta.

¹ e-Car é o sistema de gerenciamento de portfólios e projetos do SERPRO. Permite registrar informações sobre a iniciação, o planejamento, a execução, o controle e o encerramento de projetos, mantendo aderência ao PGPS.

5. Margem EBITDA

- a) Utilidade/finalidade: demonstrar a capacidade de geração de caixa pelas atividades operacionais.
- b) Tipo: efetividade.
- c) Fórmula de cálculo: $EBITDA = (\text{Lucro operacional} - \text{Depreciações e Amortizações} - \text{Receitas Financeiras} + \text{Despesas Financeiras}) / \text{Receita Operacional Líquida}$.
- d) Método de aferição: cálculo realizado a partir da análise da planilha Demonstração de Resultado de Exercício (DRE).
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Empresarial Financeira - SUPGF.
- f) Meta / Resultado do indicador: maior ou igual a 8,73% / -12,81%. Não atingiu a meta.
- g) motivos do não atingimento: meta não atingida em virtude da frustração de receita, na faixa de 300 milhões, e da aplicação das novas regras contábeis para o setor (CPC 33 e 25), que resultou em cerca de 131 milhões de impacto negativo no balanço do exercício 2010.
- h) iniciativas tomadas ou em andamento: publicação das novas regras de contrato, portaria MF nº 47, que elimina critério da Remuneração Anual do Serviço Estratégico - RASE, permitindo normalizar a geração de receita de serviços em produção; as novas regras contábeis implementadas em 2010 já estarão absorvidas na operação normal da empresa em 2011.

6. Saldo de caixa

- a) Utilidade/finalidade: apresenta o volume de recursos financeiros do caixa da empresa em determinado momento.
- b) Tipo: eficácia.
- c) Fórmula de cálculo: somatório dos valores disponíveis em caixa, em 31/12/2010.
- d) Método de aferição: coleta manual, efetuada no sistema SIAFI.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Empresarial Financeira - SUPGF.
- f) Meta / Resultado do indicador: R\$ 250,00 milhões / R\$ 43,10 milhões. Não atingiu a meta.
- g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: meta não atingida em virtude da frustração de receita, na faixa de 300 milhões, e da inadimplência de clientes.
- h) Principais medidas implementadas/responsáveis: aporte de capital e aplicação da Portaria 47.

7. % de realização do plano de investimentos em TI

- a) Utilidade/finalidade: medir o montante de realização do Plano de Investimentos de TI, ou seja, a execução do orçamento aprovado para investimento de informática – hardware e software.
- b) Tipo: eficiência.
- c) Fórmula de cálculo: $(\text{Valor aprovado do Orçamento de TI} / \text{Valor realizado do Orçamento de TI}) * 100$.
- d) Método de aferição: coleta do valor aprovado e realizado no SIAFI e aplicação da fórmula.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Empresarial – Controle Empresarial (SUPCO).
- f) Meta / Resultado do indicador: 50% / 97,70%. Superou a meta.

8. % de cumprimento de níveis de serviço

- a) Utilidade / finalidade: avaliar a capacidade do SERPRO em atender ao contratado com seus clientes, por meio da apuração do cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos nos ANS cujos ANO já estão adequados.
- b) Tipo: eficácia.
- c) Fórmula de cálculo: Somatório do percentual de cumprimento de cada nível de serviço / Total de níveis de serviços monitorados.
- d) Método de aferição:
 - para cada nível de serviço contratado é verificado o que foi realizado no período;
 - se o nível de serviço realizado for igual ou superior ao contratado, considera-se que o nível de serviço foi cumprido em 100%;
 - se o nível de serviço realizado for inferior ao contratado, calcula-se o percentual de cumprimento;
 - o resultado do indicador é calculado somando-se o percentual de cumprimento de cada nível de serviço e dividindo-se o resultado pelo total de níveis de serviços monitorados.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços - SUPGS.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 96% / 99,90%. Superou a meta.

9. % de ANS adequados aos ANO

- Utilidade / finalidade: apurar o índice de adequação dos ANS aos ANO, em relação ao universo de ANS existentes.
- Tipo: eficácia.
- Fórmula de cálculo: $(\text{Quantidade de ANS adequados aos ANO} / \text{Universo de ANS existentes}) * 100$.
- Método de aferição: coleta automática pelo Sistema de Gestão de Serviços.
- Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços - SUPGS.
- Meta / Resultado do indicador no exercício: 90% / 91,80%. Superou a meta.

10. % de ANS monitorados

- Utilidade / finalidade: Apurar o índice de ANS monitorados em relação à quantidade de ANS adequados.
- Tipo: eficácia.
- Fórmula de cálculo: $(\text{Quantidade de ANS monitorados} / \text{Quantidade de ANS adequados aos ANO}) * 100$.
- Método de aferição: coleta automática no Sistema de Gestão de Serviços.
- Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços - SUPGS.
- Meta / Resultado do indicador no exercício: 95% / 97,62%. Superou a meta.

11. % de resolução dos acionamentos atendidos pelo Atendimento de 1º nível da CSS

- Utilidade / finalidade: Medir a eficiência do atendimento em 1º Nível.
- Tipo: eficiência.
- Fórmula de cálculo: $(\text{Nº de acionamentos solucionados em 1º nível} / \text{Nº total de acionamentos Atendidos}) * 100$.
- Método de aferição: coleta na ferramenta de workflow.
- Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços - SUPGS.
- Meta / Resultado do indicador no exercício: 85% / 87,30%. Superou a meta.

12. % de atendimento das demandas (desenvolvimento) no prazo

- Utilidade / finalidade: medir a capacidade de atendimento das demandas de desenvolvimento de software no prazo acordado.
- Tipo: eficiência.
- Fórmula de cálculo: $(\text{Total de Solicitações de Serviço entregues no prazo} / \text{Total de Solicitações de Serviço entregues}) * 100$.
- Método de Aferição:
 - medição de resultados restringe-se a SS entregues no mês; consideram-se entregues no prazo SS entregues em data igual ou anterior à “Expectativa Conclusão”; SS sem “Expectativa Conclusão” não são incluídas na medição; e
 - coleta sobre o sistema SGI.
- Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE.
- Meta / Resultado do indicador no exercício: 75% / 77,49%. Superou a meta.

13. Modelo global de dados implantado no MPOG

- Utilidade / finalidade: Prover ao Governo meios para trabalhar com as informações necessárias aos processos decisórios e na melhoria dos sistemas de apoio, do ciclo de planejamento, orçamento e finanças.
- Tipo: eficiência.
- Fórmula de cálculo: $(\text{Etapas implantadas} / \text{Etapas planejadas}) * 100$.
- Método de aferição: Atas de validação, com a manifestação de aceite pelo Cliente MPOG.
- Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Integração de Dados e Processos - SUNIT.
- Meta / Resultado do indicador no exercício: 100% / 100%. Atingiu a meta.

14. Produtividade do Desenvolvimento na Linguagem Java no framework Demoiselle

- a) Utilidade / finalidade: Medir a evolução da produtividade do desenvolvimento de Software.
- b) Tipo: eficiência.
- c) Fórmula de cálculo: Esforço total apropriado em projetos de software completos e/ou ágeis / Tamanho total dos projetos de software.
- d) Método de aferição:
- medição de resultados restringe-se a projetos completos e ágeis, concluídos no mês, “Linguagem predominante” Java Demoiselle, e esforço apropriado nas macroatividades “Análise e Projeto”, “Implementação” e “Testes”;
 - projetos sem informação de “PF realizado” não são incluídos na medição; e
 - coleta sobre o sistema SGI.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 19 HH/PF / 18,64 HH/PF. Superou a meta. (HH/PF - Homem Hora / Ponto de Função).

15. Produtividade do Desenvolvimento na Linguagem Natural

- a) Utilidade / finalidade: Medir a evolução da produtividade do desenvolvimento de Software.
- b) Tipo: eficiência.
- c) Fórmula de cálculo: Esforço total apropriado em projetos de software / Tamanho total dos projetos de software
- d) Método de aferição:
- medição de resultados restringe-se a projetos completos e ágeis, concluídos no mês, “Linguagem predominante” NATURAL, e esforço apropriado nas macroatividades “Análise e Projeto”, “Implementação” e “Testes”; projetos sem informação de PF realizado não são incluídos na medição; e
 - projetos sem informação de “PF realizado” não são incluídos na medição;
 - coleta sobre o sistema SGI.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desenvolvimento - SUPDE.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 9 HH/PF / 18,43 HH/PF. Não atingiu a meta.
- g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Existência de projetos completos multilinguagem e multiplataforma, nos quais a indicação de Natural como a linguagem predominante pode ser inadequada; Esforço de preparação e execução de testes integrados entre plataformas distintas não são considerados no escopo e medição de tamanho do projeto (PF); Contagens inicial e final do tamanho do projeto inexatas que provocam incorreções na produtividade calculada; Alterações de requisitos no decorrer da implementação, provocando distorções não aplicadas no planejamento e tamanho; Demora na fase de homologação, gerando apropriação de esforço, tanto do líder como dos analistas envolvidos, por período maior do que o previsto.
- h) Principais medidas implementadas/responsáveis: A base de cálculo para o indicador foi revista, adotando-se a apropriação relativa às macroatividades de construção (Análise e Projeto, Implementação e Testes), para fins de avaliação do resultado e possível proposição de nova forma de medição. Resultados foram acompanhados em paralelo aos resultados do planejamento estratégico, utilizando-se o período de maio a agosto/2010. Foi obtido resultado ainda inferior à meta definida, porém melhor que aquele apurado considerando-se a apropriação global (13,27 HH/PF, contra 9 HH/PF definidos para o planejamento); Elaboração e implementação inicial de projeto de capacitação em contagem de Pontos de Função, com vistas à melhoria das estimativas e contagens realizadas pelas equipes de desenvolvimento; Desenvolvimento de ferramenta automatizada para apoio à estimativa e contagem de Pontos de Função, com vistas à melhoria da qualidade do processo de contagem e consequentemente dos resultados apurados.

16. Número de horas de treinamento por empregado (média)

- a) Utilidade/finalidade: medir a média de horas de treinamento por empregado, visando monitorar permanentemente o processo de capacitação do corpo funcional para o exercício adequado de suas funções. São considerados treinamentos os eventos patrocinados pela empresa: palestras, cursos, workshops, seminários, fóruns presenciais e a distância, setoriais e corporativos.
- b) Tipo: eficiência.
- c) Fórmula de cálculo: Total da carga horária de todos os eventos de treinamento / Número de empregados do quadro interno.
- d) Método de aferição: coletado a partir de relatórios emitidos pelo Sistema de Educação Treinamento e Desenvolvimento - SISTED, do ambiente virtual de Educação a Distância e do Portal de Desenvolvimento

Gerencial.

- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Universidade Corporativa do SERPRO – UNISE.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 65h / 151,47h. Superou a meta.

17. Uso do Demoiselle nas novas soluções de desenvolvimento (Java e Aplicações Web não distribuídas)

- a) Utilidade/finalidade: medir a capacidade de desenvolvimento utilizando Demoiselle nas novas soluções que não se configurem como manutenção corretiva e não tenham restrições decorrentes da tecnologia previamente utilizada nos componentes existentes da solução.
- b) Tipo: eficiência.
- c) Fórmula de cálculo: $(\text{Total de projetos de SW Novos que usam framework} / \text{total de projetos de SW em Java e aplicada na Web não distribuídos}) \times 100$.
- d) Método de aferição: coletar o Total de projetos de software novos que usam framework e o Total de projetos de software em Java e aplicada na web não distribuídos no sistema SGI e aplicar a fórmula.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Desenvolvimento – SUPDE.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 90% / 87,76%. Não atingiu a meta.
- g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: Cadastramento de projetos de manutenções evolutivas de sistemas originalmente desenvolvidos em Java , com indicação inadequada de linguagem predominante “Java Web Não Distribuída”, dado que, nestes casos, não seria possível o uso do framework Demoiselle.
- h) Principais medidas implementadas/responsáveis: Orientação às equipes para qualificação adequada do tipo da linguagem e redefinição da fórmula de cálculo do indicador, que passou a focar somente os projetos onde seria possível o uso do framework Demoiselle.

18. % de ocupantes de cargo de Chefia (GFC) em todos os níveis, treinados/capacitados para atuar como agentes do processo de Comunicação

- a) Utilidade / finalidade: Melhorar o processo de Comunicação Organizacional.
- b) Tipo: eficiência.
- c) Fórmula de cálculo: $(\text{Empregados ocupantes de cargos de chefia capacitados} / \text{Nro de empregados ocupantes de cargos de chefia}) \times 100$
- d) Método de aferição: relatório de acompanhamento da CECOM.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Coordenação Estratégica de Comunicação Social – CECOM.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 50% / 28%. Não atingiu a meta.
- g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: programa implantando somente no segundo semestre..
- h) Principais medidas implementadas/responsáveis: Aprovado novo Plano de Capacitação para ser posto em prática a partir de Janeiro/2011.

19. % do valor anual de contratos de receita em conformidade com o padrão

- a) Utilidade / finalidade: analisar se os Contratos de Receita a serem firmados pelo SERPRO através das URC, estão em conformidade com o padrão estabelecido pela Norma CN002 – Contratos de Receita - Procedimentos e Responsabilidades. Serão analisados os Contratos a serem firmados com valor superior a R\$ 1 milhão de reais anuais.
- b) Tipo: eficiência.
- c) Fórmula de cálculo: $\text{Valor anual Contratos conforme} / \text{Valor anual total contratado}$.
- d) Método de aferição: coletado a partir do DW Financeiro, Módulo ADCON do Infoserpro e Norma CN002.
- e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Gestão Empresarial – Controle Empresarial - SUPCO.
- f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 90% / 94,58%. Superou a meta.

20. Medição piloto de satisfação de clientes

Indicador não especificado e não mensurado.

21. % de satisfação dos empregados

a) Utilidade / finalidade: medir o nível de satisfação dos empregados em relação às práticas de gestão adotadas pela Empresa e às ações propostas e implementadas em decorrência dos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional anterior, por meio de Pesquisa de Satisfação a ser realizada em 2010.

b) Tipo: eficácia.

c) Fórmula de cálculo: (Total de respostas referentes à satisfação / total de respostas) * 100.

d) Método de aferição: pesquisa de satisfação.

e) Área responsável pelo cálculo ou medição: Superintendência de Pessoas - SUPGP.

f) Meta / Resultado do indicador no exercício: 65% / 59,24%. Não atingiu a meta.

g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado: É importante considerar que, dos 7.438 empregados do Quadro Interno, habilitados a participarem da pesquisa, 2.907 empregados responderam, correspondendo a 39,08% de participação. Ressalta-se que a baixa participação pode impactar no resultado apurado, pois quanto maior a participação, mais fidedigno é o diagnóstico.

h) Principais medidas implementadas/responsáveis: Com base na análise detalhada de cada dimensão que compõe o resultado apurado da pesquisa de clima organizacional, o Comitê Gestor do Clima - Comclima define direcionamentos para os próximos ciclos e elabora plano de ações corporativas.

3.PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Não se aplica

4.RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Não se aplica

5. INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS

5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - 31/12/2010

a) Servidores ativos

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010 (*)	Egressos em 2010 (*)
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	N/A ¹			
2 Provimento de cargo em comissão				
3 Provimento de emprego público				
3.1 Celetistas	11.575	10.990	640	268
3.2 Mandatários	7	7	-	-
3.3 Requisitados	9	9	-	-
Total	11.591	11.006	640	268

Fonte: InfoGP – dez/2010.

Obs.: (*) Concursados com admissão e desligamento no mesmo mês.

¹N/A – Não se Aplica:

Ingressos

- No INFOGP foram divulgadas 640 admissões (599 concurso + 41 readmissões).
- No SISAC – TCU foram informadas 601 admissões por concurso público.
- No INFOGP não foram divulgadas 2 admissões/desligamento ocorridas no mesmo mês (concurso público).

Egressos

- No INFO são divulgadas todas as motivações.
- No SISAC – TCU não é informado o empregado que se desligou do Serpro por extinção de contrato.

b) Composição do quadro Recursos Humanos por faixa etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1 Provimento de cargo efetivo	N/A				
2 Provimento de cargo em comissão					
3 Provimento de emprego público					
3.1 Celetistas	1.141	1.754	2.562	4.823	710
3.2 Mandatários	-	-	-	7	-
3.3 Requisitados	-	1	5	2	1
Total	1.141	1.755	2.567	4.832	711

c) Composição do quadro recursos humanos por escolaridade

Tipologia do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Provimento de cargo efetivo	N/A								
2 Provimento de cargo em comissão									
3 Provimento de emprego público									
3.1 Celetistas			85	425	4.527	5.118	703	126	6
3.2 Mandatários			-	-	1	2	4	-	-
3.3 Requisitados			-	-	-	7	2	-	-
Total			85	425	4.528	5.127	709	126	6

LEGENDA :Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: InfoGP – dez/2010.

5.2 - Servidores inativos e pensionistas - 31/12/2010 – Não se aplica

5.3 - Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1o Trimestre	2o Trimestre	3o Trimestre	4o Trimestre	
Nível superior	Não há estagiários de nível superior				
Nível Médio					
Área Fim	-	5	4	2	4.950,00
Área Meio	-	-	-	-	-

5.4 – Quadro Custos Recursos Humanos – 2008 a 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e ou vantagens fixas	Despesas Variáveis						Valores em R\$1,00	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Beneficiários Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Total	
Celetistas									
2008	374.899.453,70	-	97.224.243,41	2.648.854,54	-	-	-	474.772.551,65	
2009	454.688.032,05	-	108.652.749,50	2.741.784,63	-	-	-	566.082.566,18	
2010	505.269.990,13	-	119.008.605,94	3.042.889,08	-	-	-	627.321.485,15	
Mandatários									
2008	1.410.307,80	-	-	-	-	-	-	1.410.307,80	
2009 ¹	2.059.329,76	-	-	-	-	-	-	2.059.329,76	
2010	2.193.198,11	-	-	-	-	-	-	2.193.198,11	
Requisitados									
2008	610.372,76	-	-	-	-	-	-	610.372,76	
2009	755.091,97	-	-	-	-	-	-	755.091,97	
2010	900.127,47	-	-	-	-	-	-	900.127,47	
2010	505.269.990,13	-	119.008.605,94	3.042.889,08	-	-	-	627.321.485,15	

Fonte: Relatório de Gestão 2009
¹ No ano 2009 o número de Mandatários passou de 6 para 7 membros, número que se manteve em 2010.

5.5 - Contratos prestação de serviços com locação de mão de obra

a) Serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL CURITIBA UG/Gestão:803090 – CNPJ: 33.683.111/0010-10													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	V	O	RG 37834	02.426.907/0001-42	01/01/2005	30/06/2010	10	10	5	5	-	-	E
2006	L	O	RG 39353	03.981.373/0001-89	24/07/2006	23/07/2011	17	17	-	-	-	-	P
2010	V	O	RG 44574	05.948.378/0001-35	01/07/2010	30/06/2011	12	12	5	5	-	-	A

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SALVADOR UG/Gestão:803050 – CNPJ: 33.683.111/0006-03													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	RG 41712	06.001.810/0001-49	25/03/2008	30/12/2010	23	23	-	-	-	-	E
2008	V	O	RG 42154	03.394.369/0001-14	01/08/2008	31/07/2011	-	-	19	19	-	-	P
2007	V	O	RG 40448	02.081.574/0001-67	16/04/2007	15/04/2011	-	-	4	4	-	-	P

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELÉM UG/Gestão:803020 – CNPJ: 33.683.111/0003-60													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	RG 43926	34.896.233/0001-36	07/12/2009	15/09/2010	14	14	-	-	-	-	E
2010	L	E	RG 44845	10.587.618/0001-53	16/09/2010	15/03/2011	8	8	6	6	-	-	A
2009	L	O	RG 44011	04.605.778/0001-85	21/12/2009	20/12/2011	2	2	-	-	-	-	P
2010	V	O	RG 44000	00.621.158/0012-31	01/01/2010	30/09/2010	16	16	-	-	-	-	E
2010	V	O	RG 44927	09.211.205/0001-90	01/10/2010	30/09/2011	16	16	-	-	-	-	A
2007	V	O	RG41167	63.724.470/0001-18	01/11/2007	31/10/2012	-	-	4	4	-	-	A

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RECIFE UG/Gestão:803040 - CNPJ: 33.683.111/0005-22													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	RG 39939	02.726.118/0001-27	01/12/2006	30/11/2011	20	20	-	-	-	-	P
2009	V	O	RG 43573	04.896.282/0001-08	10/09/2009	09/09/2011	-	-	21	21	-	-	P

Observação: Nos contratos acima não há exigência de nível de escolaridade.

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: 803070 CNPJ: 33.683.111/0008-75													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	RG 41036	36.529.998/0001-63	09/09/2007	08/09/2012	66	66	1	1	-	-	P
2009	V	O	RG 43168	06.037.043/0001-28	01/05/2009	30/04/2014	-	-	132	132	-	-	P

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – FORTALEZA													
UG/Gestão:803030 CNPJ: 33.683.111/0004-41													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	RG 43674 e aditivo 44246	04.894.089/0001-38	01/10/2009	01/10/2011	16	16	8	8	-	-	P
2009	V	O	RG 43657	08.293.388/0001-78	01/10/2010	29/02/2010	-	-	29	29	-	-	E
2010	V	O	RG 44211	05.594.403/0001-20	01/03/2010	28/02/2011	-	-	29	29	-	-	A

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BELO HORIZONTE													
UG/Gestão:803060 CNPJ: 33.683.111/0007-94													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	RG 38773	02.199.157/0001-13	09/02/2006	08/02/2011	16	16	5	5*	-	-	A
2007	L	O	RG 41319	06.090.065/0001-51	07/12/2007	02/05/2010	34	34	-	-	-	-	E
2010	L	O	RG 44402	04.437.161/0001-06	03/05/2010	02/05/2011	26	26	-	-	-	-	A

Obs:* 1 dos vigilantes da EQUIPE foi elevado a função de inspetor, com anuência da Chefia da GLBHE, pelo histórico de serviços prestados no posto de trabalho no prédio do SERPRO/BH. Conforme orientado, o referido inspetor está fazendo curso supletivo para concluir o 2º grau (ensino médio).

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – PORTO ALEGRE UG/Gestão:803100 CNPJ: 33.683.111/0011-70													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	RG 39364	00.482.840/0001-38	18/07/2006	17/07/2011	12	12	2	2	-	-	A
2005	V	O	RG 38097	04.281.402/0001-62	19/08/2005	18/08/2010	7	7	9	9	-	-	A
2010	V	E	RG 38097	04.281.402/0001-62	19/08/2010	17/08/2011	19	19	11	11	-	-	A

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BRASÍLIA/SEDE UG/Gestão:803010 e 806030 CNPJ: 33.683.111/0002-08 e 33.683.111/0001-07													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	RG 40434	08.531.933/0001-17	20/04/2007	14/04/2011	3	3	-	-	-	-	P
2008	L	O	RG 39625	07.562.469/0001-63	28/05/2008	27/05/2011	3	3	-	-	-	-	P
2010	L	O	RG 44119	32.928.418/0001-50	03/02/2010	02/02/2011	18	18	-	-	-	-	P
2010	L	O	RG 44023	60.831.344/0001-74	04/01/2010	03/01/2012	72	72	-	-	-	-	P
2007	V	O	RG 40580	03.677.044/0002-20	01/06/2007	31/05/2011	-	-	125	125	-	-	P
2010	V	O	RG 44956	09.478.499/0001-11	01/10/2010	30/09/2011	-	-	4	4	-	-	P

Limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SÃO PAULO UG/Gestão:803080 CNPJ: 33.683.111/0009-56													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C				SIT		
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	RG 40631	00.482.840/0001-38	01/07/2007	30/06/2012	52	49	5	7		1	A
2010	V	O	RG 44849	10.478.353/0001-55	05/09/2010	04/09/2015	69	69	12	11		1	A
2005	V	O	RG 38148	66.063.256/0001-56	05/09/2005	04/09/2010	60	60	12	12			E

Obs: Contratos de prestação de serviço com mão-de obra residente

b) Serviços apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL CURITIBA													
UG/Gestão:803090 – CNPJ: 33.683.111/0010-10													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	7	O	RG 38682	62.289.327/0001-82	09/01/2006	08/01/2011	-	-	1	1	2	2	E
2006	2	O	RG 39178	95.391.413/0001-50	07/06/2006	06/06/2011	5	5	-	-	-	-	P
2006	2	O	RG 39560	81.252.793/0001-38	15/09/2006	14/09/2010	1	1	-	-	-	-	E
2006	7	O	RG 39599	03.612.495/0001-06	13/09/2006	12/09/2011	1	1	-	-	-	-	P
2007	7	O	RG 40374	85.490.746/0001-83	02/05/2007	01/05/2011	2	2	-	-	-	-	P
2008	3	O	RG 42649	80.033.004/0001-05	01/12/2008	30/11/2011	2	2	-	-	-	-	P
2009	7	O	RG 42761	07.726.080/0001-06	05/01/2009	04/01/2011	-	-	-	-	2	2	E
2009	7	O	RG 43388	84.965.706/0001-88	15/07/2009	14/07/2011	2	2	-	-	-	-	P
2010	6	O	RG 44694	51.549.301/0007-03	15/07/2010	14/07/2012	-	-	18	18	-	-	A
2010	2	O	RG 44801	08.097.681/0001-60	15/09/2010	14/09/2011	1	1	-	-	-	-	A
2010	1/3/7	O	RG 45010	09.310.539/0001-11	06/11/2010	05/11/2011	3	3	6	6	-	-	A

Obs: Contratos RG. 38682, RG. 42761 e RG. 44694 – Gestão SUPGP – Contrato RG. 45010 Gestão SUPGL Florianópolis

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional	2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	5. Serviços de Brigada de Incêndio	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes - 7. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SALVADOR													
UG/Gestão:803050 – CNPJ: 33.683.111/0006-0310													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	2	O	RG 38389	15.243.835/0001-40	01/11/2005	31/10/2010	-	-	8	8	1	1	E
2010	2	O	RG 45056	15.243.835/0001-40	01/11/2010	31/10/2011	-	-	8	8	1	1	A
2007	7	O	RG 40925	06.948.355/0001-93	03/07/2007	02/09/2011	-	-	5	5	-	-	P
2008	2	O	RG 38293	13.491.709/0001-89	15/06/2005	14/09/2010	-	-	1	1	-	-	E
2010	2	O	RG 45019	13.491.709/0001-89	15/10/2010	14/10/2011	-	-	1	1	-	-	A
2008	7	O	RG 42597	01.650.008/0001-66	03/11/2008	02/11/2011	-	-	-	-	2	2	P
2008	7	O	RG 42890	06.227.199/0001-71	19/12/2008	18/12/2011	-	-	1	1	2	2	P
2009	6	O	RG 43428	61.600.839/0001-55	15/07/2009	14/07/2011	-	-	13	13			P
2009	3	*	RG 43126	04.404.025/0001-01	15/04/2009	14/04/2011	16	16	-	-	1	1	P

Obs: * Contrato de Concessão de Uso de Instalações.

Apoyo administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELÉM UG/Gestão:803020/GLBLM– CNPJ: 33.683.111/0003-60													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	1	O	RG 39262	07.808.681/0001-68	03/07/2006	02/07/2011	-	-	4	4	-	-	P
2008	2	O	RG 42152	01.427.148/0001-70	01/08/2008	31/07/2011	-	-	7	7	-	-	P
2006	4	O	RG 38676	03.534.028/0001-05	16/01/2006	15/01/2011	-	-	3	3	-	-	P
2009	7	O	RG 43570	07.301.213/0001-00	15/09/2009	09/04/2010	-	-	3	3	-	-	E
2009	7	O	RG 44001	83.368.837/0001-15	23/12/2009	06/02/2011	-	-	1	1	-	-	P
2010	7	O	RG 44286	83.368.837/0001-15	12/04/2010	11/04/2011	-	-	3	3	-	-	A
2008	6	O	RG 41383	07.611.485/0001-07	02/01/2008	01/01/2013	3	3	11	11	-	-	A
2008	7	O	RG 42512	06.088.979/0001-88	21/10/2008	20/10/2011	-	-	-	-	1	1	P

Apoyo administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RECIFE UG/Gestão:803040 - CNPJ: 33.683.111/0005-22													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	2	O	RG 42672	01.880.463/0001-58	23/12/2008	22/12/2011	9	9	1	1	-	-	P
2006	3	O	RG 39939	02.726.118/0001-27	01/12/2006	30/11/2011	3	3	-	-	-	-	P
2008	7	O	RG 42797	08.974.048/0001-02	05/12/2008	04/12/2011	7	7	-	-	-	-	P
2008	7	O	RG 41688	02.726.118/0001-27	19/03/2008	18/03/2011	2	2	-	-	-	-	P
2010	7	O	RG 44163(RCE)	67.071.001/0003-60	10/02/2010	09/02/2011	-	-	1	1	-	-	A
2008	6	O	RG 41605	10.998.292/0001-57	11/03/2008	10/03/2013	19	19	-	-	-	-	P
2008	7	O	RG 42510	05.877.704/0001-60	15/10/2008	14/10/2011	-	-	-	-	2	2	P

Obs: Nos contratos acima não há exigência de nível de escolaridade para os trabalhadores, exceto o contrato RG 42510.

Apoyo administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – PORTO ALEGRE UG/Gestão:803100 CNPJ: 33.683.111/0011-70													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	2	O	RG 42211	10.668.049/0001-70	18/07/2008	17/07/2013	7	7	3	3	-	-	A
2009	1	O	RG 43957	06.090.065/0001-51	01/01/2009	31/12/2014	-	-	2	2	-	-	A
2006	1	O	RG 39809	04.437.161/0001-06	01/11/2006	31/10/2011	1	1	4	4	-	-	A
2006	7	O	RG 39508	33.158.874/0001-20	23/08/2006	22/08/2011	-	-	3	3	-	-	A

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – RIO DE JANEIRO													
UG/Gestão: 803070 CNPJ: 33.683.111/0008-75													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	1	O	RG 38732	72.141.252/0001-41	16/01/2006	15/01/2012	16	16	-	-	-	-	P
2006	6	O	RG 39678	33.583.592/0057-25	25/08/2006	24/08/2010	42	42	-	-	-	-	E
2008	7	O	RG 41592	00.674.347/0001-10	14/02/2008	13/02/2013			5	5	9	9	P
2008	1	O	RG 41690	08.974.048/0001-02	19/03/2008	18/03/2013	2	2	-	-	-	-	P
2010	1	O	RG 44742	68.582.709/0001-86	03/08/2010	02/08/2015	4	4	-	-	-	-	A
2010	1	O	RG 44743	06.263.083/0001-98	03/08/2010	02/08/2015	20	20	-	-	-	-	A
2010	2	O	RG 44921	73.678.005/0001-41	20/09/2010	19/09/2015	17	17	-	-	1	1	A
2010	2	O	RG 45106	32.330.003/0001-80	05/11/2010	04/11/2015	22	22	-	-	2	2	A

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – FORTALEZA													
UG/Gestão:803030 CNPJ: 33.683.111/0004-41													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	RG 43237 Adt.RG 44484	01.756.239/0001-59	27/05/2009	26/05/2011 (Ad.)	5	5	3	3	-	-	P
2010	4	O	RG 44795	09.517.329/0001-07	24/08/2010	23/08/2011	3	3	-	-	-	-	A
2007	4	O	RG 40549 adts 41889 , 43230 e 44522	03.151.133/0001-57	23/05/2007	23/08/2010	3	3	-	-	-	-	E
2010	7	O	44093	02.441.569/0001-18	01/02/2010	31/01/2011	-	-	4	4	-	-	A
2008	6	O	41632 e aditivos 43357 e 44506	23.497.944/0001-11	03/03/2008	03/03/2011	11	11	-	-	-	-	A

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BELO HORIZONTE													
UG/Gestão:803060 CNPJ: 33.683.111/0007-94													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	RG 44404	10.668.049/0001-70	01/05/2010	02/05/2011	2	2	-	-	-	-	A
2010	1	O	RG 44403	06.090.065/0001-51	03/05/2010	02/05/2010	10	10	-	-	-	-	A
2010	3	O	RG 44402	04.437.161/0001-06	03/05/2010	02/05/2011	3	3	-	-	-	-	A
2008	2	O	RG 41948	33.158.874/0001-20	05/06/2008	31/07/2012	9	9	5	5			A
2008	1	O	RG 42837	06.227.199/0001-71	23/12/2008	22/12/2011	-	-	-	-	2	2	A
2010	1	O	RG 44117	02.447.032/0001-65	03/02/2010	02/02/2011	3	3	-	-	-	-	A
2010	6	O	RG 44383	19.201.128/0001-41	26/04/2010	25/04/2012	11	11	-	-	-	-	A

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – BRASÍLIA/SEDE UG/Gestão:803010 e 806030 CNPJ: 33.683.111/0002-08 e 33.683.111/0001-07													
Ano	Área	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	RG 44242	10.688.520/0001-92	22/03/2010	21/03/2011	71	71	-	-	-	-	A
2010	1	O	RG 44757	08.865.102/0001-81	09/08/2010	08/08/2011	1	1	-	-	-	-	A
2010	1	O	RG 44758	08.338.786/0001-63	09/08/2010	08/08/2011	1	1	-	-	-	-	A
2007	7	O	RG 41193	00.706.148/0001-46	09/11/2007	08/11/2011	2	2	2	1	4	4	P
2010	6	O	RG 44281	33.583.592/0001-01	01/04/2010	31/03/2012	-	-	41	41	-	-	A
2007	5	O	RG 40966	37.077.716/0001-05	12/09/2007	11/09/2011	-	-	8	8	-	-	P
2009	7	O	RG 43436	00.691.905/0001-52	29/07/2009	28/07/2011	24	24			-	-	P
2007	7	O	RG 40580	03.677.044/0002-20	01/06/2007	31/05/2011	-	-	36	40	-	-	P
2008	2	O	RG 41910	00.630.999/0001-52	02/06/2008	01/06/2011	4	4	33	33	1	1	P
2007	2	O	RG 40608	03.591.509/0001-44	11/06/2007	10/06/2011	2	2	7	7	1	1	P
2007	1	O	RG 40696	07.076.118/0001-42	02/07/2007	01/07/2011	1	1	-	-	-	-	P
2007	1	O	RG 40618	07.076.118/0001-42	14/06/2007	13/06/2011	1	1	-	-	-	-	P
2008	1	O	RG 42480	32.928.418/0001-50	14/10/2008	13/10/2009	6	6	-	-	-	-	P
2010	2	O	RG 44119	32.928.418/0001-50	03/02/2010	02/02/2011	-	-	14	14	1	1	A
2010	3	O	RG 44206	01.708.458/0001-62	05/03/2010	04/03/2011	32	32	-	-	-	-	A

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SÃO PAULO UG/Gestão:803080 CNPJ: 33.683.111/0009-56													
Ano	Area	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	2,4	O	RG 41379	01.756.239/0001-59	01/01/2008	31/12/2012	14	14	26	26	2	2	A
2006	2,4	O	RG 39317	52.138.757/0001-40	22/07/2006	21/07/2011			3	3	-	-	A
2007	3	O	RG 40631	00.482.840/0001-38	01/07/2007	30/06/2012	12	11	1	2	-	-	A
2010	5	O	RG 44849	10.478.353/0001-55	05/09/2010	04/09/2015	2	-	-	2	-	-	A
2010	6	O	RG 44719	51.549.301/0001-00	02/08/2010	01/08/2005			22	22	-	-	A
2007	7	O	RG 40631	00.482.840/0001-38	01/07/2007	30/06/2012	22	14	3	11	-	-	A
2005	7	O	RG 38148	66.063.256/0001-56	05/09/2005	04/09/2010	2	2	-	-	-	-	E
2006	7	O	RG 39808	73.887.424/0001-93	01/11/2006	31/10/2011	-	-	1	1	4	4	A
2009	7	O	RG 42722	05.877.704/0001-60	02/02/2009	01/02/2014	-	-	-	-	-	-	A
2008	7	O	RG 42798	08.662.712/0001-88	24/12/2008	23/12/2013	-	4	-	3	-	2	A

Apoio administrativo, manutenção e conservação de bens imóveis, copa e cozinha, brigada de incêndio, menor aprendiz.													
Unidade Contratante: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SÃO PAULO													
UG/Gestão: 803080 CNPJ: 33.683.111/0009-56													
Ano	Area	Nat	Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível escolaridade e quantitativo P/C						SIT
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	7	O	RG 39241	01.546.939/0001-19	02/07/2006	01/07/2011	-	-	-	2	-	-	A
2007	7	O	RG 40654	04.440.542/0001-36	01/07/2007	30/06/2012	6	6	1	1			A
2009	7	0	RG 43513	47.900.949/0001-01	24/09/2009	23/09/2014	3	3	-	-	-	-	A
2007	7	0	RG 40986	47.900.949/0001-01	24/09/2007	23/09/2012	2	2	-	-	-	-	A
2008	7	O	RG 42605	05.449.253/0001-60	01/12/2008	01/12/2013	3	-	-	2	-	-	A
2008	7	O	RG 42578	07.605.506/0001-73	01/12/2008	30/11/2013	4	1	-	-	-	-	A
2007	7	O	RG 41340	06.146.308/0001-00	17/12/2007	16/12/2012	7	3	-	-	-	-	A
2008	7	O	RG 42584	59.126.045/0001-50	01/12/2008	30/11/2013	4	4	-	-	-	-	A

Obs: Contratos de prestação de serviço com mão de obra residente.

c) Distribuição do pessoal por contrato/região

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL CURITIBA			
UG/Gestão: 803090 CNPJ: 33.683.111/0010-10			
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 37834	8	15	SUPGL/Regional Curitiba
RG 38682	9	3	SUPGP/Regional Curitiba
RG 39178	2	6	SUPGL/Regional Curitiba
RG 39353	7	17	SUPGL/Regional Curitiba
RG 39560	2	1	SUPGL/Regional Curitiba
RG 39599	9	1	SUPGL/Regional Curitiba
RG 40374	9	2	SUPGL/Regional Curitiba
RG 42649	3	2	SUPGL/Regional Curitiba
RG 42761	9	2	SUPGP/Regional Curitiba
RG 43388	9	2	SUPGL/Regional Curitiba
RG 44574	8	17	SUPGL/Regional Curitiba
RG 44694	6	18	SUPGP/Regional Curitiba
RG 44801	2	1	SUPGL/Regional Curitiba
RG 45010	1/3/ 7	9	SUPGL/Regional Florianópolis

LEGENDA	
Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SALVADOR			
UG/Gestão: 803050		CNPJ: 33.683.111/0006-03	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 41712	7	23	SUPGL/Regional Salvador
RG 42154	8	19	SUPGL/Regional Salvador
RG 40448	4	4	SUPGL/Regional Salvador
RG 38389	2	9	SUPGL/Regional Salvador
RG 45056	2	9	SUPGL/Regional Salvador
RG 40925	9	5	SUPGL/Regional Salvador
RG 38293	2	1	SUPGL/Regional Salvador
RG 45019	2	1	SUPGL/Regional Salvador
RG 42597	9	2	SUPGL/Regional Salvador
RG 42890	9	3	SUPGL/Regional Salvador
RG 43428	6	13	SUPGL/Regional Salvador
RG 43126	3	17	SUPGL/Regional Salvador

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELÉM			
UG/Gestão: 803020		CNPJ: 33.683.111/0003-60	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 43926	7	14	SUPGL/Regional Belém
RG 44845	7	14	SUPGL/Regional Belém
RG 44011	7	2	SUPGL/Escritório Manaus
RG 44000	8	16	SUPGL/Regional Belém
RG 44927	8	16	SUPGL/Regional Belém
RG 41167	8	4	SUPGL/Escritório Manaus
RG 39262	1	4	SUPGL/Regional Belém
RG 42152	2	7	SUPGL/Regional Belém
RG 38676	4	3	SUPGL/Regional Belém
RG 43570	9	3	SUPGL/Regional Belém
RG 44001	9	1	SUPGL/Escritório Manaus
RG 44286	9	3	SUPGL/Regional Belém
RG 41383	6	14	SUPGP/Regional Belém
RG 42512	9	1	SUPGP/Regional Belém

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RECIFE			
UG/Gestão: 803040		CNPJ: 33.683.111/0005-22	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 39939	7	20	Regional Recife
RG 43573	8	21	Regional Recife
RG 42672	2	10	Regional Recife
RG 39939	3	3	Regional Recife
RG 42797	9	7	Regional Recife
RG 41688	9	2	Regional Recife
RG 44163(RCE)	9	1	Regional Recife
RG 41605	6	19	Regional Recife
RG 42510	9	2	Regional Recife
Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL PORTO ALEGRE			
UG/Gestão: 803100		CNPJ: 33.683.111/0011-70	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 43957	1	2	SUPGL / Regional Porto Alegre
RG 39809	1	5	SUPGL / Regional Porto Alegre
RG 42211	2	10	SUPGL / Regional Porto Alegre
RG 39364	3	1	SUPGL / Regional Porto Alegre
RG 39364	7	14	SUPGL / Regional Porto Alegre
RG 38097	8	16	SUPGL / Regional Porto Alegre
RG 39508	9	3	SUPGL / Regional Porto Alegre
Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL RIO DE JANEIRO			
UG/Gestão: 803070		CNPJ: 33.683.111/0008-75	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 41036	7	67	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 43168	8	132	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 38732	1	16	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 39678	6	42	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 41592	7	14	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 41690	1	2	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 44742	1	4	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 44743	1	20	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 44921	2	18	SUPGL/Regional Rio de Janeiro
RG 45106	2	24	SUPGL/Regional Rio de Janeiro

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL FORTALEZA			
UG/Gestão: 808120		CNPJ: 33.683.111/0004-41	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 43237	2	8	SUPGL/Regional Fortaleza
RG 44795	4	3	SUPGL/Regional Fortaleza
RG 40549 *	4	3	SUPGL/Regional Fortaleza
RG 44093	9	4	SUPGL/Regional Fortaleza
RG 43674	7	24	SUPGL/Regional Fortaleza
RG 44211	8	29	SUPGL/Regional Fortaleza
RG 43657 *	8	29	SUPGL/Regional Fortaleza
RG 41632	6	11	SUPGL/Regional Fortaleza
Obs: * Contratos encerrados. Portanto, não havia trabalhadores alocados em 31/12/2010			

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BELO HORIZONTE			
UG/Gestão: 803060		CNPJ: 33.683.111/0007-94	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 38773	8	21	SUPGL / Regional Belo Horizonte
RG 41319	7	34	SUPGL / Regional Belo Horizonte
RG 41948	2	14	SUPGL / Regional Belo Horizonte
RG 42837	2	2	SUPGL / Regional Belo Horizonte
RG 44117	1	3	SUPGL / Regional Belo Horizonte
RG 44383	6	11	SUPGP / Regional Belo Horizonte
RG 44402*	7	26	SUPGL / Regional Belo Horizonte
RG 44402*	3	3	SUPGL / Regional Belo Horizonte
RG 44403	1	10	SUPGL / Regional Belo Horizonte
RG 44404	1	2	SUPGL / Regional Belo Horizonte
Obs: * Contrato com mais de uma área de contratação, explicitado em separado nos quadros anteriores referentes à Regional.			

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SÃO PAULO			
UG/Gestão: 803080		CNPJ: 33.683.111/0009-56	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 41379	2/4	42	SUPGL/Regional São Paulo
RG 39317	2/4	3	SUPGL/Regional São Paulo
RG 40631	3	13	SUPGL/Regional São Paulo
RG 44719	6	22	SUPGP/Regional São Paulo
RG 40631	7	57	SUPGL/Regional São Paulo
RG 44849	8	81	SUPGL/Regional São Paulo
RG 40631	9	25	SUPGL/Regional São Paulo
RG 40654	9	7	SUPGL/Regional São Paulo
RG 39808	9	5	SUPGP/Regional São Paulo
RG 42722	9	5	SUPGP/Regional São Paulo
RG 39241	9	2	SUPGL/Regional São Paulo

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL SÃO PAULO			
UG/Gestão: 803080		CNPJ: 33.683.111/0009-56	
RG 42798	9	9	SUPGL/Regional São Paulo
RG 44849	9	2	SUPGL/Regional São Paulo
RG 43513	9	3	SUPGL/Regional São Paulo
RG 40986	9	2	SUPGL/Regional São Paulo
RG 42605	9	3	SUPGL/Regional São Paulo
RG 42578	9	4	SUPGL/Regional São Paulo
RG 41340	9	7	SUPGL/Regional São Paulo
RG 42584	9	4	SUPGL/Regional São Paulo

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BRASÍLIA/SEDE			
UG/Gestão: 803010 e 806030		CNPJ: 33.683.111/0002-08 e 33.683.111/0001-07	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
RG 40434	1	3	Escritório/Goiânia
RG 39625	1	3	Escritório/Campo Grande
RG 44757	1	1	Escritório/Goiânia
RG 44758	1	1	Escritório/Cuiabá
RG 44808	1	3	Escritório/Palmas
RG 40696	1	1	Escritório/Campo Grande
RG 44956	8	4	Escritório/Goiânia
RG 40618	1	1	Escritório/Palmas
RG 43436	1	12	SUPGL/Sede
		10	SUPGL/Regional Brasília
RG 40580	8	52	SUPGL/Sede
		73	SUPGL/Regional Brasília
RG 40608	2	7	SUPGL/Regional Brasília
		3	SUPGL/Sede
RG 41910	2	22	SUPGL/Sede
		24	SUPGL/Regional Brasília
RG 44206	3	19	SUPGL/Sede
		13	SUPGL/Regional Brasília
RG 44242 (Atlanta)	1	41	SUPGL/Sede
		30	SUPGL/Regional Brasília
RG 44119	2	10	SUPGL/Sede
		8	SUPGL/Regional Brasília
RG 42480	1	4	SUPGL/Sede
		2	SUPGL/Regional Brasília
RG 41193	9	2	SUPGP/Sede
		2	SUPGP/Regional Brasília
RG 40966	5	4	SUPGL/Sede

Pessoal contrato por região			
Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – REGIONAL BRASÍLIA/SEDE			
UG/Gestão: 803010 e 806030		CNPJ: 33.683.111/0002-08 e 33.683.111/0001-07	
Contrato	Área	Quantidade Unidade	Unidade Administrativa
		4	SUPGL/Regional Brasília
RG 44023	7	33	SUPGL/Regional Brasília
		39	SUPGL/Sede
RG 44281	6	13	SUPGP/Regional Brasília
		28	SUPGP/Sede

d) Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-fim

EXERCÍCIO 2009/2010							
N a t	Contrato	Empresa contratada :Consórcio CDTB - composto pelas empresas :B2BR, CAST, DBA e TATA		Vigência do Contrato		Nível Esc	S i t
				Início	Fim		
O	RG 39.467	B2BR-Business To Business do Brasil Lt	01.162.636/0001-00	16/08/2006	15/08/2010	NA	E
		Cast Informatica S/A	03.143.181/0001-01				
		DBA Engenharia de Sistemas Ltda Lt	32.121.162/0001-74				
		TATA Consultancy Services do Brasil S/A	04.266.331/0001-29				
OBJETO : Serviços técnicos especializados de desenvolvimento, manutenção de sistemas de informação e documentação de sistemas.							
ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS : Contratados em regime de fábrica de software e sob a métrica de pontos por Função, para ambientes Cliente Servidor, WEB, Três Camadas e Mainframe, relacionados a seguir, considerando:Dessenvolvimento, Manutenções Evolutiva, Corretiva e Adaptativa, Documentação em Sistemas Legados.							
Fornecedor		Qd.PF	VI Unit.	Total	Qd.PF	VI Unit.	Total
				2009		2010	
B2BR		968,06	342,90	331.947,77	-	-	-
		3.176,55	339,00	1.076.850,45	-	-	-
SOMA		4.144,61		1.408.798,22	-	-	-
CAST INFORMÁTICA		471,00	342,90	161.505,90	65,10	339,00	22.068,00
		4.029,62	339,00	1.366.041,18	-	-	-
SOMA		4.500,62		1.527.547,08	65,10		22.068,00
DBA ENGENHARIA		0,00	342,90	0,00	-	-	-
		91,58	339,00	31.045,62	-	-	-
SOMA		91,58		31.045,62	-	-	-
TATA CONSULTANCY		375,54	342,90	128.772,67	-	-	-
		236,45	339,00	80.156,55	-	-	-
SOMA		611,99		208.929,22	-	-	-
TOTAL		9.348,80		3.176.320,14	-	-	22.068,00
O Contrato encerrou-se em 15/08/2010 em atendimento ao Acórdão 341/2009 – Plenário. Os serviços até então executados foram absorvidos através de contratações por Concurso Público.							

5.6 - Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Os indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos são os constantes no Planejamento Estratégico da Diretoria de Administração item 2.6.3.

Informamos a seguir alguns indicadores que acreditamos pertinentes.

a) Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

O Serpro conta com 11 serviços de saúde ocupacional, na Sede e 10 representações regionais, que realizam exames ocupacionais para seus empregados. Cada exame é composto por, no mínimo, 23 informações diferentes. Além desses exames são prestados atendimentos à intercorrências no ambiente de trabalho.

Durante o ano de 2010 foram realizados 6.551 atendimentos médicos, 21.158 de enfermagem e 15.346 homologações de atestados médicos.

Os serviços de saúde ocupacional participaram, durante o ano, das Semanas de Prevenção de Acidentes promovidas pelas CIPAs bem como de outros eventos relativos à saúde dos empregados.

Fonte: SUPGP/GPTRB

b) Rotatividade -TURNOVER

ATOS	QUANTIDADE POR ANO	
	2009	2010
Ingressos	653	640
Desligamentos	527 *	268
Diferença entre Ingressos e Desligamentos no período	126	372
Obs: * Do quantitativo informado 309 empregados foram desligados por adesão ao Programa de Incentivo à Aposentadoria.		

c) Educação Continuada

- **Programa de Capacitação e Desenvolvimento Corporativo:** contempla cinco planos de capacitação : Planicap - Plano de Capacitação Tecnológica, Plancad - Plano de Capacitação Desenvolvimento Institucional, PDG - Programa de Desenvolvimento Gerencial, Programa de Integração do Serpro e Plano de Eventos Corporativos.

ANO	PLANO	N ° Ações Educacionais	Participações	Carga Horária Total
2009	PLANCAP	240	5.179	109.401
	PLANCAD	58	8.706	145.099
	EVENTOS	128	639	15.366
	INTEGRAÇÃO	41	528	96.856
	PDG	25	2.175	77.405
2010	PLANCAP	316	7.203	118.298
	PLANCAD	105	2.656	162.131
	EVENTOS	166	616	16.330
	INTEGRAÇÃO	37	598	103.310
	PDG	31	2.551	67.790

- Programa de Incentivo à Educação Superior

Em 2009, 65 empregados participaram do referido Programa, em áreas de conhecimento da empresa, sendo 40 em área de tecnologia e engenharia e 25 em área de gestão. Do total de participantes, 25 formaram em 2009.

Em 2010, 49 empregados participaram do Programa de Incentivo a Educação Superior, em áreas de conhecimento da empresa, sendo 38 em área de tecnologia e engenharia e 11 em área de gestão. Desses participantes, 21 se formaram em 2010.

- Programa de Educação Pós-Graduada

No ano de 2009, 40 empregados participaram do Programa, sendo 05 em doutorado, 21 em mestrado e 14 em cursos de especialização. A maior concentração, 34 empregados, foi na área de tecnologia. Em relação aos cursos iniciados nos anos anteriores, 64 profissionais terminaram sua pós-graduação em 2009, sendo 1 em doutorado, 3 em mestrado e 60 em cursos de especialização. A área de maior concentração de cursos finalizados foi gestão, com 43 empregados.

No ano de 2010, 122 empregados ingressaram no programa, sendo 02 em doutorado, 8 em mestrado e 112 em cursos de especialização. A maior concentração, 110 empregados, está na área de tecnologia. Em relação aos cursos iniciados nos anos anteriores, 32 profissionais terminaram sua pós-graduação em 2010, sendo 3 em doutorado, 5 em mestrado e 24 em cursos de especialização. A área de maior concentração de cursos finalizados foi na área de tecnologia, com 18 empregados.

Valor dos Investimentos em treinamento por ano	
2009*	2010*
R\$ 4.980.714,18 ¹	R\$ 5.450.305,17 ²

* Não estão computados os valores de custeio (ex.custeio do ConSerpro -Congresso Serpro de Tecnologia e Gestão Aplicadas à Serviços Públicos).

¹ Inclui o valor de R\$ 198.669,38 referente ao reembolso aos empregados no Programa de Graduação.

² Inclui o valor de R\$ 149.818,79 referente ao reembolso aos empregados no Programa de Graduação.

Fonte: UNISERPRO

d) Demandas Trabalhistas

Até o fim do ano de 2010, tínhamos registro de 2.559 processos ativos protocolizados na justiça, conforme demonstrativo a seguir:

LOCAL	PROCESSOS ATIVOS 2010	ABRANGÊNCIA
Brasília	359	Brasília abrange: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins
Belém	48	Belém abrange: Manaus, Macapá e Porto Velho
Fortaleza	93	Fortaleza abrange: Piauí e Maranhão
Recife	96	Recife abrange: Natal, Paraíba e Alagoas
Salvador	88	Salvador abrange: Sergipe
Belo Horizonte	61	-
Rio de Janeiro -	722	Rio de Janeiro abrange: Vitória
São Paulo	408	-
Curitiba	182	Curitiba abrange: Santa Catarina
Porto Alegre	502	-
TOTAL	2559	
Fonte: CJINF/COJUR		

e) Desempenho Funcional

O Gerenciamento do Desempenho dos Empregados do SERPRO - GDES é o processo de avaliação realizado anualmente, que visa definir os níveis de desempenho esperado dos empregados, identificar as lacunas existentes entre o desempenho efetivo e esperado e orientar o desenvolvimento dos empregados, de forma a contribuir para a consecução dos resultados da Empresa.

O GDES é composto por duas modalidades de avaliação: Avaliação de Competências e Avaliação de Resultados. Os empregados do quadro externo são avaliados somente na modalidade avaliação de competências.

Todos os empregados da empresa, exceto os em afastamento durante todo período avaliado ou em período de experiência, foram habilitados a participar do GDES.

Com base nos resultados do GDES são estalecidos os processos de progressão funcional, que permitem a evolução da situação funcional do empregado nas referências ou nos níveis/degraus e nas classes de cada carreira, mediante Promoção por Tempo de Serviço e Promoção por Mérito.

No Ciclo 2010, foram avaliados 10.353 empregados, distribuídos da forma a seguir representada:

GDES 2010								
Avaliação de Competências								
Intervalo	Qdr Interno	%	Analista	%	Técnico	%	Auxiliar	%
Maior igual 0,00 e menor igual 25,00	11	0,15	6	0,17	2	0,10	3	0,19
Maior 25,00 e menor igual 50,00	42	0,58	14	0,39	10	0,49	18	1,12
Maior 50,00 e menor igual 75,00	332	4,61	169	4,76	77	3,78	86	5,35
Maior 75,00 e menor igual 100,00	6.813	94,65	3365	94,68	1947	95,63	1501	93,35
Total	7.198	100,00	3554	100,00	2036	100,00	1608	100,00
GDES 2010								
Avaliação de Competências								
Intervalo	Qdr Externo	%	Analista	%	Técnico	%	Auxiliar	%
Maior igual 0,00 e menor igual 25,00	4	0,13	1	0,81	0	0,00	3	0,11
Maior 25,00 e menor igual 50,00	10	0,32	0	0,00	0	0,00	10	0,37
Maior 50,00 e menor igual 75,00	86	2,73	1	0,81	15	4,20	70	2,62
Maior 75,00 e menor igual 100,00	3055	96,83	121	98,37	342	95,80	2592	96,90
Total	3155	100,00	123	100,00	357	100,00	2675	100,00
GDES 2010								
Avaliação de Resultados								
Intervalo	Qdr Interno	%	Analista	%	Técnico	%	Auxiliar	%
Maior igual 0,00 e menor igual 25,00	16	0,22	6	0,17	6	0,30	4	0,25
Maior 25,00 e menor igual 50,00	45	0,63	15	0,42	14	0,69	16	1,00
Maior 50,00 e menor igual 75,00	310	4,32	126	3,56	84	4,14	100	6,25
Maior 75,00 e menor igual 100,00	6.799	94,83	3394	95,85	1924	94,87	1481	92,50
Total	7.170	100,00	3541	100,00	2028	100,00	1601	100,00

No ano de 2010 foram promovidos 2590 empregados por tempo de serviço e 2102 por mérito, que corresponde a 42,69% do total de empregados.

Empregados promovidos em 2010			
CARGO	Por Tempo de Serviço	Por Mérito	TOTAL
Analista	996	1499	2495
Técnico	843	385	1228
Auxiliar	751	218	969
TOTAL	2590	2102	4692

Fonte: InfoGP – Novembro/2010

f) Níveis Salariais

O SERPRO possui 3 (três) Planos de Carreira, quais sejam: o Plano de Gestão de Carreiras do SERPRO (PGCS), o Regimento de Administração de Recursos Humanos (RARH2) e o Plano de Avaliação de Classificação de Cargos e Salários (PACCS) – em extinção.

Todas as carreiras são compostas por 3 (três) cargos distintos: Analista - nível superior; Técnico - nível técnico ou médio; e Auxiliar - nível fundamental.

A remuneração dos empregados regidos pelo PGCS é composta pelo Salário Nominal mais a Gratificação de Especialização Profissional, Gratificação por Tempo de Serviço, e a Gratificação de Função Específica com tabelas diferenciadas de acordo com o cargo e de caráter provisório.

A remuneração dos empregados regidos pelo RARH 2 é composta pelo Salário Nominal mais a Gratificação de Especialização Adicional, e a Gratificação por Tempo de Serviço e a Gratificação de Função Comissionada Técnica e Auxiliar também com tabelas diferenciadas de acordo como cargo e de caráter provisório.

Há ainda a Gratificação de Função Comissionada Específica inerente as atividades de nível gerencial, que é de caráter provisório, podendo ser descontinuada a critério da empresa.

¹Todas as carreiras possuem tabelas salariais proporcionais a carga horária do cargo.

²No RARH 2 as tabelas salariais se sobrepõem, ou seja, há momentos em que uma referência engloba os cargos de Auxiliar e Técnico e de Técnico e Analista.

A partir de novembro de 2008, os empregados são contratados pela empresa sob a égide do PGCS, sendo facultado aos empregados integrantes de outros planos, o ingresso neste a qualquer tempo, mediante opção formal.

Migração para o PGCS	
Ano	Quantidade Empregados
2008	3104
2009	449
2010	159
TOTAL	3712

Quadro de Pessoal por Plano em 31.12.2010			
Plano de Cargos e Salários	Cargo	Quantidade de Empregados	Total
PGCS	Analista	3317	4464
	Técnico	878	
	Auxiliar	269	
RARH 2	Analista	720	6508
	Técnico	1597	
	Auxiliar	4191	
PACCS	Analista	4	18
	Auxiliar	14	
TOTAL			10990

6. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS

6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício

Transferências vigentes no exercício																									
Unidade Concedente ou Contratante								Valores em R\$1,00																	
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)																									
CNPJ: 33.683.111/0001-07					UG/GESTÃO: UNISE																				
Informações sobre as transferências																									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.																
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim																	
1*	RG 43890**	CNPJ 83.899.526/0001-82	243.750,00	48.750,00***	195.000,00	195.000,00	20/11/09	19/03/11	1****																
<p>Observações:</p> <p>* Modalidade à cuja legislação o SERPRO aderiu por analogia, na ausência de outra, especificamente dedicada às entidades que não utilizam recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União ;</p> <p>**Registro interno do SERPRO;</p> <p>*** Contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis;</p> <p>**** Os repasses do SERPRO já foram totalmente concluídos e executados pela Gestão Financeira - SUPGF, por meio de GRU.</p> <p>LEGENDA</p> <table border="0"> <tr> <td>Modalidade:</td> <td>Situação da Transferência:</td> </tr> <tr> <td>1 - Convênio ,</td> <td>1 - Adimplente</td> </tr> <tr> <td>2 - Contrato de Repasse</td> <td>2 - Inadimplente</td> </tr> <tr> <td>3 - Termo de Parceria</td> <td>3 - Inadimplência Suspensa</td> </tr> <tr> <td>4 - Termo de Cooperação</td> <td>4 - Concluído</td> </tr> <tr> <td>5 - Termo de Compromisso</td> <td>5 - Excluído</td> </tr> <tr> <td></td> <td>6 - Rescindido</td> </tr> <tr> <td></td> <td>7 - Arquivado</td> </tr> </table>										Modalidade:	Situação da Transferência:	1 - Convênio ,	1 - Adimplente	2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente	3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa	4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído	5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído		6 - Rescindido		7 - Arquivado
Modalidade:	Situação da Transferência:																								
1 - Convênio ,	1 - Adimplente																								
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente																								
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa																								
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído																								
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído																								
	6 - Rescindido																								
	7 - Arquivado																								
Fonte: SUPGF e GEDIG																									

6.2 - Resumo dos Instrumentos celebrados pela Unidade – 2008,2009, 2010.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)						
CNPJ: 33.683.111/0001-07				UG/GESTÃO: UNISE(2010), COEMP(2008)		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	0	1	193.846,80	0,00	195,000,00
Totais	1	0	1	193.846,80	0,00	195,000,00
Fonte: GEDIG, HISAQ						

Os convênios já tiveram suas contas aprovadas e encerraram dentro de cada exercício. Em 31.12.2010, não há convênios celebrados para 2011.

7.REGISTRO SISTEMA SINCOV E SIASG

7.1 - Registro Sistema SINCOV – Não se aplica

O Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 que criou o SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - SICONV regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, não aplicável ao SERPRO que não transfere recursos oriundos desse Orçamento.

7.2 - Declaração Registro Sistema SIASG

DECLARAÇÃO

Em cumprimento à Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 107 de 27 de outubro de 2010, declaramos que as informações referentes aos Contratos, bem como aos Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias firmados estão atualizados e disponíveis para consulta no Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no HISAQ – Histórico de Aquisições, sistema próprio de registro e acompanhamento dos Contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pelo SERPRO.

Brasília, 31 de dezembro de 2010



Luiz Cláudio Reis Turbay

Superintendente de Aquisição e Contratos

8. DECLARAÇÃO IRPF

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Em cumprimento à Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nºs 107 de 27 de outubro de 2010 e 110 de 01 de dezembro de 2010, declaramos que os responsáveis da Empresa estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendimentos, conforme estabelece a Lei nº 8730/93.

Brasília, 31 de dezembro de 2010.


Jorge Benjamin de Azevedo
Superintendente de Pessoas - Substituto

9. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE

Estrutura de Controles Internos da Unidade					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da unidade percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da unidade é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da unidade.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela unidade.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da unidade, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da unidade, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	

Estrutura de Controles Internos da Unidade					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da unidade contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da unidade.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da unidade, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da unidade.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da unidade, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da unidade.					

9.1 - Análise de cada elemento

a) Ambiente de Controle

- As questões elaboradas pelo TCU para avaliação do ambiente de controle versam sobre percepção dos dirigentes quanto aos controles internos, delegações de autoridade, descrição de atribuições e competência, existência de normativos internos, existência de código de ética.

A média aritmética ponderada obtida no elemento Ambiente de Controle foi 4.

Este resultado baseia-se por exemplo na necessidade de melhorias nas delegações de autoridade e competência da empresa.

- Conforme descrito nos trabalhos de auditoria de Tecnologia da Informação não foi evidenciada a existência da documentação de Descrição de Atribuições e Competências (DAC), relativas a alguns órgãos.

Tal fato compromete o ambiente de controle na medida em que impede que seja do conhecimento de todos a descrição dos processos e ou atividades da área e a competência do titular da Unidade Organizacional para gerir os recursos organizacionais sob sua responsabilidade.

- Entende-se, portanto, que o ambiente de controle do SERPRO requer melhorias a fim de garantir a eficiência máxima de seus controles.

b) Avaliação de Riscos

- As questões elaboradas para avaliação do elemento: Avaliação de Riscos baseiam-se na existência de formalização de objetivos e metas, avaliação em termos de probabilidade e consequência de sua ocorrência; utilização do resultado da análise de risco para hierarquizar e priorizar os riscos de maior grau para definir respostas aos riscos, etc.

A média aritmética ponderada obtida no elemento Avaliação de risco foi 4.

-No que pese o fato da Empresa possuir uma metodologia para realização do Planejamento Estratégico, denominada PES – Planejamento Estratégico Situacional, mediante a qual são gerados componentes estratégicos, direcionamentos estratégicos, problemas, projetos e relatórios de análise crítica de desempenho, não se verificou o mapeamento de riscos de toda a empresa.

- Conforme resposta dada em Solicitação de Auditoria feita pela SFC/CGU-PR, o SERPRO atualmente não dispõe de processo formal para diagnóstico e mensuração de eventos externos que o afetam no âmbito do Planejamento Estratégico.

Desta forma, por não haver ainda na Empresa um processo corporativo de mapeamento, análise e tratamento de risco capaz de abranger toda a entidade, entendemos que o elemento Avaliação de Riscos requer melhorias de forma a buscar adoção de uma metodologia para avaliação e hierarquização dos riscos empresariais.

c) Procedimentos de Controle

- Para avaliação do elemento procedimentos de Controle, o TCU considerou a existência de políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da Unidade, claramente estabelecidas; abrangência e razoabilidade das atividades de controle.

A média aritmética ponderada obtida neste elemento foi 4, o que demonstra que a empresa nas atividades de Controle está com uma avaliação satisfatória.

- O SERPRO mantém um extenso marco normativo alinhado aos preceitos legais, cuja finalidade é regulamentar às ações de seus gestores, bem como fundamentar a tomada de decisões de seus dirigentes.

- Utiliza sistemas de controles internos, salvo raras exceções, automatizados, o que minimiza a incidência de falhas humanas e, conseqüentemente, torna mais ágil e eficaz as suas atividades e os trabalhos dos órgãos de fiscalização e controle.

- Procura a capacitação contínua e desenvolvimento dos seus recursos humanos, entendendo que a eficácia de seus controles internos administrativos está diretamente relacionada com a competência e formação profissional de sua equipe.

- Em atendimento aos requisitos de gestão transparente, a Gestão do SERPRO disponibiliza a todo corpo funcional, via intranet, através do Sistema de Informações Normativas - SINOR, as Decisões de Diretoria, Decisões Setoriais, Normas Internas, Resoluções e Delegações de Atribuições e Competência.

d) Informação e Comunicação

- O elemento informação e comunicação foi avaliado sob a ótica da existência de meios adequados de se comunicar e de obter informações em todos os níveis e sentidos.

A média aritmética ponderada obtida foi 4,4.

- Em relação a este elemento entendemos que a Empresa está adequada, visto que possui um fluxo de comunicação dentro da organização capaz de ocorrer em todas as direções – dos níveis hierárquicos superiores aos inferiores, vice-versa e dentro deles, contemplando a comunicação horizontal e vertical.

- Além de todos os sistemas de informação já existentes no SERPRO, tais como SIAFI (Gestão Financeira), SIARE (Gestão de Contas a Receber), SRH (Gestão de Pessoas), etc, mediante os quais é possível extrair dados de forma tempestiva, a Coordenação Estratégica de Comunicação Social - Cecom lançou no exercício 2010 dois novos veículos de comunicação: o "Primeira Leitura" e o "Em Tempo".

- Conforme divulgado via e-mail pela comunicação social para toda a empresa em 15/09/2010, o "Primeira Leitura" é uma evolução do processo de comunicação diário com os empregados. O objetivo é que, em uma única publicação, o SERPRO divulgue os principais assuntos administrativos do dia. O envio dos conteúdos nacionais e regionais foi unificado o que garante ao empregado uma visão geral dos acontecimentos, além de agilizar seu relacionamento com a informação empresarial.

- Os assuntos de caráter emergencial são tratados pelo "Em Tempo", cujo objetivo é divulgar informações inadiáveis de assuntos que interferem imediatamente na rotina de trabalho dos empregados. Seu envio é feito por e-mail, no momento necessário e segmentado por localidade.

- - **O SERPRO ainda dispõe dos seguintes veículos de comunicação:**

- Página do SERPRO na Internet – página na qual a sociedade obtém informações sobre a instituição SERPRO, seus negócios, as soluções tecnológicas desenvolvidas para o governo, empresas e sociedade, sobre tecnologias, serviços, aquisições e contratos, e sala de imprensa, onde o SERPRO produz e dissemina informações, estudos e trabalhos relevantes para as comunidades tecnológicas;

- SERPAUTA - é um jornal eletrônico com informações sobre sistemas, serviços, novas tecnologias, gestão de pessoas, logística voltado aos empregados;

- Página do Empregado - todas as informações sobre os recursos humanos (gestão de carreira, benefícios, relações sindicais, normas de gestão de pessoas, etc.)

- Bússola do Gestor – referencial, no ambiente de treinamento on-line, no qual o gestor dispõe das informações necessárias, de modo ordenado e sistemático para que exerça suas atividades em consonância com os princípios e as regras gerais do SERPRO.

- TV SERPRO - oferece, aos diversos públicos do Serpro, informações corporativas de forma rápida, atrativa e eficiente. A TV apresenta entrevistas, reportagens e transmissões ao vivo, viabilizadas pelo serviço Assiste - Vídeo Streaming Livre do Serpro. É fruto de um projeto que envolve diversas áreas da empresa: Cecom, UniSerpro, Supop, Supsi, Supsc e Supde. Além de ser um veículo de comunicação institucional, o ambiente vai agregar inovação aos processos de capacitação e treinamento da empresa.

- Rádio SERPRO - aborda assuntos institucionais ao vivo e em matérias gravadas, além de prestar serviço ao

público interno. Além disso, procura abrir espaço para conteúdos regionais alinhados e produzidos na própria regional.

e) Monitoramento

- O monitoramento é o elemento relacionado ao acompanhamento contínuo dos controles internos.

Este item foi avaliado pela existência de monitoramento do sistema de controle interno, realização de avaliações no sistema e utilização do resultado destas avaliações para melhoria de desempenho do mesmo.

A média aritmética ponderada obtida foi 4,3.

- Em relação à realização de auditorias periódicas nos controles internos, a Auditoria-Geral (AUDIG) é orientada conforme legislação em vigor a se pronunciar anualmente sobre os controles internos. Desta forma, não há como não realizar este tipo de auditoria.

-A AUDIG também realiza periodicamente o monitoramento das ocorrências e recomendações emitidas.

-Ao receber as justificativas/providências adotadas pelo auditado, via Sistema Integrado SERPRO de Auditoria - SISAUD, o auditor analisa a resposta, confrontado-a com as impropriedades e/ou irregularidades apontadas e forma sua opinião a respeito da justificativa e/ou providência de saneamento do ato ou fato, o que levará o auditor a Aceitar a Justificativa, Rejeitar, Aceitar com Restrição ou, ainda, Não Aceitar a Justificativa.

ACEITAR - quando a justificativa atende plenamente a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados na Ocorrência, não restando nenhuma dúvida quanto às medidas tomadas para regularização.

REJEITAR - quando a justificativa não atende plenamente a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados na Ocorrência, restando dúvida quanto às medidas tomadas para regularização, ou ainda nos casos em que a resposta não está clara ou completa. Nessa situação o auditor deve devolver as justificativas ao auditado, dando-lhe oportunidade de rever sua justificativa. O auditor deve informar o motivo da rejeição.

ACEITAR COM RESTRIÇÃO - quando a justificativa atende, em parte, a correção, revisão, ajuste, acerto dos fatos apontados na Ocorrência ou cuja justificativa apresenta prazos a serem tomados para regularização. O auditor deverá informar o motivo de aceitar com restrição e registrar no follow up do sistema SISAUD, para acompanhamento.

Sempre que a providência informada pelo gestor para atender uma ocorrência apresentar fatos que não podem ser checados dentro do período de auditoria, tal ocorrência deve ser Aceita com Restrição e colocada em acompanhamento no sistema SISAUD, com o estabelecimento obrigatório de prazos para a adoção das providências e, só podem ser retiradas desse estado, quando o assunto for devidamente sanado e certificado pela Auditoria.

NÃO ACEITAR - quando a justificativa não atende de forma alguma a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados na Ocorrência. O auditor deverá elaborar a Recomendação, visando a correção das impropriedades e irregularidades constatadas durante o exame, devendo-se evitar recomendações imprecisas ou genéricas que não permitam adequada avaliação de sua implementação;

-Na avaliação do elemento monitoramento, levamos em consideração ainda a existência de verificação quanto ao cumprimento das recomendações expedidas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo.

-Mensalmente é enviado para o Conselho Diretor, pela auditoria interna, um relatório denominado "Informações sobre as Ações dos Órgãos de Fiscalização e Controle - Interno e Externo", no qual constam várias matrizes de acompanhamento, dentre elas as Matrizes de Acompanhamento da Controladoria-Geral da União – CGU/PR, Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR e Tribunal de Contas da União - TCU. Nestas matrizes são registradas todas as informações trocadas entre o SERPRO e os Órgãos de Controle.

- Desta forma, o monitoramento das recomendações é feito com base nos dados contidos nesta planilha.

-Ao receber uma solicitação/recomendação dos Órgãos de Controle, esta é imediatamente encaminhada para o Gestor Responsável por dar cumprimento, e lhe é dado um prazo para resposta. Após a adoção das medidas cabíveis, o gestor responde o Memorando da AUDIG, com todas as informações para que seja dado retorno ao Órgão de Controle sobre o cumprimento da recomendação.

-Caso as medidas a serem adotadas tenham prazo superior ao exercício, a pendência irá migrar no relatório "Informações sobre as Ações dos Órgãos de Fiscalização e Controle - Interno e Externo" de um exercício para o outro, até que seja completamente sanada.

- No Relatório de Gestão é informado tudo que foi expedido de recomendação/solicitação para o SERPRO, pelos Órgãos de Controle Interno/Externo, bem como as providências que foram adotadas.

A AUDIG inclui ainda em seus programas de auditoria, a verificação quanto ao cumprimento das recomendações da CGU e determinações do TCU, de forma a constatar a efetividade das medidas implementadas e consequente melhoria nos controles internos. Os achados são registrados nos relatórios de auditoria, os quais são encaminhados periodicamente à SFC/CGU-PR.

10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A unidade tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Ainda não existe legislação específica que determine a obrigatoriedade de efetivarmos licitações usando critérios claros de sustentabilidade, sob pena de fornecedores entrarem com recursos alegando discricionariedade. Entretanto, dentro das limitações legais, fomentamos critérios de sustentabilidade, adquirindo materiais recicláveis e utilizamos práticas ambientais de descarte.		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis)	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Sim Papel A4					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Foram adquiridos apenas 2 carros. 					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto no 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					X
Considerações Gerais: As respostas foram elaboradas pelas áreas responsáveis por aquisições – Gestão Logística (SUPGL) e Gestão de Contratos (SUPGA)					
(*) O consumo de energia elétrica e água aumentou nos últimos anos em decorrência do incremento da atividade produtiva e do número de empregados. Diante deste cenário, o Serpro busca, de forma permanente, a racionalização do uso desses recursos. <ul style="list-style-type: none"> - Relativamente à energia, foram já executadas em algumas Regionais e deverão ser estendidas a todas as demais, as seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> • retrofit ou substituição das luminárias e lâmpadas por outras de melhor rendimento energético; • substituição de geladeiras antigas e de alto consumo de energia elétrica; e • substituição de aquecedores elétricos das cozinhas por aquecedores a gás. - Quanto à utilização da água, foram instalados sistemas de esgotamento sanitário a vácuo nos prédios das Regionais Brasília e Recife. Foi criado projeto para instalação do sistema nas demais Regionais, nos próximos 03 anos. 					

Gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>- O sistema de esgotamento a vácuo elimina o transporte dos dejetos para a rede pública por meio de água tratada, utilizando a diferença de pressão (vácuo). Esse processo, que utiliza somente 1,2 litros de água para higienização dos vasos em contrapartida ao sistema convencional que gasta de 6 a 18 litros por descarga, reduz o consumo do prédio em até 50%, o que efetivamente ocorreu nas localidades onde foi instalado. O sistema, além da redução do consumo da água tratada permite, como consequência, a redução do volume de esgoto para o sistema de coleta pública.</p> <p>- Foram substituídas todas as torneiras tradicionais por outras automáticas que permitem a redução de consumo; e construção de reservatórios para captação de águas pluviais para utilização em limpeza e jardinagem, em algumas localidades.</p> <p>- Ainda com objetivo de preservação do meio ambiente, foi implantado em todas as Regionais sistema de coleta seletiva de lixo em atendimento ao que estabelece o Decreto no 5.940."</p> <p>- Os projetos básicos e executivos das obras e instalação de engenharia são orientados para construções ecologicamente corretas, buscando a racionalização do uso da energia elétrica, aproveitamento das águas de chuva e o uso de climatizadores de alto rendimento energético.</p> <p>- A Supgl tem divulgado através dos meios de comunicação institucional informações e orientações no sentido de conscientizar os empregados para a necessidade de redução do consumo de água, energia elétrica e preservação ambiental.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 - Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade.

O SERPRO, não possui bens de propriedade da União sob sua responsabilidade.

11.2 - Bens Imóveis locados de terceiros.

O SERPRO, não possui imóveis locados de terceiros no exterior, somente no Brasil.

11.3 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros		
Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis locados de Terceiros pela Unidade	
	2009	2010
Regional Brasília:	4	4
Goiânia	1	1
Campo Grande	1	1
Cuiabá	1	1
Palmas	1	1
Regional Belém	2	2
Belém	1	1
Manaus	1	1
Regional Fortaleza	1	1
Fortaleza	1	1
Regional Rio de Janeiro	4	4
Rio de Janeiro	1	1
Regional São Paulo	1	1
Ribeirão Preto	1	1
Regional Curitiba	1	1
Florianópolis	1	1
Total Brasil	13	13

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA

Gestão de TI da Unidade					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da unidade como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a unidade.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Informar quantitativos:	5.648 empregados 0 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da unidade				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na unidade segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas a seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela unidade é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria unidade. Informar percentuais:	0,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para a unidade e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais: As respostas foram obtidas pelos resultados do Questionário Perfil GovTI 2010, anteriormente respondido por grupo de pessoas.					
LEGENDA: Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

O Serpro não possui cartão de pagamento.

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não houve renúncia tributária no exercício.

15.DELIBERAÇÕES ACÓRDÃOS TCU OU ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 776

Ano do Acórdão / Decisão: 2009

Colegiado: 03 - Plenário

Assunto: Representação, oferecida pela empresa Super Serv Montagens Industriais e Construção Ltda, tendo em vista a possível prática de irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico GLACO/GRLCE/SUPGL Nº 02988/2007, conduzido pelo SERPRO, Regional Recife.

Item do Acórdão / Decisão: 9.1 a 9.6

Descrição da Determinação/Recomendação:

9.1. acolher as razões de justificativa dos Srs. Tiago Viana Bastos e Fernando dos Santos Costa, respectivamente, Chefe da Divisão Regional Logística do SERPRO e Pregoeiro, Regional Recife, concernente à inclusão de exigência tecnicamente injustificada, contida no item "8.1.j" do Edital do Pregão Eletrônico nº 02988/2007;

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Tiago Viana Bastos, Chefe da Divisão Regional Logística, no que concerne à revogação do Pregão Eletrônico nº GLACO/GRLCE/SUPGL nº 1450/2007 sem amparo legal;

9.3. determinar ao responsável pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, SERPRO, Regional Recife, que:

9.3.1 reveja a descrição do objeto do Contrato nº42672/2008 decorrente do Pregão Eletrônico nº1563/2008, para ajustá-lo às regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não, contidos na Instrução Normativa Nº 02/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, procedendo ainda às seguintes alterações nos termos do art. 65, inciso I, letra "b" da Lei nº 8.666/1993:

9.3.1.1 ajuste o quadro de profissionais alocados no contrato ao mínimo necessário de pessoal tecnicamente habilitado para proceder aos reparos e manutenções emergenciais exigidos ao funcionamento adequado dos sistemas elétricos e dos sistemas de climatização das salas onde estão locados os equipamentos que exigem funcionamento ininterrupto, incluindo o regime de plantão quando demonstrada tecnicamente a necessidade;

9.3.1.2 exclua os serviços de operação e os de atendimento de novas demandas, que não constituem serviços de manutenção, ajustando, por conseguinte, o detalhamento e a periodicidade das atividades a serem realizadas pela contratada;

9.3.1.3 adapte a periodicidade dos serviços de vistorias às regras técnicas, (a exemplo de vistoria de alvenarias, mobiliário, instalações hidráulicas, esquadrias, coberturas e pisos), fazendo a respectiva redução dos custos contratuais;

9.3.2 encaminhe à Secex-PE, no prazo de 30 dias, cópia do respectivo aditamento contratual com a implementação das alterações acima mencionadas;

9.3.3 autorizar, por uma única vez, se comprovadamente necessária, a prorrogação do Contrato nº42672/2008 decorrente do Pregão 1563/2008, por mais 12 (doze) meses após o fim da primeira vigência (22/12/2010), promovendo-se, com a devida antecedência, pesquisa de preços lastreada em informações de diversas fontes (incluindo empresas especializadas, sistemas informatizados, consulta a contratações realizadas por outros órgãos, inclusive municipais e estaduais), de modo a obter uma estimativa adequada à realidade do mercado;

9.3.4 faça constar dos despachos de anulação ou revogação de licitações futuras a respectiva motivação, anexando-os no respectivo processo licitatório, juntamente com os documentos embasadores da decisão, procedendo-se, ainda, à alimentação tempestiva do sistema Comprasnet;

9.4. recomendar à Diretoria de Administração e à Auditoria do SERPRO Nacional que procedam às medidas orientadoras e corretivas em relação às demais unidades do órgão, concernentes às irregularidades e impropriedades aqui relatadas, conforme o caso;

9.5. determinar à Secex-PE que acompanhe as determinações referidas no presente processo;

9.6. dar ciência deste Acórdão, acompanhado do Voto e Relatório, à Representante, à Regional Recife do SERPRO, à Diretoria de Administração do SERPRO e à Auditoria do SERPRO Nacional.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Posição RAINTE 2009: O Diretor-Presidente em exercício, mediante Recurso, de 27/05/2009, solicitou ao TCU pedido de reexame referente ao Acórdão 776/2009.

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Aguardando julgamento do TCU quanto ao pedido de reexame.

Monitoramento pela Auditoria Interna: Aguardando julgamento do TCU quanto ao pedido de reexame.

Embora o referido acórdão ainda esteja em fase de recurso, verificamos que foram atendidas as recomendações

constantes nos itens 9.3.3 e 9.3.4, a saber:

- a) Em cumprimento ao item 9.3.3, foi verificado que encontra-se em análise conclusiva o Projeto Básico SUPGL-01026/2010, prorrogando por mais um ano o Contrato RG/Nº 42.672, com a devida pesquisa de preços, nos termos da legislação pertinente.
- b) Em cumprimento ao item 9.3.4, o responsável pela SUPGL/GLRCE encaminhou, à Auditoria, evidências práticas da adoção de providências no sentido de reforçar a fundamentação das decisões de revogação e anulação de licitações.

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 6050

Ano do Acórdão / Decisão: 2009

Colegiado: 2ª Câmara

Assunto: Prestação de Contas SERPRO 2006

Item do Acórdão / Decisão: 1.5.1 a 1.5.6

Descrição da Determinação/Recomendação:

1.5. Determinar com base no inciso II do art. 43 da Lei Orgânica/TCU e art. 250 do Regimento Interno/TCU, ao SERPRO que:

1.5.1. Faça constar de seus documentos de cobrança (notas fiscais e faturas) a descrição completa do serviço prestado, a fim de bem mensurar os itens quantitativamente e qualitativamente, a bem do controle do cumprimento de suas obrigações frente a seus clientes;

1.5.2. Implemente sistema de controle interno capaz de prestar-se ao registro tempestivo dos fatos contábeis ocorridos no âmbito da organização, em obediência ao Princípio da Competência, consagrado por meio da Resolução CFC 750/93, art. 9º, e da Lei nº 6.404/76, art. 177, caput, e em respeito às boas práticas de gestão;

1.5.3. Por força do Princípio da eficiência, constante do art. 37 da Constituição Federal da República, e em nome da transparência, modernize, no prazo de 180 dias contados da ciência deste Acórdão, as rotinas de apropriação das receitas, de forma a permitir que os recebimentos de clientes ocorram, no mínimo, diretamente no sistema SIAFI, de forma identificada por fatura/nota fiscal e cliente, com apropriação automática da receita, e que o sistema também permita realizar pesquisas mediante filtragem parametrizada;

1.5.4. Não preste serviços sem cobertura contratual, em conformidade com os artigos 60 c/c 62 da Lei nº 8.666/93 e Acórdão nº 222/2005-Plenário;

1.5.5. Atue seletivamente quanto a suas obrigações, de forma a pagar em dia as obrigações com fornecedores que mais geram encargos em caso de atraso no pagamento, com objetivo de minimizar as perdas decorrentes de contingenciamentos do Governo Federal;

1.5.6. No prazo de 60 dias a contar da ciência deste Acórdão, apresente plano de ação voltado à implantação de um sistema de custos que evidencie os custos diretos, indiretos e custo por serviço prestado, em obediência aos princípios da eficiência, eficácia e economicidade insculpidos na Constituição Federal, arts. 37, caput, 70 caput, e 74, inciso II; como também em cumprimento ao Decreto-Lei nº 200/67, art. 79; Lei nº 6.404/76, art.187, caput e § 1º, alínea "b".

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Em 09/12/2009, foi aberto pelo TCU o Processo 028.823/2009-6 para monitoramento do Acórdão 6050/2009-2ª Câmara, de 17/11/2009.

Mediante Ofício DP – 002362/2010, de 02/02/2010, o Diretor-Presidente encaminhou ao TCU posicionamento quanto ao cumprimento das determinações exaradas no Acórdão 6050/2009-TCU-2ª Câmara.

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Parcial

Monitoramento pela Auditoria Interna: Verificado o cumprimento do Acórdão, mediante trabalho de Auditoria – Designação nº GF-AC/0002/2010, conforme descrito a seguir:

“Com relação a determinação 1.5.1:

a) quanto ao aperfeiçoamento na descrição dos itens faturáveis constantes das notas fiscais e faturas emitidas pelo SERPRO;

Situação atual: A SUPGF, atendendo a determinação da Decisão de Diretoria DE-020/2009, efetuou a contratação de consultoria especializada em assuntos tributários com a finalidade de definir a classificação dos serviços prestados pelo SERPRO e conseqüentemente os seus impactos na nomenclatura e na forma de descrição dos itens faturáveis (IFA).

Em 16/06/2010, o relatório final elaborado pela consultoria foi aprovado pela Diretoria, estando prevista uma apresentação, pela referida consultoria, das recomendações a serem observadas pelas URCs quando da criação ou

substituição dos IFAs.

Após este evento, coordenado pela SUPGF, a SUPGE iniciará um processo de acompanhamento de alterações decorrentes das negociações dos contratos atuais junto aos clientes. Este processo de revisão será realizado apenas com relação aos IFAs de serviços que não são enquadrados como "serviços padrão", uma vez que estes obedecem critérios normativos definidos na política de preços vigente.

O prazo para a alteração de todos os IFAs dos contratos vigentes não foi definido, tendo em vista que a negociação de cada um deles não é uma ação unilateral e necessita da autorização dos clientes envolvidos.

b) quanto a adequação do sistema de cadastramento e faturamento;

Situação atual: Tanto o ADFAT/INFOSERPRO, quanto o SIAREWEB estão devidamente preparados para bem mensurar os itens quantitativamente e qualitativamente.

c) quanto a adição nos documentos fiscais de informações complementares, tais como: número e item do contrato ou do termo aditivo correspondente aos serviços faturados.

Situação atual: O SIAREWEB não está preparado para lançar dados contratuais em notas fiscais, pois depende primeiramente de adequações no sistema ADCLI/INFOSERPRO (gestão da SUPGE), que deverá incluir um novo campo intitulado "Nº CONTRATO DO CLIENTE". Além disso, a nota fiscal deverá conter tanto o número do contrato assinado, quanto o número do Registro Definitivo no SERPRO fornecido pela SUPGA. Somente após as alterações no ADCLI será possível adequar o SIAREWEB com estas novas determinações.

Entretanto, as adequações do INFOSERPRO, para atender à determinação contida no Acórdão em questão, já foram especificadas junto com a Coordenação de Gestão de Contratos de Receita, da SUPCO, e a expectativa de implantação é para o dia 22/10/2010.

Com relação à determinação 1.5.3:

a) quanto a emissão de boletos bancários com código de barras para todos os documentos fiscais pelo novo sistema de controle do Contas a Receber.

Situação atual: O SIAREWEB e o ADCLI/INFOSERPRO estão preparados para atender à exigência do Acórdão. Entretanto, além da exigência do cliente estar preparado para trabalhar com esta nova sistemática, primeiramente será necessário realizar uma alteração no SIAFI. Já houve uma reunião preliminar com membros-chave da SUPGF, na qual se objetivou nivelar conhecimentos sobre o assunto, assim como verificar a possibilidade de se adotar um cliente piloto, como por exemplo a SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no que tange ao cumprimento desta nova sistemática (atender ao Acórdão), porém os membros em questão se depararam com a real necessidade de ter de aprimorar o SIAFI, o que requereria importante esforço bilateral, uma vez que tais rotinas seriam de difícil implantação, pois além de demandarem recursos humanos para o desenvolvimento, elas seriam atípicas às rotinas operacionais para a maioria dos usuários do sistema SIAFI.

Com relação à determinação 1.5.6:

a) quanto à definição das medidas e regras de custeio

Situação atual: A definição da metodologia foi concluída com a escolha do método de Custeio ABC - Activity Based Costing. As regras de custeio foram concluídas com as definições contidas nos relatório e manual de custos, esse último em fase de editoração pela empresa PricewaterhouseCoopers - PwC.

b) quanto ao processo de licitação do sistema de custos.

Situação atual: Os trabalhos necessários à aquisição foram concluídos por meio da licitação na modalidade Pregão, sendo contratada a Empresa Gradda Consultoria Empresarial Ltda, com o Software Sollus ABM estando a instalação do mesmo a cargo da SUPGE.

Quanto às determinações 1.5.2, 1.5.4 e 1.5.5, citadas no Ofício DP – 002362/2010, certificamos as providências adotadas para atendimento das mesmas, por meio de consulta aos sistemas SIAFI e SINORWeb – Sistema de Informações Normativas.

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 6928

Ano do Acórdão / Decisão: 2009

Colegiado: 1ª Câmara

Assunto: Prestação de Contas SERPRO 2005

Item do Acórdão / Decisão: 9.1 a 9.4

Descrição da Determinação/Recomendação:

9.1 determinar, com fundamento no art. 18, in fine, da Lei nº 8.443/1992, ao Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO que:

9.1.1 observe o disposto no art. 202, §3º, da Constituição Federal, suspendendo, imediatamente, as

contribuições do SERPRO que estejam acima das contribuições dos segurados do Instituto SERPRO de Seguridade Social (SERPROS);

9.1.2 suspenda, imediatamente, as contribuições ao SERPROS, realizadas por meio das parcelas a seguir discriminadas, pelos motivos indicados;

9.1.3 defina e implemente, no prazo de 120 dias, com o auxílio do SERPROS, SPC, Ministério da Fazenda e DEST, de acordo com os normativos vigentes, plano de ação para reduzir o déficit do Plano PS1 do SERPROS.

9.1.4 apure, no prazo de 120 dias, os valores indevidamente pagos pelo SERPRO a título de contribuição da patrocinadora, mencionados nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima, desde o exercício de 1997, dando ciência a este Tribunal da forma como esses valores serão restituídos aos cofres do SERPRO, levando-se em consideração as providências a serem adotadas com vistas ao equacionamento do déficit tratado no subitem anterior;

9.1.5 apure, no prazo de 120 dias, a responsabilidade de todos que deram causa ou agravaram o déficit do Plano PS1 e de todos os responsáveis pelas contribuições irregulares mencionadas no subitem anterior;

9.1.6 procure cumprir prazos definidos nos contratos firmados com os clientes (RFB, STN, PGFN e outros), comunicando-os dos eventuais motivos que o impedem de fazê-lo;

9.2 Recomendar ao SERPRO, que:

9.2.1 dê continuidade à apuração da meta relacionada à imagem corporativa, identificando as falhas no atendimento de seus clientes e implementando as melhorias que se fizerem necessárias;

9.2.2 mantenha as metas ou indicadores definidos, até o seu alcance ou até que não sejam mais condizentes com a realidade do mercado ou do negócio, evidenciando claramente, nos processos de contas, qualquer modificação ocorrida nesses indicadores;

9.2.3 informar na prestação de contas anual, a situação dos projetos considerados prioritários nas contas anteriores, até que sejam concluídos;

9.2.4 de acordo com o item 11.2.6.7 da NBCT 11, submeta o processo de inventário e controle patrimonial a uma auditoria independente; e, todas as vezes em que for solicitado, apresente documentos comprobatórios da realização dos testes que evidenciem a efetividade do controle patrimonial da entidade (item 2.11, fl. 688).

9.3 Determinar, com fundamento no art. 18, in fine, da Lei nº 8.443/1992, à Secretaria de Previdência Complementar que:

9.3.1 acompanhe a adoção de todas as providências adotadas pelo SERPROS visando o equacionamento do atual déficit do instituto;

9.3.2 imponha as penalidades administrativas pertinentes ao aludido déficit, manifestando-se quanto a necessidade de intervenção e/ou liquidação extrajudicial, conforme determina o art. 42 da Lei Complementar nº 109/01;

9.3.3 remeta a esta Corte de Contas o resultado da ação fiscal prevista no Ofício nº 168/SPC/DEFIS/CGFD/ESRJ, de 15/07/2008;

9.4 determinar o sobrestamento destes autos até que se apure os valores indevidamente repassados ao Instituto SERPRO de Seguridade Social (SERPROS), e os responsáveis pelos repasses.

9.5 determinar à 2ª Secex que monitore, pari passu, o cumprimento das determinações exaradas neste acórdão, buscando identificar eventuais condutas, omissivas ou comissivas, dos gestores do SERPRO, que possam interferir no mérito destas ou de outras contas da entidade.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Posição RAIN2009: A Consultoria Jurídica do SERPRO ingressou com o recurso “Embargos de Declaração” junto ao Ministro Walton Alencar Rodrigues - 1ª Câmara do TCU, em 17/12/2009.

2010: Recebeu o Ofício de Comunicação de Decisão/Recurso nº 206/2010-TCU/SECEX-2, de 05/03/2010, o qual encaminha cópia do Acórdão 925/2010 – Negou provimento ao Embargo impetrado pelo SERPRO, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 6928/2009 - 1ª Câmara;

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Parcial

Monitoramento pela Auditoria Interna: Aguardando julgamento do recurso de reconsideração interposto pelo SERPRO, em 18/03/2010, referente ao Acórdão 925/2010.

O recurso foi conhecido pelo Min. Augusto Nardes com efeito suspensivo em relação aos subitens 9.1.1 a 9.1.6 do Acórdão 6928/2009-TCU-1ª Câmara, estando porém pendente da apreciação de mérito pelo Colegiado do Tribunal. Quanto aos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, mediante Memorando AUDIG/CD – 036895/2010, de 17/12/2010, o Auditor-Geral encaminhou as recomendações constantes dos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 6928/2009 à COEEP para providências.

Mediante despacho de protocolo de 13/01/2011, a COEEP informou as seguintes providências para dar

cumprimento às determinações do TCU:

Item - 9.2.1 - As metas estratégicas são derivadas dos objetivos estratégicos. Quando este indicador foi definido como meta estratégica, o SERPRO buscava crescimento no mercado. A partir de 2008, passou a focar as políticas públicas, definidas pelo Governo Federal. No planejamento estratégico 2009/2010 foram definidos outros indicadores que buscam encontrar falhas no atendimento aos clientes e implementar melhorias: % de cumprimento de níveis de serviço e % de projetos com cumprimento de prazo acordado.

Item - 9.2.2 - A versão atual do processo de planejamento estratégico da empresa (PGPS 3.0) define que a formulação estratégica ocorra anualmente, considerando o plano estratégico anterior. Desta forma, os indicadores definidos em um ano são considerados no exercício seguinte. Eles são alterados quando a análise do ambiente interno e externo apresentar necessidades de mudanças. Ao longo do ano os indicadores são monitorados e as eventuais necessidades de mudanças são registradas e ocorrem por meio de aprovação do corpo diretor da empresa. Com essas práticas o SERPRO já implementou a recomendação e começará a publicar as alterações nos indicadores estratégicos no relatório de prestação de contas do exercício 2010.

Item 9.2.3 - O SERPRO já implementou a recomendação, desde a prestação de contas do exercício de 2009.

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 925

Ano do Acórdão / Decisão: 2010

Colegiado: 1ª Câmara

Assunto: Embargos de Declaração (Prestação de Contas 2005)

Item do Acórdão / Decisão: 9.1

Descrição da Determinação/Recomendação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 287 do Regimento Interno, ACORDAM em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 6928/2009 - 1ª Câmara;

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Memorando AUDIG/CD 006276/2010, de 11/03/2010, o Auditor-Geral encaminhou o Ofício de Comunicação de Decisão/Recurso nº 206/2010-TCU/SECEX-2, de 05/03/2010, o qual encaminha cópia do Acórdão 925/2010 para Consultoria Jurídica para conhecimento e providências.

A Consultoria Jurídica do SERPRO ingressou com o recurso de Reconsideração junto ao Ministro Walton Alencar Rodrigues - 1ª Câmara do TCU, em 18/03/2010.

Mediante Ofício COJUR/CJDIP – 008958/2010, de 08/04/2010, a Consultoria Jurídica encaminhou ao TCU pedido de prorrogação de prazo por mais um ano para atender as solicitações daquele Tribunal constantes do Acórdão 6928/2009 – TCU – 1ª Câmara.

Recebeu o Ofício de Comunicação nº 120/2010-TCU/SERUR, de 23/04/2010, protocolado nesta empresa em 03/05/2010, do Secretário de Recursos do TCU, o qual comunicou que o recurso de reconsideração interposto pelo SERPRO, em 18/03/2010, foi conhecido pelo Min. Augusto Nardes com efeito suspensivo em relação aos subitens 9.1.1 a 9.1.6 do Acórdão 6928/2009-TCU-1ª Câmara, estando o referido recurso pendente da apreciação de mérito pelo Colegiado daquele Tribunal. **Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor:** Parcial

Monitoramento pela Auditoria Interna: Aguardando julgamento do mérito pelo Colegiado do Tribunal.

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 377

Ano do Acórdão / Decisão: 2010

Colegiado: Plenário

Assunto: Monitoramento do Acórdão 1505/2007 – TCU - Plenário

Item do Acórdão / Decisão: 1.5.3

Descrição da Determinação/Recomendação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II, 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, incisos I e II, 143, inciso III e 250 do Regimento Interno, determinar o arquivamento do seguinte processo na Sefti, sem prejuízo das recomendações e determinações propostas, devendo ser encaminhada cópia deste acórdão e da instrução da Unidade Técnica de fls. 48/62, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Secretaria de Recursos Humanos/MP, ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) à Controladoria Geral da União, bem como à 5ª Secex e à

Secex/RJ, para conhecimento:

“1.5.3. reiterar determinação ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), com fundamento no art. 43 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 250 do Regimento Interno do TCU, para que estabeleça regras de formação de senhas do sistema Senha-Rede de acordo com as boas práticas de segurança da informação, conforme prevê o item 11.3.1 combinado com o item 11.5.3 da NBR ISO/IEC 27002:2007, informando a este Tribunal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas;”

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Despacho de Protocolo – 007163/2010-03, de 14/04/2010, o Auditor-Geral, encaminhou o Ofício de Comunicação de Decisão nº 60/2010-TCU/SEFTI, de 12/03/2010, o qual encaminha cópia do Acórdão 377/2010 à Superintendência de Sistemas Corporativos – SUPSC para providências.

Mediante Ofício DS – 024910/2010, de 08/09/2010, o Diretor-Superintendente informou ao TCU quanto ao atendimento às determinações constantes do Acórdão 377/2010.

As determinações indicadas pelo Tribunal de Contas da União no que se refere à política de senhas do sistema Senha Rede, já foram implementadas e devidamente homologadas pelas equipes responsáveis por essa demanda.

As novas regras foram aplicadas a partir do dia 10 de setembro de 2010, tornando-se válidas a partir do momento em que a senha atual expirou e foi solicitada uma nova senha, conforme noticiado pela área de comunicação social mediante “Informe SERPRO” nº 120, de 01 de setembro de 2010.

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Total

Monitoramento pela Auditoria Interna: Será avaliado no exercício de 2011.

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 3046

Ano do Acórdão / Decisão: 2010

Colegiado: 1ª Câmara

Assunto: Representação sobre possíveis irregularidades em pagamentos efetivados à Empresa Boeing Turismo Ltda.

Item do Acórdão / Decisão: 1.5 e 1.6

Descrição da Determinação/Recomendação:

1.5. Determinar ao SERPRO que informe ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as medidas adotadas para o cumprimento das determinações constantes do subitem 5.1.2. do Relatório de Inspeção (fls. 260/261, principal, vol. 1).

1.6. Alertar o SERPRO quanto às seguintes impropriedades constatadas:

1.6.1. planejamento inadequado para a realização de certames licitatórios, resultando na prestação de serviços sem amparo 6928/contratual, em afronta ao disposto no art. 2º da Lei 8666/93, o que pode resultar em aplicação das sanções previstas no art. 58 da Lei 8443/92 aos responsáveis, conforme tratado no subitem 2.1 do Relatório de Inspeção (fls. 249/254, principal, vol. 1); e

1.6.2. planejamento inadequado das viagens realizadas pelos seus próprios empregados ou convidados, o que inviabilizou a obtenção de preços mais vantajosos, em afronta ao disposto no subitem 3.4.5 do normativo SERPRO GL/001 e ao princípio da economicidade, conforme tratado nos subitens 2.3 do Relatório de Inspeção (fls. 256/257, principal, vol. 1).

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Memorandos AUDIG/CD – 016267/2010 e 016269/2010, de 21/06/2010, o Auditor-Geral encaminhou o Ofício da Equipe de Inspeção nº 01/2010, de 08/03/2010, o qual encaminha cópia do Acórdão 3046/2010, à Superintendência de Logística – SUPGL/DIRET e Superintendência de Relacionamento com Clientes – Novos Negócios – SUNNE, respectivamente, para conhecimento e providências.

Mediante Ofício DP – 026686/2010, de 21/09/2010, o Diretor-Presidente encaminhou ao TCU o cumprimento das determinações exaradas no Acórdão 3046/2010.

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Total

Monitoramento pela Auditoria Interna: Verificado o cumprimento do Acórdão, mediante trabalho de Auditoria – Designação GL-AC/0004/2010.

Mediante Acórdão nº 7894/2010 -1ª Câmara o TCU encerrou o processo de monitoramento do Acórdão 3046/2010-TCU-1ª Câmara e considerou atendidas as determinações exaradas no item 1.5.

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 3496

Ano do Acórdão / Decisão: 2010

Colegiado: 1ª Câmara

Assunto: Representação com medida cautelar apresentada pela Empresa Criart Serviços de Terceirização de Mão-de-obra Ltda contra o SERPRO – Pregão Eletrônico nº 2052/2009

Item do Acórdão / Decisão: 9.2

Descrição da Determinação/Recomendação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/92 e art. 1º, inciso II, e art. 237, inciso VI do Regimento Interno do TCU, ACORDAM em:

9.1. conhecer da representação para, no mérito, julgá-la procedente;

9.2. determinar ao SERPRO Regional Belém/PA a adoção das medidas necessárias à anulação do ato de classificação da proposta da empresa K. M. Serviços Gerais Ltda. no âmbito do Pregão Eletrônico no 2052/2009, bem como dos demais atos subsequentes;

9.3. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e aos interessados; e

9.4. arquivar os autos

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Ofício SUPGL/GLBLM/GLACO – 018888/2010, de 15/07/2010, o Chefe da Divisão Regional de Logística Belém, Substituto, informou ao TCU as providências adotadas por aquela Regional, em relação à substituição do Contrato RG 43.926 com a KM Serviços Gerais, por ter sido considerado nulo pelo TCU, e, quando da conclusão das medidas necessárias ao pleno cumprimento do Acórdão em referência, o mesmo comunicará àquele Tribunal.

Mediante Ofício SUPGL/GLBLM/GLACO – 026431/2010, de 17/09/2010, o Chefe da Divisão Regional de Logística de Belém informou ao TCU a publicação no Diário Oficial da União – DOU de 17/09/2010 do aviso de Anulação da proposta da Empresa K.M. Serviços Gerais, em cumprimento a determinação contida no Acórdão nº 3.496/2010.

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Total

Monitoramento pela Auditoria Interna: Verificado o cumprimento do Acórdão, mediante trabalho de Auditoria – Designação GL-AC/0003/2010.

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 6432

Ano do Acórdão / Decisão: 2010

Colegiado: 2ª Câmara

Assunto: Fiscalizar o relacionamento UFPR e Fundação de Apoio, bem como o monitoramento dos Acórdãos nº 2466/2007 e 2645/2007 (ambos do Plenário).

Item do Acórdão / Decisão: 1.4.2

Descrição da Determinação/Recomendação:

1.4.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF) e ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) que implementem, em atenção ao disposto nos arts. 29, 30, 31, 36, 42, 67 e 68 do Decreto 93.872/86 c/c os arts. 35, 36, 61, 62, 63 da Lei 4.320/64, as seguintes rotinas no Sistema Siafi:

1.4.2.1. bloqueio às tentativas de pagamento de despesa a favorecido diverso daquele constante da respectiva nota de empenho, mantendo-se a exceção aos pagamentos da rubrica de pessoal (folha de pagamento, diárias, suprimento de fundos, etc.);

1.4.2.2. cancelamento automático dos saldos de empenho até 31 de dezembro do exercício seguinte e bloqueio às tentativas de pagamentos posteriores a essa data;

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Ofício DP – 018505/2010, de 12/07/2010, o Diretor-Presidente encaminhou ao TCU a resposta ao Ofício de Monitoramento em questão.

Conforme informado àquele Tribunal:

Em 17/12/2009, o SERPRO recebeu o Ofício de Comunicação de Determinação nº 1342/2009-TCU/SECEX-PR, de 04/12/2009, o qual encaminhou o Acórdão nº 6432/2009 para conhecimento e adoção de medidas previstas nos subitens 1.4.2 a 1.4.2.2.;

Naquela oportunidade, informamos a SECEX-PR, mediante Ofício DIRET - 036332/2009, de 23/12/2009, do

Diretor de Relacionamento com Clientes, que o SERPRO, como Empresa prestadora de serviços de Tecnologia da Informação, em especial, no que se refere ao desenvolvimento, manutenção e produção do Sistema SIAFI Operacional, não pode implementar regras de negócios sem que sejam definidas e demandadas formalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que é a Entidade gestora do referido sistema e, portanto, para atender às citadas determinações, seria necessária a solicitação e autorização expressa da STN, ficando o SERPRO no aguardo de tal demanda.

Diante dos esclarecimentos feitos à época a SECEX-PR, informamos que, até a presente data, não houve registro de solicitação de adequação do sistema pela STN no sistema de controle de demandas - SIGOP, para atender ao item 1.4.2 do Acórdão em referência e que, conforme já esclarecido anteriormente, sem essa solicitação o SERPRO fica impedido de realizar alteração no Sistema SIAFI.

Ressaltamos, ainda, que estamos no aguardo da manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional para podermos dar cumprimento às determinações inerentes a esta Empresa Pública, constantes do Acórdão em comento.

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Não se aplica

Monitoramento pela Auditoria Interna: Não se aplica

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 6364

Ano do Acórdão / Decisão: 2010

Colegiado: 1ª Câmara

Assunto: Representação contra o Pregão Eletrônico nº 1519/2010.

Item do Acórdão / Decisão: 1.5

Descrição da Determinação/Recomendação:

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, não conhecer, por perda de objeto, o pedido de medida cautelar requerido pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SESVESP com vistas à suspensão do Pregão Eletrônico nº 1519/2010, realizado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO - Regional São Paulo, fazer a seguinte determinação, dando ciência desta deliberação ao SERPRO - Regional São Paulo, à empresa vencedora da licitação, Divisa Segurança Privada Ltda. e à representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.5. Determinar a audiência do superintendente do SERPRO - Regional São Paulo para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente as seguintes informações e justificativas em relação ao Pregão Eletrônico nº 1519/2010:

1.5.1. confirmar, mediante análise e demonstração, se a planilha de custos e formação de preço apresentada pela empresa vencedora do certame, Divisa Segurança Privada Ltda, contém todos os postos de trabalho e serviços requeridos e descritos nos anexos I e III do edital do pregão nº 1519/2010, fato contestado em sede de representação pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SESVESP;

1.5.2. manifestar-se quanto à possível inexecuibilidade do valor da proposta vencedora, da empresa Divisa Segurança Privada Ltda, quanto à aplicação, na planilha de custos e formação de preço, de encargos trabalhistas, previdenciários e tributários nos níveis do Simples Nacional, considerando que, em função do faturamento gerado pelo contrato a ser firmado, a empresa perderá o enquadramento no referido sistema de benefício;

1.5.3. apresentar planilha de formação de custos e preços elaborada pelo SERPRO, incluindo as pertinentes pesquisas de salários, benefícios, encargos e tributos, pela qual foi definido o orçamento do contrato, para efeito do referido pregão eletrônico, estimado em R\$ 18.536.700,00;

1.5.4. apresentar razões de ordem técnica, econômica e operacional para que o objeto do pregão eletrônico nº 1519/2010 não tenha sido dividido em itens (serviço de vigilantes, bombeiros, recepcionistas e telefonistas) com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93;

1.5.5. manifestar-se sobre a suposta quebra de sigilo das propostas e lances no pregão eletrônico nº 1519/2010 decorrente da identificação da empresa Libner Service Ltda. no campo do Comprasnet destinado à descrição complementar do objeto.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Ofício SUPGL/GLSPO/GLACO – 030083/2010, de 21/10/2010, o SERPRO informou ao Tribunal que o destinatário do Ofício de Audiência nº 3135/2010-TCU/SECEX-

SP estava incorreto, sendo o Gerente do Departamento Regional de Logística São Paulo, o empregado qualificado para prestar as informações e esclarecimentos necessários.

Mediante Ofício SUPGL/GLSPO – 031136/2010, de 03/11/2010, o Gerente do Departamento Regional de Logística São Paulo respondeu o citado Ofício de Audiência ao TCU.

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Total

Monitoramento pela Auditoria Interna: Não se aplica. O TCU conheceu a representação, para, no mérito, considerá-la procedente, porém não conheceu, por perda de objeto, o pedido de medida cautelar requerido pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo - SESVESP com vistas à suspensão do Pregão Eletrônico nº 1519/2010, realizado pela Regional São Paulo e fez como determinação a Audiência do Gerente do Departamento Regional de Logística São Paulo, cuja resposta foi encaminhada ao TCU mediante Ofício SUPGL/GLSPO – 031136/2010, de 03/11/2010.

Tipo de Jurisprudência: 01 - Acórdão

Número do Acórdão / Decisão: 7901

Ano do Acórdão / Decisão: 2010

Colegiado: 1ª Câmara

Assunto: Representação contra o Pregão Eletrônico nº 1519/2010.

Item do Acórdão / Decisão: 1.4

Descrição da Determinação/Recomendação:

Determinar ao Serpro - Regional de São Paulo, que atente para o cumprimento da alínea "g", item 2.2, do Anexo I do Pregão Eletrônico 01519/2010, considerando que a vencedora do citado certame, a empresa Divisa Segurança Privada Ltda., cotou apenas uma telefonista na planilha de custos apresentada.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Ofício SUPGL/GLSPO – 037525/2010 de 23/12/2010, o Gerente Regional do Departamento de Logística São Paulo informou ao TCU que a planilha de custos apresentada pela Divisa Segurança Privada Ltda., cotou na verdade um "Posto" e não uma telefonista. Considerando que o referido "Posto" é de 12 horas/dia, a empresa Divisa Segurança Privada Ltda., está praticando essa atividade com 2 (duas) telefonistas de 06 horas/dia, tal como previsto na alínea "g", item 2.2, do anexo I do Edital.

Avaliação quanto ao cumprimento pelo Gestor: Total

Monitoramento pela Auditoria Interna: Não se aplica.

16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Documento: Ofício nº 23167/2007/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR, de 19/07/2007.

Item do Documento: 3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (033)

Necessidade de reestruturação do quadro de pessoal responsável pelo contencioso trabalhista do SERPRO, identificada pela consultoria jurídica da Empresa.

Assunto: Auditoria de Avaliação da Gestão do SERPRO, relativa ao exercício de 2006.

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 001 - "Que a Administração do SERPRO trate com a devida prioridade a questão da reestruturação da área jurídica, realizando os estudos necessários, o mais rápido possível, a fim de identificar as necessidades de recursos humanos e tecnológicos e tome as providências necessárias para que seja dada solução conclusiva ao caso".

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Ofício DP – 021869/2007, de 03/08/2007, o Diretor-Presidente encaminhou à SFC, o Plano de Providências, relativo à Recomendação registrada no item 3.1.1.2 (constatação), inerente à reestruturação da Consultoria Jurídica do SERPRO.

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna:

Verificado o cumprimento desta Recomendação, mediante trabalho de Auditoria – Designação nº GP-AC/0002/2010.

Situação em: 10/11/2010, informada mediante Despacho de Protocolo 023853/2009-49, desta data.

Sistemas de Cálculos Judiciais – Esse sistema encontra-se em fase de testes. A COJUR, em conjunto com a SUPSC vem realizando massa de testes entre advogados e peritos, com cálculos judiciais.

Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais – Encontra-se em tramitação o procedimento licitatório, na

modalidade Pregão Eletrônico nº 2155/2010. Atualmente encontra-se em fase de testes de aceitação da ferramenta ofertada pela empresa BENNER, licitante que apresentou o menor lance.

Adequação do Quadro de Pessoal – O quadro de pessoal da Consultoria Jurídica continua sendo adequado à medida em que são realizados concursos públicos. Na data de ontem foi admitida nova advogada em Brasília, proveniente dessa via de admissão, no ano de 2003 contávamos com 18 empregados hoje contamos com 85.

Reestruturação da Consultoria Jurídica – A última adequação feita na estrutura da COJUR foi feita por meio da OE-057/2010, com vigência a partir de 01/7/2010 ocasião em que foi criada a Coordenação de Processos Judiciais Estratégicos – CJPJE, vinculada diretamente ao Consultor Jurídico, que tem como principal proposta de trabalho o acompanhamento dos processos destacados como estratégicos para a Empresa, subsidiando as áreas responsáveis pela condução direta desses processos, com jurisprudências, estratégias de atuação e orientações técnicas.

Projeto de Padronização dos Pareceres Jurídicos – A padronização dos pareceres jurídicos foi concluída, os pareceres encontram-se à disposição dos advogados no portal da COJUR, que o acessam com senha individual.

Documento: Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações - Auditoria de Gestão – Exercício 2007

Item do Documento: 4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)

Assunto: Verificação de inconsistências nos dados armazenados nos diversos sistemas internos do SERPRO, utilizados para controlar as diferentes fases dos processos de contratação e licitação.

Recomendação Efetuada:

RECOMENDAÇÃO: 003 - Que a Audig acrescente ao escopo de avaliação de processos licitatórios a análise da fidedignidade das informações cadastradas em todos os sistemas internos para os processos selecionados por amostra.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

Considerando os apontamentos constantes do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 208885 dessa Controladoria-Geral da União, e visando sanar as inconsistências apuradas, a Audig incluirá em seu programa de auditoria de análise de processos de compras e serviços, os procedimentos de verificação dos dados dos sistemas internos. Neste sentido, no tocante às informações relativas a processos, o SERPRO integrará os sistemas SisaudWeb – Sistema de Auditoria e o HisAq – Histórico de Aquisições (sistema central de informações processuais), cujos dados serão padronizados, a fim de compatibilizar as informações de processos entre estes dois sistemas, evitando possíveis divergências.

Avaliação quanto ao cumprimento: Total

Monitoração pela Auditoria Interna: Situação em: 08/11/2010

Desde meados de Abril de 2010, encontra-se em produção o módulo de Análise de Processos no Sistema Integrado SERPRO de Auditoria (SISAUD). Este módulo possui integração com o Sistema Histórico de Aquisições (HISAQ), atualmente sob responsabilidade da SUPGA, de forma a fornecer aos auditores responsáveis pelas análises de processos de despesas, informações do referido processo, tais como: unidades gestora e executora; tipo da contratação; modalidade; fundamentação legal; objeto da contratação e valor total da contratação. Vale ressaltar que ao incluir um processo para análise, as informações que constam do cabeçalho são trazidas diretamente do HISAQ, de maneira automática, não cabendo edição por parte do auditor. Estas informações, oriundas das pastas dos processos, auxiliam sobremaneira a realização das análises pelos auditores e impedem a possibilidade de ocorrência de duplicação, haja vista que no SISAUD os dados não são passíveis de modificação pela Auditoria-Geral.

Além da integração com o Sistema HISAQ, o SISAUD também possui relacionamento com o Sistema de Recursos Humanos do SERPRO, o SRH, trazendo de seu banco de dados informações como nome do empregado, matrícula, CPF, correio eletrônico e lotação. Por último, mas não menos importante, informamos que existe, também, a integração com o Correio Eletrônico Expresso, haja vista que toda a comunicação entre os auditores e as áreas auditadas é realizada por intermédio das correspondências eletrônicas.

Documento: Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações - Auditoria de Gestão – Exercício 2007

Item do Documento: 4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)

Assunto: Verificação de inconsistências nos dados armazenados nos diversos sistemas internos do SERPRO, utilizados para controlar as diferentes fases dos processos de contratação e licitação.

Recomendação Efetuada:

RECOMENDAÇÃO: 004 - Que seja dada a devida priorização ao desenvolvimento do sistema Hisaq, com o foco de atender ao maior número de fases dos processos de aquisição de bens e serviços em um mesmo sistema; caso reste a necessidade de outros sistemas de apoio, que eles sejam integrados à nova versão do sistema Hisaq, evitando o preenchimento manual de informações;

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

O Sistema HisAq é modular. Encontram-se em produção os módulos “Projeto Básico”, “Compras” e “Registro e Publicação”. O sistema prevê o desenvolvimento de outros módulos, absorvendo sistemas e ferramentas desenvolvidos em outras plataformas, integrando todo o processo de Aquisições e Contratos, o que irá evitar que uma mesma informação seja digitada em sistemas diferentes, propiciando uniformidade e padronização na entrada das informações.

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna:

Posição em 18/11/2010, conforme despacho de protocolo: 024093/2009-32:

Atualmente, o Sistema Histórico de Aquisições (HisAq) possui os seguintes módulos disponibilizados em ambiente de produção: “Projeto Básico”, “Contratação”, “Registro e Publicação” e “Controle e Movimentação de Processos”. O novo módulo “Gestão de Contratos” está em fase de desenvolvimento, com data prevista de entrega para homologação final em 20/12/2010. As funcionalidades disponibilizadas e em fase de homologação são as seguintes:

Consulta de Documentos Contratuais

Subdelegação de Gestão

Delegação de Competências

Itens de Faturamento

Cronograma de Valores Previstos

Cronograma de Valores Projetados

Medição

Ateste

Liberação de Pagamento

Aditivos

Histórico de Vigência e Valores

Encerramento do Contrato

Relatórios

Ainda sobre o módulo “Gestão de Contratos”, além das funcionalidades acima citadas, estão sendo elaborados os requisitos para o desenvolvimento de outros relatórios e da funcionalidade “Controle de Despesas”. Ressaltamos que foram feitas alterações nas datas de entrega devido ao replanejamento do projeto para atender às necessidades de alteração e incrementos advindos de maiores detalhamentos ao longo de sua execução.

Com o objetivo de abranger todo o processo de aquisições e contratações da Empresa em um único sistema, será proposta a criação de dois novos módulos no HisAq: “Demandas” e “Planejamento”. Com a disponibilização desses módulos, o sistema HisAq irá abranger todo o processo de aquisições, desde seu planejamento até a gestão contratual. Ainda prevê-se a integração com outros sistemas do Governo Federal.

O sistema HisAq é desenvolvido em plataforma de Software Livre, atendendo a necessidade de absorver outros sistemas que foram desenvolvidos em outras plataformas, inviabilizando manutenções evolutivas, além de prover a Empresa de um único sistema que abranja todo o processo de aquisições e contratações, garantindo maior controle e qualidade na sua gestão.

Documento: Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações - Auditoria de Gestão – Exercício 2007

Item do Documento: 4.2.2.2 - CONSTATAÇÃO: (027)

Assunto: Verificação de inconsistências nos dados armazenados nos diversos sistemas internos do SERPRO, utilizados para controlar as diferentes fases dos processos de contratação e licitação.

Recomendação Efetuada:

RECOMENDAÇÃO: 005 - Que, tão logo os sistemas em desenvolvimento estejam operacionais, seja preparada uma apresentação a esta equipe de auditoria, demonstrando como as dificuldades encontradas foram superadas.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

Tão logo o Sistema HisAq esteja com todos os seus módulos implantados, será feita uma apresentação do mesmo para a equipe de auditoria.

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna: Posição em 18/11/2010, conforme despacho de protocolo: 024093/2009-32: O módulo “Gestão de Contratos” está em desenvolvimento, com entrega prevista para homologação final em 20/12/2010. Após a implementação do novo módulo, será realizada apresentação para a Auditoria.

Documento: Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações - Auditoria de Gestão – Exercício 2007

Item do Documento: 4.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (028) Responsável: COALF

Assunto: Existência de inconsistências nas informações inseridas pelo SERPRO nos sistemas Siafi e Siasg, no que diz respeito aos processos de contratação e licitação.

Recomendação Efetuada:

RECOMENDAÇÃO: 002 - Que seja avaliada a viabilidade, a conveniência e a oportunidade de se desenvolver ou se adquirir uma API (Interface de Programação de Aplicativos, em inglês) de forma a permitir uma integração entre os sistemas internos e os sistemas governamentais, evitando, assim, o retrabalho e a alimentação manual, na medida do possível.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

A integração entre sistemas internos e os sistemas governamentais é conveniente e oportuna, mas se faz necessário primeiramente um estudo aprofundado das tecnologias utilizadas para que possamos definir um projeto de integração com bastante segurança. Daremos, portanto, início ao estudo das tecnologias utilizadas, dentro de 60 (sessenta) dias, tendo como produto final, um relatório sobre a implementação, o qual será remetido até 31/12/2008 à essa Controladoria-Geral da União. Diante do resultado desse estudo, o SERPRO fará o projeto de integração, com definição de cronograma, a fim de dar viabilidade à integração dos sistemas.

Posição em 31/12/2008 - Do ponto de vista tecnológico, verificamos que não há restrições para que sejam implementadas as integrações dos sistemas internos, em especial as relativas ao sistema HISAQ.

Esse entendimento baseia-se no fato de que se tratam de sistemas residentes no próprio SERPRO, em tecnologias de domínio interno e com ferramentas já construídas para integração, como por exemplo o SQLADA, que permite a integração entre plataforma baixa e alta.

Deste modo, o SERPRO não necessita adquirir nem desenvolver uma ferramenta de API, para viabilizar a integração dos sistemas corporativos que tratam da gestão das aquisições. A confecção do módulo de gestão de contratos possibilitará a disponibilização das integrações necessárias e viáveis dentro do próprio sistema HISAQ. O desenvolvimento deste módulo será iniciado no mês de março/2009 e a conclusão está prevista para dezembro/2009. As integrações com os sistemas que não fazem parte do processo de aquisições serão iniciadas após a conclusão do módulo de gestão de contratos.

Mediante Memorando SUPGA – 024093/2009, de 31/08/2009, o Superintendente informou que:

“Foi criado na SUPSC, o Departamento de Integração de Sistemas Corporativos (SCINT), que está mapeando todas informações dos sistemas corporativos para viabilizar sua integração. O nível de integração a ser implementado vai depender dos requisitos da área gestora do processo, que é quem fará a definição de regras de negócio, pois essas são de sua responsabilidade para atender suas necessidades.

Estamos com esforços de unir todos os sistemas relacionados a Compras em um único, o que vem sendo realizado em módulos (etapas).

Precisamos lembrar, também, que o trabalho deste Departamento será permanente e não finda em 31/12/2009, visto que não estamos trabalhando com o mesmo escopo e prioridades”

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna: Posição em 18/11/2010, conforme despacho de protocolo: 024093/2009-32: O SERPRO não necessita adquirir nem desenvolver uma ferramenta de API, para viabilizar a integração dos sistemas corporativos que tratam da gestão das aquisições. A confecção do módulo de gestão de contratos possibilitará a disponibilização das integrações necessárias e viáveis dentro do próprio sistema HISAQ.

O módulo “Gestão de Contratos” está em desenvolvimento, com entrega prevista para homologação final em 20/12/2010.

A ser avaliado somente após o cumprimento das providências

Documento: Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações - Auditoria de Gestão – Exercício 2007

Item do Documento: 4.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (028)

Assunto: Existência de inconsistências nas informações inseridas pelo SERPRO nos sistemas Siafi e Siasg, no que diz respeito aos processos de contratação e licitação.

Recomendação Efetuada:

RECOMENDAÇÃO: 003 - Que sejam tratadas, juntamente com o gestor do Sistema Siasg, as limitações identificadas pelo SERPRO, que impedem a plena utilização do sistema.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

Reiteraremos e atualizaremos as demandas ao Ministério do Planejamento, referentes aos ajustes no SIASG.

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna: Posição em 18/11/2010, conforme despacho de protocolo: 024093/2009-32:

Foi realizado contato com o Ministério do Planejamento, porém não houve retorno sobre o assunto.

A ser avaliado somente após o cumprimento das providências

Documento: Anexo I ao relatório nº 208885 - Demonstrativo das Constatações - Auditoria de Gestão – Exercício 2007

Item do Documento: 4.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (028)

Assunto: Existência de inconsistências nas informações inseridas pelo SERPRO nos sistemas Siafi e Siasg, no que diz respeito aos processos de contratação e licitação.

Recomendação Efetuada:

RECOMENDAÇÃO: 006 - Que a Audig acrescente ao escopo de avaliação de capacitação de pessoal a análise da adequabilidade e da efetividade dos treinamentos solicitados pelos gestores direcionados aos empregados, com foco na eliminação das falhas encontradas.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Resposta encaminhada mediante Ofício DS – 021482/2008, de 07/08/2008:

A Audig interagiu com a SUPGA – Superintendência de Aquisições e Contratos, no sentido daquela área prover curso de licitações e contratos, com conteúdo programático adequado a sanar as inconsistências apontadas, especialmente aquelas descritas à folha 60 do relatório de auditoria dessa CGU. Neste sentido, a Audig acompanhará a elaboração do programa do curso e sua realização.

Posição RAINIT 2009: Os problemas não se vinculam a treinamento e sim a adequações de ordem técnica no sistema SIASG, necessitando de demanda junto ao gestor do sistema. A SUPGA encaminhará relatório consolidado ao Gestor do Sistema contendo as diversas limitações identificadas pelas áreas internas usuárias desse sistema, em janeiro/2009, a fim de que as mesmas sejam avaliadas e devidamente tratadas.

Mediante Memorando SUPGA – 024093/2009, de 31/08/2009, o Superintendente informou que:

“Está sendo realizado o levantamento junto às áreas que consultam ao Sistema SIASG, para consolidação das dificuldades sentidas por estes no seu trato e, posteriormente, será encaminhada a resposta ao Gestor do Sistema (Ministério do Planejamento). Lembrando que em 2003, foi encaminhada para o MP o Ofício: SUPGA/GACEC - 007115/2003, em que foram apontadas as dificuldades do SERPRO na utilização do SIASG”.

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna: Posição em 18/11/2010, conforme despacho de protocolo: 024093/2009-32:

Foi realizado contato com o Ministério do Planejamento, porém não houve retorno sobre o assunto.

A ser avaliado somente após o cumprimento das providências

Documento: Anexo I ao relatório nº 222250 - Demonstrativo das Constatações - Auditoria de Gestão – Exercício 2008

Item do Documento: 3.3.1.1 Constatação

Assunto: Desconformidade entre a prática da entidade para aprovação de propostas de alteração na tabela de remuneração e os dispositivos legais em vigor.

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 002

Que o dirigente máximo da entidade acompanhe a proposta de convalidação enviada ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, através do Ofício DP - 012811/2009 (complementado pelo Ofício DP – 015188/2009),

inclusive quanto às demais alterações procedidas anteriormente, informando esta Controladoria sobre os resultados obtidos.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Mediante Ofício DP-022689/2009, de 18/08/2009, o Diretor-Presidente encaminhou o Plano de Providências ao Diretor de Auditoria da Área Econômica da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR.

Foi instituído na Empresa, por meio da Decisão de Diretoria GP – 080/2009, um grupo de trabalho que tem por finalidade proceder a reconstituição das Sistemáticas de Funções Comissionadas praticadas pelo SERPRO desde 1997, para encaminhamento ao Ministério da Fazenda para convalidação dos atos porventura praticados sem que tenham sido submetidos aos órgãos competentes.

A Decisão de Diretoria GP – 080/2009 foi implementada na Empresa a partir de 10/08/2009 e final de sua vigência foi fixado para 31/03/2010.

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna: A Decisão de Diretoria GP – 080/2009 foi prorrogada pela Decisão de Diretoria GP 028/2010, cujo prazo de vigência foi de 01/04/2010 a 30/06/2010.

A vigência de atuação do Grupo de Trabalho foi novamente prorrogada, desta vez através da Decisão de Diretoria OE – 066/2010 com início em 01/07/2010 e término em 30/09/2010.

A atuação do referido Grupo de Trabalho sofreu nova prorrogação, através da Decisão de Diretoria – OE – 112/2010 com início em 01/10/2010 e término em 31/12/2010.

Os trabalhos deste Grupo foram prorrogados novamente, através da Decisão de Diretoria OE – 154/2010, com início em 01/01/2011 a 30/04/2011.

Tão logo tenhamos a conclusão deste Grupo de Trabalho remeteremos à esta SFC/CGU-PR.

Documento: Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de Gestão – Exercício 2009

Item do Documento: 1.1.2.1 Informação: (003) - Nota de Auditoria nº 03

Assunto: Avaliação dos Resultados

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 001 - Crie parâmetros de avaliação de eficiência e de eficácia na aplicação dos recursos auferidos por meio dos seus contratos de prestação de serviços, assim como aproprie os valores orçados e gastos, por natureza de despesa, com pessoal, custeio e investimentos, em cada projeto estratégico e prioritário da referida empresa.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010. Informamos que os assuntos tratados nesta recomendação estão distribuídos entre os processos de custos e gestão de projetos da organização.

Providências a serem Implementadas: Será criado um projeto específico entre as unidades de Projetos (COEEP) e Orçamentação (SUPCO) para realizar a integração entre os referidos processos e seus sistemas de apoio (e-Car, Custos e Siafi).

Prazo de Atendimento: dezembro de 2011 (estimativa inicial)

Situação em: em 11/11/2010 o projeto está em proposição.

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna: Monitoramento será realizado somente após conclusão das providências adotadas.

Documento: Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de Gestão – Exercício 2009

Item do Documento: 1.1.2.1 Informação: (003) - Nota de Auditoria nº 03

Assunto: Avaliação dos Resultados

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 002 - Mapeie as causas dos atrasos e do mau desempenho dos projetos, de forma a adotar medidas concretas que solucionem esses problemas, indicando, para cada projeto, os processos, atos administrativos e recursos humanos, logísticos e financeiros necessários para resolver os referidos problemas.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010.

Situação em: 12/12/2010 - implementado

Avaliação quanto ao cumprimento: Total **Monitoração pela Auditoria Interna:** Será certificado no exerc. 2011.

Documento: Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de Gestão – Exercício 2009

Item do Documento: 1.1.2.2 Informação: (004) - Nota de Auditoria nº 04

Assunto: Avaliação dos Resultados

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 001 - Que o SERPRO realize estudo para mapeamento dos processos/ações, identificando aqueles nos quais é necessária a criação de indicadores para monitoramento / acompanhamento / avaliação do processo e/ou resultados e que esses indicadores possam auxiliar os gestores em sua tomada de decisão, e, também, manter um núcleo sólido de indicadores para uma melhor análise histórica das gestões.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010, onde informamos o que segue:

“O SERPRO criou, ao final do ano de 2009, o seu Escritório de Governança de Processos - EGOP, alocado na Superintendência de Sistemas Corporativos (SUPSC). O EGOP tem a missão de coordenar as iniciativas de governança dos processos corporativos do SERPRO, interagindo com os seus responsáveis, visando realizar a promoção da visibilidade, padronização, integração, gerenciamento do desempenho e melhoria contínua desses processos, garantindo o alinhamento com os objetivos empresariais e a disponibilidade de informações para tomada de decisão.

Providências a serem Implementadas: Implantar o Gerenciamento do desempenho e Ciclo de Melhoria dos Processos do SERPRO.

Prazo de Atendimento: Setembro de 2011.

Situação em: Novembro de 2010: No momento estamos na fase de redesenho, documentação e implementação de processos.

Avaliação quanto ao cumprimento: Parcial

Monitoração pela Auditoria Interna: Monitoramento será realizado somente após conclusão das providências adotadas.

Documento: Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de Gestão – Exercício 2009

Item do Documento: 1.1.2.2 Informação: (004) - Nota de Auditoria nº 04

Assunto: Avaliação dos Resultados

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 002 - Que o SERPRO ao criar um novo indicador, avalie a possibilidade de cálculo dos valores retroativos há pelo menos três exercícios, de forma a obter uma evolução temporal dos dados para análise e comparação.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010.

Esclarecemos que mensalmente o SERPRO elabora o Demonstrativo INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - EVOLUÇÃO MENSAL, no qual são demonstrados os principais indicadores de mercado numa evolução histórica de três exercícios.

Este demonstrativo é peça que compõe os Demonstrativos Financeiros Mensais divulgados gerencialmente, inclusive para os Conselhos Diretor e Fiscal do SERPRO.

Providências a serem Implementadas: Não há.

Prazo de Atendimento: Não há.

Avaliação quanto ao cumprimento: Total

Monitoração pela Auditoria Interna: Conforme divulgação mensal para os Conselhos Diretor e Fiscal, Diretoria e Auditoria Interna a Superintendência de Gestão Empresarial – Financeira cumpre de fato a recomendação ora citada.

Documento: Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de Gestão – Exercício 2009

Item do Documento: 1.1.7.3 Informação: (009) - Nota de Auditoria nº 05

Assunto: Processos Licitatórios

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 001 - Dessa forma, foi emitida a Nota de Auditoria nº 05 com a recomendação para que o SERPRO inclua na elaboração de Projetos Básicos (PB) e Termos de Referência (TR), de forma técnica e detalhada, os riscos envolvidos com a compra de fornecedores distintos.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010.

Providências a serem Implementadas: Tal procedimento já está inserido nas obrigações para a elaboração de PB/TR, conforme versão 2 da Norma GA 005, de agosto de 2010.

Prazo de Atendimento: Imediato

Avaliação quanto ao cumprimento: Total

Monitoração pela Auditoria Interna:

A auditoria evidenciou a existência do referido normativo, por meio de consulta ao GEDIG, sistema de gestão de documentos da Empresa, por meio do qual foi dada a devida publicidade a referida norma, considerando que a mesma atende plenamente a recomendação efetuada.

Documento: Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de Gestão – Exercício 2009

Item do Documento: 1.1.7.4 Informação: (011)

Assunto: Processos Licitatórios

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 001 - Diante do fato supracitado, foi emitida nota de auditoria ao SERPRO no sentido de emitir termo aditivo ao Contrato nº 42.408, de forma que a classificação contábil da despesa prevista no seu 1º Termo seja a mesma da indicada nas notas de empenho emitidas para o mesmo.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Manifestação do Gestor: Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010, no qual informamos que, especificamente com relação a classificação contábil da despesa, houve um equívoco quando da elaboração do contrato e que estaríamos emitido novo termo aditivo ao contrato RG 42.408.

Providências a serem Implementadas: Termo Aditivo nº 45251/2011 relativo ao contrato 42408/2008 assinado e publicado no Diário Oficial da União de 06/01/2011

Avaliação quanto ao cumprimento: Total

Monitoração pela Auditoria Interna:

Verificado o cumprimento da recomendação mediante análise do termo aditivo publicado no Diário Oficial da União de 06/01/2011.

Documento: Relatório de Auditoria Anual de Contas - Nº 246682 - 2ª Parte - Auditoria de Gestão – Exercício 2009

Item do Documento: 1.1.7.5 Informação: (012)

Assunto: Processos Licitatórios

Recomendação Efetuada:

Recomendação: 001 - Dessa forma, foi emitida Nota de Auditoria ao SERPRO, recomendando que ele crie rotina de forma que faça constar dos seus processos de aquisição de bens e serviços, inclusive em eventuais aditivos do processo em questão, referente à aquisição de licenças de Programas Oracle, de nº 70.387.000007/2009-66, no Contrato nº 43.075/2009 com a Empresa CTIS, detalhamento suficiente das demandas dos clientes internos e externos do SERPRO que justifique e demonstre, com as respectivas memórias de cálculo, a necessidade de requisição dos quantitativos estimados dos itens descritos nos respectivos termos de referência e contratos, bem como o cronograma de entrega estabelecido, conforme as necessidades, para cada um desses itens.

Providência(s) Informada(s) pela Unidade:

Considerações já apresentadas a essa CGU, mediante Ofício: DP - 026274/2010, de 16/09/2010. Acrescentamos que, no sentido de orientar melhor as unidades demandantes de aquisições e contratações, estabelecemos na Norma GA-005, versão 02, de 11/08/2010, que trata dos requisitos na elaboração de projetos básicos ou termos de referência sobre aquisições e contratações (planejamento definitivo da contratação), os procedimentos que deverão ser observados na elaboração dos citados instrumentos que, na nossa opinião, atendem à recomendação supracitada.

Providências a serem Implementadas: No que se refere especificamente à aquisição de licenças de software, objeto da presente Recomendação, o SERPRO informa que reforçará junto as áreas demandantes para que demonstrem a necessidade de requisição dos quantitativos estimados dos itens descritos nos respectivos termos de referência.

Prazo de Atendimento: Imediato.

Avaliação quanto ao cumprimento: Total

Monitoração pela Auditoria Interna:

A certificação quanto ao cumprimento da providência adotada será realizada no exercício 2011.

16.1 Informações sobre o tratamento das recomendações

As ocorrências e recomendações, frutos de irregularidades/impropriedades, foram enviadas pela Auditoria Interna – AUDIG, às áreas auditadas, com o objetivo dos gestores justificarem e regularizarem os atos e fatos apontados, adotarem melhorias nos seus processos internos e/ou adequarem-se às normas e legislações pertinentes.

As ocorrências e recomendações, quando respondidas pelos gestores, são analisadas pelos auditores que, ao avaliá-las, formam sua opinião, optando pelas seguintes alternativas:

Aceitar - quando a justificativa/resposta da ocorrência atende plenamente a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados, não restando nenhuma dúvida quanto às medidas tomadas para regularização.

Aceitar com restrição - quando a justificativa da ocorrência atende, em parte, a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados ou cuja justificativa apresenta prazos a serem tomados para regularização.

Não aceitar - quando a justificativa da ocorrência não atende de forma alguma a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados na ocorrência.

Tal fato enseja a elaboração de recomendação que deve ser direcionada ao órgão imediatamente superior àquele cuja ocorrência foi anteriormente enviada.

Das 27 auditorias realizadas no exercício de 2010, foram geradas 258 (duzentos e cinquenta e oito) ocorrências de campo, das quais 41 (quarenta e uma), representando aproximadamente 16% (dezesesseis por cento), geraram recomendações.

O percentual de ocorrências aceitas foi 66%. Somando-se a este número as ocorrências aceitas com restrição, tendo em vista que a maioria das restrições foi somente para acompanhamento e apresentação da documentação ou dados solicitados, obtém-se um percentual de 94% sob o total de ocorrências, o que demonstra um alto grau de efetividade dos trabalhos de auditoria.

O percentual de recomendações aceitas foi de, aproximadamente, 44%. Somando-se a este número as recomendações aceitas com restrição, tendo em vista que a maioria das restrições foi somente para acompanhamento e apresentação da documentação ou dados solicitados, obtém-se um percentual de 100% sob o total de recomendações, o que demonstra um alto grau de efetividade dos trabalhos de auditoria.

As ocorrências e recomendações emitidas no ano foram encaminhadas a Secretaria Federal de Controle Interno, através do envio dos relatórios de auditoria, nos quais constam os detalhes dos fatos ocorridos, as justificativas/providências adotadas pelos gestores das áreas envolvidas e as ações implementadas com as devidas regularizações.

Ressalta-se ainda que todos os Relatórios, independentemente da existência de recomendações ou não, são enviados ao Conselho Fiscal, mensalmente, e disponibilizados para todas as áreas auditadas, via Sistema Integrado SERPRO de Auditoria - SISAUD.

A Auditoria orienta as áreas auditadas no sentido de utilizarem o SISAUD, com toda a sua memória e base histórica de ocorrências e recomendações anteriores, como instrumento de gestão empresarial, consubstanciando-se esta prática em indicadores de melhorias internas.

PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1 - Demonstrações Contábeis – Lei 6404/76 e Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis estão registradas a seguir na ordem:

- Balanço Comparativo exercícios 2009 e 2010
- DRE - Demonstrativo Resultado do Exercício
- DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa
- DMPL - Demonstrações das Mutações Patrimônio Líquido
- NE - Notas Explicativas
- DVA - Demonstração do Valor Adicionado

BALANÇO PATRIMONIAL – COMPARATIVO			Em R\$
ATIVO	2010	2009	
CIRCULANTE	856.795.269,04	892.386.070,10	
. Caixa e Equivalentes de Caixa	43.166.662,29	234.678.923,37	
Bancos c/ Movimento	42.327.240,20	83.273.332,26	
Fundo de Aplicação Financeira	839.422,09	151.405.591,11	
. Ativos Financeiros	518.377,88	582.396,38	
. Créditos em Circulação	811.895.729,35	655.983.291,15	
Créditos a Receber	811.431.625,81	655.580.667,00	
Faturas a Receber	623.174.982,29	550.932.233,53	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.784.844,13)	(30.246.179,62)	
Créditos Tributários	136.854.670,90	105.102.928,22	
Ressarcimento de Pessoal	81.435.658,72	28.141.471,58	
Créditos Diversos a Receber	751.158,03	1.650.213,29	
Outros Créditos	126.545,60	65.066,21	
Diversos Responsáveis	133.319,80	133.319,80	
Recursos Vinculados	204.238,14	204.238,14	
. Bens e Valores em Circulação	1.213.372,00	1.141.459,20	
. Valores Pendentes a Curto Prazo	1.127,52	-	
NÃO CIRCULANTE	1.066.308.405,44	1.072.200.151,98	
. Realizável a Longo Prazo	548.520.943,75	549.873.963,68	
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	215.094.632,96	198.237.111,08	
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	333.095.475,14	351.431.029,08	
Bens a Alienar	172.113,37	17.022,17	
Ativos Financeiros	12.422,38	41.863,79	
Outros Ativos	146.299,90	146.937,56	
. Imobilizado	438.952.165,95	463.399.337,86	
Bens Imóveis	264.301.907,95	248.805.246,52	
Bens Móveis	595.640.949,63	591.714.714,06	
Depreciação Acumulada	(420.990.691,63)	(377.120.622,72)	
. Intangível	78.835.295,74	58.926.850,44	
Projetos e Softwares	158.795.720,16	121.406.181,52	
Amortização	(79.960.424,42)	(62.479.331,08)	
TOTAL DO ATIVO	1.923.103.674,48	1.964.586.222,08	

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO		Em R\$	
PASSIVO	2010	2009	
CIRCULANTE	505.617.028,67	443.929.803,91	
. Depósitos	130.127.330,27	104.932.084,71	
Consignações	30.033.420,95	8.716.030,78	
Tributos e Encargos Sociais	100.071.514,37	96.216.053,93	
Depósitos Diversas Origens	22.394,95	-	
. Obrigações em Circulação	375.489.698,40	338.997.719,20	
Obrigações a Pagar	375.482.162,61	338.950.119,70	
Fornecedores	98.757.428,88	65.837.032,21	
Pessoal a Pagar	386.987,33	23.893.523,69	
Férias	109.510.828,78	92.917.504,18	
Licença-Prêmio	78.811.432,12	68.426.260,90	
Plano de Previdência Complementar	15.427.034,40	15.754.107,20	
Participação nos Lucros ou Resultados	49.195,58	2.912.538,02	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	72.539.255,52	66.083.619,87	
Outras Provisões	-	3.125.533,63	
Outras Obrigações	7.535,79	47.599,50	
NÃO CIRCULANTE	559.616.772,84	488.012.253,61	
Obrigações Tributárias	30.542.231,46	32.162.963,60	
Provisões Trabalhistas e Cíveis	405.218.215,63	146.316.395,78	
Plano de Previdência Complementar	123.726.395,45	183.438.045,95	
Obrigações Judiciais	-	125.969.781,34	
Outras Obrigações	129.930,30	125.066,94	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	857.869.872,97	1.032.644.164,56	
. Capital	617.354.829,23	617.354.829,23	
. Reservas	240.515.043,74	415.289.335,33	
Reservas de Capital	10.178.339,27	10.191.350,03	
Reservas de Reavaliação	118.604.297,62	121.750.424,72	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.377.974,65)	(1.284.514,74)	
Reservas de Lucros	113.110.381,50	284.632.075,32	
TOTAL DO PASSIVO	1.923.103.674,48	1.964.586.222,08	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – COMPARATIVO		
	2010	2009
RECEITA	1.568.463.578,80	1.649.558.702,37
Receita de Serviços	1.568.463.578,80	1.649.558.702,37
DEDUÇÕES	(200.577.109,55)	(207.437.134,88)
LUCRO BRUTO	1.367.886.469,25	1.442.121.567,49
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.679.864.674,99)	(1.377.280.611,62)
Despesas com Pessoal	(1.076.143.106,19)	(996.432.471,49)
Remuneração	(792.064.569,44)	(753.080.820,48)
Encargos Sociais	(284.078.536,75)	(243.351.651,01)
Benefícios a Empregados	(163.813.843,30)	(160.334.337,05)
Benefícios	(128.204.046,06)	(109.352.073,13)
Plano de Previdência Complementar	(35.609.797,24)	(50.982.263,92)
Locação	(48.295.698,94)	(45.726.894,58)
Softwares	(44.387.261,80)	(42.670.549,50)
Locação de Demais Bens	(3.908.437,14)	(3.056.345,08)
Depreciação e Amortização	(110.563.184,44)	(102.123.566,70)
Despesas Tributárias	(3.292.016,42)	(2.983.944,58)
Serviços de Comunicação	(107.879.920,13)	(129.834.406,78)
Manutenção	(74.140.826,73)	(63.315.377,93)
Serviços Públicos	(17.396.268,20)	(15.018.045,13)
Serviços Profissionais e Contratados	(48.463.139,07)	(51.801.834,03)
Materiais	(6.752.033,78)	(6.114.675,93)
Outras Despesas/Receitas	24.223.248,10	1.948.581,04
Pessoal Cedido – PSE	245.061.208,52	182.744.148,71
Resultado com Ações Judiciais	(261.496.905,44)	20.387.046,33
Outras Receitas e Despesas das Operações Continuadas	(4.692.238,06)	(202.627,49)
Resultado Financeiro	(26.219.950,91)	(8.472.206,01)
Despesas Financeiras	(37.798.042,07)	(28.072.782,15)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(10.905.128,19)
Receitas Financeiras	11.578.091,16	30.505.704,33
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(311.978.205,74)	64.840.955,87
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS	137.297.374,06	(16.655.962,37)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	-	(2.726.282,05)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IRPJ E CSLL	(174.680.831,68)	45.458.711,45
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	-	(13.173.792,48)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA REV. DOS JUROS S/ CAP. PRÓPRIO	(174.680.831,68)	32.284.918,97
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	-	10.905.128,19
LUCRO/PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(174.680.831,68)	43.190.047,16

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009		
DESCRIÇÃO	2010	2009
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	1.208.768.155,14	1.165.373.916,79
Recebimentos de Clientes – exercícios anteriores	287.235.046,13	317.360.692,74
Ressarcimento de Pessoal Requisitado	191.767.021,38	189.567.064,80
Outros recebimentos	18.792.631,25	16.635.954,21
Rendimentos de Aplicações	5.170.644,74	18.329.240,41
Tributos vinculados à Receita	(232.541.471,60)	(230.696.742,35)
Pagamentos a empregados – Pessoal e Encargos	(1.079.590.682,86)	(940.535.460,64)
Participação nos Lucros ou Resultados	(2.188.988,89)	-
Sentenças Judiciais	(23.061.643,46)	(15.357.385,06)
Pagamentos a Fornecedores	(508.578.479,86)	(462.771.749,21)
Crédito Rotativo	9.001,87	(86.378,21)
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	(134.218.766,16)	57.819.153,48
Atividades de Investimento		
Imobilizado	(44.168.148,77)	(96.968.345,25)
Intangível	(13.125.346,15)	(31.378.404,28)
Caixa Líquido proveniente das atividades de investimento	(57.293.494,92)	(128.346.749,53)
Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	-	(10.000.000,00)
Aporte de Capital	-	-
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento	-	(10.000.000,00)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(191.512.261,08)	(80.527.596,05)
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	234.678.923,37	315.206.519,42
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	43.166.662,29	234.678.923,37

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma entidade criada pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, sob forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita à lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970 e às normas legais que lhe forem aplicáveis. Seu estatuto está aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009. O capital do SERPRO pertence integralmente à União e sua gestão se insere no conjunto de decisões do Governo Federal.

Área de atuação

O SERPRO atua na área de Tecnologia da Informação, sendo responsável por prover e integrar soluções, prestando serviços baseados na tecnologia, para propiciar a realização das Políticas Públicas, visando o êxito das finanças e da governança do Estado, em benefício da sociedade.

No exercício dessas atividades, o SERPRO obteve notória experiência na prestação de serviços aos órgãos de Governo e detém conhecimentos singulares, que lhe permitem integrar soluções, bem como alcançar os objetivos dos seus clientes de maneira segura, aperfeiçoada e sempre em evolução.

Ao longo de 46 anos, a empresa aprimorou tecnologias adotadas por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, como SISCOMEX, SIAFI, Receitanet, SIAPE, SPED e outros, soluções estas que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, promovendo a integração de Soluções Estruturadoras e de Gestão do Governo Federal, dotadas de características de desenvolvimento, produção, níveis de qualidade, sigilo, transparência e de segurança requeridos pelo Governo.

O SERPRO é fiel depositário de informações governamentais e mantém bancos de dados com abrangência nas áreas: tributária, financeira, orçamentária e de gestão de governo.

A entidade destaca-se na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão digital, empregando adequadamente soluções estruturadoras e contribuindo efetivamente para racionalização e modernização de setores estratégicos da Administração Pública nas diversas esferas do Governo, com responsabilidade social empresarial.

O SERPRO conta com uma estrutura em rede composta por células denominadas Unidades de Gestão onde, na Sede, localizada em Brasília e em suas 11 projeções regionais e 27 escritórios, atuam 7.708 empregados, além de 3.282 colaboradores lotados em diversos órgãos da União, principalmente Ministério da Fazenda.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do SERPRO são de responsabilidade da Administração e a partir de dezembro de 2010 estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade, sendo elaboradas utilizando diretrizes contábeis dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, sendo que os instrumentos financeiros são avaliados a valor justo com reflexo no Patrimônio Líquido.

O SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, trabalhando na limitação da data de encerramento do exercício social de 2010, conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em seu processo de encerramento.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e os valores arredondados para milhares de reais quando indicado desta forma.

As práticas contábeis envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas relativas: à

mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, as provisões trabalhistas e cíveis, à provisão para obrigações junto aos planos de previdência complementar e a definição da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As contas ativas e passivas, que guardam na essência, ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação, pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante.

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações do exercício anterior foram reclassificadas, e estão sendo citadas em suas notas correspondentes, visando melhor entendimento das demonstrações contábeis no período.

Por meio da Lei nº 11.638, de 27 de dezembro de 2007, o Brasil reiterou o compromisso assumido com a convergência brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), estabelecendo que as entidades devem, a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Normas Internacionais de Contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários aprovaram todos os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O SERPRO concluiu os estudos dos impactos da adoção das referidas normas internacionais. Os pronunciamentos contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2010 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas do SERPRO.

A aprovação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi concedida de acordo com reunião conjunta dos Conselhos Diretor e Conselho Fiscal de 22 de março de 2011.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial, com a finalidade de transição para as normas internacionais (IFRS) e pronunciamentos contábeis (CPC).

3.1 – Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Os ativos com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

3.2 – Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo seu valor de face, em moeda nacional. Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras, com vencimento original de até três meses ou menos, a partir da data da contratação, e que apresentem risco mitigado de mudança de valor justo.

3.3 – Instrumentos Financeiros

Estes instrumentos são classificados por categorias, de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos: títulos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda.

a. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são aqueles que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo, ou seja, ativos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Esses títulos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente

atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mensurados tendo por base o custo amortizado pelos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b. Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles não derivativos destinados como disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução do valor recuperável (*impairment*), são reconhecidas em *outros resultados abrangentes* e apresentados dentro do patrimônio líquido. As valorizações ou desvalorizações serão levadas a resultado, quando da realização dos respectivos títulos.

3.4 – Capital Social

O Capital Social do SERPRO pertence integralmente à União.

De acordo com o previsto no artigo 19, inciso II do Estatuto do SERPRO, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

3.5 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

Esta provisão é constituída com base na análise do histórico de recebimentos de faturas, que se apresenta de modo sazonal. Assim, buscou-se a adoção de um indicador baseado nos dados de cada cliente, visando a linearidade na apresentação dos registros contábeis e consequente representação de seu valor justo.

Tomando-se por base o estudo das faturas pendentes de recebimento, por cliente, as operações são classificadas observando a avaliação feita pela Administração, que sendo realizada anualmente, considera principalmente, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação aos ativos e aos devedores.

A avaliação da PCLD consiste na classificação dos créditos percentualmente, por sua representatividade em cada operação, sendo este percentual utilizado para o cálculo da provisão, ajustando-o de 5,49% para 4,94%. Esta provisão é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

Para fins fiscais, o valor da provisão, registrado no exercício, está adicionado ao prejuízo fiscal e à base negativa de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

3.6 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de depreciação acumulada.

No custo do imobilizado são incluídos gastos para colocar o ativo em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma que atenda as necessidades da entidade, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Os gastos incorridos com manutenção ou reparo, quando representem melhorias, são agregados ao valor do bem e os demais debitados no resultado, respeitando-se o regime de competência. O software adquirido que seja parte da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A Empresa optou por não remensurar seu ativo imobilizado pelo valor justo, baseando-se nos constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica.

No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, em virtude da defasagem do valor patrimonial contabilizado e o valor de mercado, estando de acordo com as normas contábeis vigentes à época no que se refere à Reavaliação de Ativos. Com base nos laudos emitidos por avaliadores independentes, e conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007 e pelo pronunciamento contábil CPC nº 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, o saldo da reavaliação da empresa será mantido até a sua total realização, por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes que levam em consideração o preço médio de negociação, cotações de preços de mercado para ativos semelhantes e no método interno de precificação.

a. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, consideram a expectativa de vida útil empresarial, definida conforme especificação técnica das unidades gestoras de patrimônio da entidade, refletindo o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo conforme os parâmetros estabelecidos no pronunciamento contábil CPC nº 27 – Imobilizado.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos dos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 27, 28, 37 e 43, foi adotada a vida útil empresarial indeterminada para os bens imóveis, em função das constantes manutenções e da valorização – que sobrepõe o valor original, representando adequadamente o confronto dos custos com os benefícios.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

b. Obras em Andamento

O montante registrado em Obras em Andamento representa o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. Na medida a que forem concluídas e entrarem em operação, serão reclassificadas contabilmente em conta específica e serão submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial e aos estudos do valor recuperável (*impairment*).

3.7 – Intangível

Cessões de Direito de Uso e Licenças de Uso de Software estão contabilizadas no Grupo Intangível, por se tratarem de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Tratam-se de gastos controlados pela empresa, diretamente associados a softwares identificáveis e únicos e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano.

a. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estão disponíveis para uso. A definição da vida útil dos softwares ocorre a cada nova aquisição. Esse método reflete o consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

3.8 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A entidade efetuou o estudo para a avaliação do valor recuperável dos bens do Ativo Imobilizado, tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os itens do imobilizado, a título de bens imóveis foram avaliados individualmente. Os itens do imobilizado a título de bens móveis foram avaliados coletivamente quanto a perda de valor que tenha ocorrido.

O estudo correu obedecendo os seguintes critérios: seleção de todos os bens móveis, de responsabilidade técnica das unidades gestoras de patrimônio e avaliação de todos os bens imóveis. As técnicas determinantes para a avaliação confrontam a valor de mercado e o custo de reposição, além de tratar da elaboração de estudo que avalia a capacidade do bem selecionado de contribuir para a geração de caixa no exercício.

A conclusão dos estudos acima descritos revelou que o registro contábil do valor recuperável dos ativos e seu reconhecimento no resultado do período não são aplicáveis ao SERPRO, visto que há recuperação dos custos dos ativos em decorrência das receitas originadas pelos serviços. Ressalta-se que o resultado econômico dos processos produtivos é suficiente para a cobertura de seus custos de reposição e valorização de ativos no mercado.

A entidade revisa, pelo menos anualmente, o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.9 – Tributos

Relativamente aos tributos, são adotadas as seguintes práticas:

3.9.1 – Os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do Imposto Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Art. nº 230 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99);

3.9.2 – O Imposto sobre Serviços – ISS está registrado pelo regime de competência, sendo que as alíquotas variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003);

3.9.3 – A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP estão registrados pelo regime da cumulatividade e da não-cumulatividade;

3.9.4 – O registro do Imposto de Renda (15%), do adicional do Imposto de Renda (10%), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), da COFINS (3% e 7,6%) e do PASEP (0,65% e 1,65%), considera, para efeito da respectiva base de cálculo, a legislação em vigor na data das demonstrações contábeis;

3.9.5 – A contabilização do Ativo Fiscal Diferido está de acordo com o estabelecido no pronunciamento contábil CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

3.10 – Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as premissas contidas no pronunciamento contábil CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião da consultoria jurídica interna, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da empresa. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevantes. Os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

3.11 – Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós emprego, é efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 33 – Benefícios a Empregados.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos ou perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;
- II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

Dessa forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados, pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

3.12 – Passivo não Circulante

As obrigações de longo prazo estão constituídas com base na expectativa de suas realizações, estando demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos juros incorridos.

3.13 – Receita Operacional

Segundo o pronunciamento contábil CPC 30 – Receitas, a receita de serviços prestados é medida

pele valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O momento do reconhecimento da receita varia dependendo das condições individuais dos contratos de prestação de serviços. A receita é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de níveis de serviço é avaliado por orçamentos técnicos e atestes de recebimento do serviço pelos clientes.

3.14 – Informações adicionais às Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, em anexo, apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado – DVA (Anexo), elaborada em conformidade com o pronunciamento contábil CPC nº 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades estão assim discriminadas:

Em R\$

Discriminação	2010	2009
Bancos c/ Movimento	42.327.240,20	83.273.332,26
Fundo de Aplicação Financeira *	839.422,09	151.405.591,11
TOTAL	43.166.662,29	234.678.923,37
* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias		

4.1 – Fundo de Aplicação Financeira:

Tratam-se de aplicações financeiras de liquidez, ou seja, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação.

As aplicações financeiras da Empresa no Banco do Brasil – DTVM, no valor de R\$ 839.422,09, foram remuneradas pelo fundo extramercado comum e estão restritas àquelas com lastro em títulos públicos, em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

a. Receitas com aplicações financeiras de liquidez:

Em R\$

Discriminação	2010	2009
Banco do Brasil – DTVM	7.320.998,45	23.673.599,65
TOTAL	7.320.998,45	23.673.599,65

4.2 – Bancos Conta Movimento:

São, basicamente, recursos financeiros depositados diretamente na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representando o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

As aplicações em incentivos fiscais são apresentadas a valor de mercado, ou seja, valor justo.

A partir de 1991, de acordo com as premissas do Decreto nº 101 de 17 de abril de 1991, a empresa passou a constituir provisão para perdas prováveis, devido a considerável queda de valor,

demonstrando o ativo pelo seu valor justo.

Para fins fiscais, esta provisão é indedutível, sendo adicionada à base de cálculo do Lucro Real e da Contribuição Social.

Os ativos financeiros se encontram demonstrados abaixo:

Em R\$

Discriminação	2010	2009
Incentivos Fiscais	9.893.766,29	9.893.766,29
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.375.388,41)	(9.311.369,91)
TOTAL	518.377,88	582.396,38

NOTA 6 – CRÉDITOS DE CLIENTES

Em R\$

Unidade de Relacionamento	Valor
Superintendência de Adm. Tributária e Comércio Exterior - SUNAC	385.804.066,81
Superintendência de Administração Financeira - SUNAF	5.427.642,20
Superintendência de Sistemas Fazendários e Judiciais - SUNFJ	70.644.030,09
Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão - SUNMP	43.970.107,26
Superintendência de Serviços Especiais - SUNSE	62.593.141,22
Superintendência de Novos Negócios - SUNNE	54.735.994,71
TOTAL SERPRO	623.174.982,29

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base em estudos anuais, levando-se em conta o histórico de faturas pendentes de recebimento atribuída a cada cliente.

6.1 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Em R\$

Discriminação	2010	2009
Saldo Inicial	30.246.179,62	14.557.522,14
(+) Constituição	9.437.074,71	21.289.806,49
(-) Reversão	8.898.410,20	5.601.149,01
TOTAL	30.784.844,13	30.246.179,62

NOTA 7 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Estes tributos estão provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões, observada a legislação tributária vigente. Em 2010 não constam valores provisionados em decorrência de apuração de base de cálculo negativa da CSLL e prejuízo fiscal do IRPJ.

Em R\$

Discriminação	2010	2009
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social	(174.680.831,68)	45.458.711,45
(+) Adições	423.871.918,81	90.233.070,81
(-) Exclusões	340.562.546,13	84.651.487,12
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa 2008	(91.371.459,00)	51.040.295,14
(-) Base de Cálculo Negativa 2008 (compensação)	-	6.029.513,28
Base de Cálculo da Contribuição Social	(91.371.459,00)	45.010.781,86
Contribuição Social – Alíquota 9%	-	4.050.970,37
(-) Antecipações	15.560.018,09	18.061.371,21
Saldo a Compensar	(15.560.018,09)	(14.010.400,84)
Discriminação	2010	2009
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL	(174.680.831,68)	41.407.741,08
(+) Adições	423.745.713,46	94.101.240,47
(-) Exclusões	340.562.546,13	84.651.487,12
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal	(91.497.664,35)	50.857.494,43
(-) Prejuízo Fiscal 2008 (compensação)	-	6.124.324,20
Base de Cálculo do IRPJ	(91.497.664,35)	44.733.170,23
Imposto de Renda – Alíquota 15%	-	6.709.975,53
Adicional do IR – Alíquota 10%	-	4.449.317,02
(-) PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	-	268.399,01
Imposto Devido	-	10.890.893,54
(-) Antecipações	72.836.641,31	76.063.997,69
Saldo a Compensar	(72.836.641,31)	(65.173.104,15)

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de créditos fiscais de curto prazo é de R\$ 136.854.670,90 e encontra-se discriminado da seguinte forma:

8.1 – Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Compensar

O saldo de R\$ 88.396.659,40 refere-se à diferença entre o IRPJ e a CSLL devidos anualmente e às

antecipações oriundas, principalmente, das retenções na fonte efetuadas na forma do artigo nº 64 da Lei nº 9.430/1996.

8.2 – Créditos Fiscais Diferidos

Estes créditos se encontram assim discriminados:

Em R\$

Descrição	2010	2009
Licença – Prêmio	26.795.886,92	6.992.466,53
Plano de Previdência Complementar	5.245.191,70	5.356.396,46
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.466.847,00	301.242,54
Provisão para Perdas Prováveis -dez/2007	2.726.458,15	2.726.458,15
TOTAL	45.234.383,77	15.376.563,68

Estes créditos correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, apurados sobre as diferenças temporárias, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente, em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Ressalta-se que os créditos referentes à Provisão para Perdas Prováveis, no valor de R\$ 2.726.458,15 foram reclassificados do grupo Não Circulante para o Circulante em consequência da reclassificação dos Ativos Financeiros FINAM/FINOR (NOTA 5), fato gerador do referido crédito.

A realização dos referidos créditos fiscais ocorrerá quando do pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

8.3 – Créditos Fiscais Diversos

Correspondem aos créditos fiscais relativos a COFINS e PASEP, além de valores decorrentes de processos administrativos pendentes de julgamento junto à Fazenda Federal e Municipal. O montante destes tributos a compensar na data do balanço é de R\$ 3.223.627,73.

NOTA 9 – RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 3.282 empregados cedidos a órgãos do Governo, principalmente Ministério da Fazenda. A Empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados e os órgãos cessionários pelo reembolso destas despesas, conforme estabelecido no Decreto nº 5.213/2004.

Em 2010, o valor registrado a título de ressarcimento foi de R\$ 245.061.208,52 (R\$ 182.744.148,71 em 2009), conforme Demonstração do Resultado do Exercício, e os valores pendentes de recebimento, no total de R\$ 81.435.658,72 (R\$ 28.141.471,58 em 2009).

NOTA 10 – BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

Os bens e valores em circulação estão representados pelo Estoque – Almoxarifado, no valor de R\$ 1.213.372,00 (R\$ 1.141.459,20 em 2009). Neste estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo interno da empresa.

NOTA 11 – DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os valores realizáveis a longo prazo correspondem aos depósitos judiciais e recursais, referentes às ações em que a empresa é parte envolvida, cujos recursos são depositados em cumprimento à determinação judicial, pendentes de julgamento na data das demonstrações contábeis, conforme discriminação abaixo:

Em R\$

Descrição	2010	2009
Depósitos Judiciais	189.283.784,05	181.030.314,70
Depósitos Recursais	25.810.848,91	17.206.796,38
TOTAL	215.094.632,96	198.237.111,08

NOTA 12 – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Correspondem aos direitos realizáveis após o término do exercício seguinte e de acordo com os itens a seguir:

12.1 – Créditos Fiscais Diferidos

Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Em R\$

Descrição	2010	2009
Contingências Trabalhistas	136.896.294,95	48.869.676,20
Plano de Previdência Complementar	22.276.902,91	57.564.894,83
Benefícios a Empregados – CPC 33	19.434.296,48	-
Depreciação Empresarial – CPC 27	4.168.783,26	-
Prejuízo Fiscal	22.874.416,09	-
Base Negativa CSLL	8.223.431,31	-
TOTAL	213.874.125,00	106.434.571,03

A realização dos créditos oriundos de Contingências Trabalhistas depende do trânsito em julgado da ação no âmbito da Justiça do Trabalho.

Os créditos tributários originários das provisões correspondentes às obrigações com o Fundo Multipatrocinado – SERPROS, no total de 240 parcelas, tiveram 163 delas realizadas até o encerramento de 2010.

No exercício 2010, foi efetuado o registro no valor de R\$ 184.821.797,56, referente ao reconhecimento no Balanço do SERPRO, do Ativo Fiscal Diferido, relativo a diferenças temporárias do exercício corrente e de exercícios anteriores, Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL.

Esta contabilização está baseada no pronunciamento contábil CPC 32- Tributos sobre o Lucro e os estudos levaram em consideração o histórico de lucros tributáveis apresentados nos últimos exercícios, as previsões de lucro tributável em exercícios futuros e as ações em andamento na empresa com a finalidade de redução de custo e consequente geração de lucro tributável.

12.2 – Processo Trabalhista nº 2047/SP

Desde o exercício 2005, consta no Ativo não Circulante o valor de R\$ 241.883.426,54 referente ao processo trabalhista nº 2047/89 – 39ª VT/SP, cuja ação foi movida por empregados cedidos ao Ministério da Fazenda.

O reconhecimento contábil deste processo no Balanço do SERPRO realizou-se com o registro da obrigação a pagar no valor total do processo, em cumprimento à ordem judicial emitida a época.

O registro do direito ao recebimento total dos valores deste processo, a título de ressarcimento, está em acordo ao parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que se pronunciou favorável ao SERPRO.

Em 2007, o valor citado foi transferido do grupo Créditos a Receber no Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, grupo Realizável a Longo Prazo, tendo em vista a previsão de realização em exercícios futuros.

A Empresa vinha honrando os pagamentos relativos ao processo até dezembro de 2006, quando após revisão dos cálculos pela Advocacia Geral da União - AGU, chegou-se à conclusão de que havia erros materiais que recomendaram a suspensão dos pagamentos do acordo.

Em dezembro de 2010, após revisão da Consultoria Jurídica, o valor pendente de pagamento foi baixado do Passivo por se tratar de provisão classificada como remota. Este procedimento está em consonância com o que estabelece o pronunciamento contábil CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

O valor registrado no Ativo foi baixado em R\$ 125.969.781,34, devido a reclassificação do Ativo Contingente pela Consultoria Jurídica. Devido a novas definições e despachos apensados ao processo, entendeu-se que o valor a receber, praticamente certo, corresponderia ao montante já recolhido aos empregados.

A reclassificação do Ativo, pela Consultoria Jurídica, baseou-se no Despacho do Consultor Geral da União nº 2.223/2010, emitido pela Advocacia Geral da União em 13 de dezembro de 2010, que, em seu item 29 expõe “Pois bem, tendo em vista as informações trazidas pela Procuradoria-Geral da União, não me parece que seja correto a União efetuar eventual ressarcimento ao SERPRO, enquanto não resolvidas, no âmbito judicial, todas as questões relativas à Reclamação Trabalhista nº 2047/1989.”.

Assim, como o valor pendente de pagamento recebeu uma nova classificação, o montante a receber não está classificado como praticamente certo, não devendo estar registrado em Balanço.

Em R\$

Descrição	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Valor registrado em Dezembro de 2005	250.414.527,18	250.414.527,18
Ajustes Encargos/Tabela Imposto de Renda	(8.531.100,64)	(8.531.100,64)
Valor total do Processo	241.883.426,54	241.883.426,54
Valor pago até Janeiro de 2007	-	(115.913.645,20)
Baixa para adequação CPC 25	-	(125.969.781,34)
Saldo a pagar em Dezembro de 2010	-	-
Baixa para adequação CPC 25	(125.969.781,34)	-
Valor a receber em Dezembro de 2010	115.913.645,20	-

12.3 – Títulos de Crédito

Os Títulos de Crédito compreendem as Notas do Tesouro Nacional – NTN-P e referem-se às alienações das ações da EMBRAER, TELEBRÁS e COBRA TECNOLOGIA, com respectivos vencimentos em 09/07/2012, 16/03/2010 e 28/12/2014, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias nºs 57/1998, 58/1998 e 61/2000, da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes valores montam R\$ 2.951.963,84 em 2010 (R\$ 2.757.290,41 em 2009).

NOTA 13 – BENS A ALIENAR

Registra-se, neste grupo, o valor de R\$ 172.113,37 (R\$ 17.022,17 em 2009), referente aos bens destinados à alienação, ou seja, transferência de domínio a terceiros. As desmobilizações são realizadas através de processos específicos, preferencialmente, por meio de doações a entidades públicas, parceiras do SERPRO na realização de ações sociais focadas na educação profissional e às instituições de ensino do poder público, nas esferas: federal, estadual e municipal.

NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS

O valor de R\$ 12.422,38 (R\$ 41.863,79 em 2009), registrado como Ativo Financeiro, corresponde aos Direitos sobre Serviços Delegados e Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Em 30 de dezembro de 2010, foi promulgada a Medida Provisória nº 517, que trata, em seu artigo 19, da extinção do FND. Segundo esta lei, a União sucederá os direitos e obrigações do fundo. A estrutura para ressarcimento será disposta por ato do Poder Executivo, onde o inventariante será o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, e os cotistas serão ressarcidos de sua participação no FND com base no Patrimônio Líquido registrado no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida-útil empresarial do bem.

Em R\$

Descrição	Saldo em 2010	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
			2010	2009
Edifícios	121.702.601,82	26.783.510,52	94.919.091,30	99.901.236,12
Terrenos	74.188.750,00	-	74.188.750,00	74.188.750,00
Obras em Andamento	26.964.753,71	-	26.964.753,71	20.291.453,70
Instalações	41.445.802,42	25.014.268,95	16.431.533,47	8.849.383,60
Bens Móveis	595.640.949,63	369.192.912,16	226.448.037,47	260.168.514,44
TOTAL	859.942.857,58	420.990.691,63	438.952.165,95	463.399.337,86

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, o SERPRO adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado em dezembro de 2005. A vida útil econômica dos imóveis foi alterada de 25 anos para indeterminada e dos bens móveis foi alterada de acordo com a expectativa de geração de benefícios futuros, definidas pelos gestores de patrimônio da Empresa.

NOTA 16 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo aqui registrado corresponde às licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Os ativos adquiridos tratam-se de softwares de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se os prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções, os quais demonstramos abaixo:

Em R\$

Unidade Gestora	Saldo em 2010	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
			2010	2009
Brasília – 803010	87.799.740,14	49.697.569,91	38.102.170,23	36.027.572,94
Belém – 803020	11.696,56	5.848,20	5.848,36	9.747,16
Fortaleza – 803030	24.346,56	5.848,20	18.498,36	9.747,16
Recife – 803040	11.696,56	5.848,20	5.848,36	9.747,16
Salvador – 803050	11.696,56	5.848,20	5.848,36	9.747,16
Belo-Horizonte – 803060	54.115,23	22.664,83	31.450,40	45.951,92
Rio de Janeiro – 803070	841.438,71	146.706,01	694.732,70	71.059,39
São Paulo – 803080	49.974.759,28	16.620.718,12	33.354.041,16	13.057.461,95
Curitiba – 803090	30.146,56	22.476,05	7.670,51	15.259,31
Florianópolis – 803400	4.120,96	2.733,45	1.387,51	2.211,67
Porto Alegre – 803100	11.696,56	5.848,20	5.848,36	9.747,16
Sede – 806030	20.020.266,48	13.418.315,05	6.601.951,43	9.658.597,46
TOTAL	158.795.720,16	79.960.424,42	78.835.295,74	58.926.850,44

NOTA 17 – DEPÓSITOS

Encontram-se relacionados os valores das retenções na fonte de impostos municipais, federais e de recursos previdenciários, bem como os encargos de mesma natureza.

17.1 – Consignações

O montante de R\$ 30.033.420,95 (R\$ 8.716.030,78 em 2009) representa, basicamente, as retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, e, principalmente, planos de previdência e assistência médica, que corresponde à participação dos empregados no custeio do plano de saúde.

NOTA 18 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 100.071.514,37 refere-se ao montante a ser recolhido aos cofres públicos, oriundos dos encargos da folha de pagamento, INSS e FGTS, recursos do salário-educação, tributos estaduais/municipais, COFINS e PASEP retidos dos fornecedores, além dos tributos incidentes sobre o faturamento, pagos pelo regime de caixa (R\$ 96.216.053,93 em 2009).

NOTA 19 – PROVISÕES DE PESSOAL

Correspondem às provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas de acordo com as normas e princípios contábeis aceitos no Brasil, conforme segue:

Em R\$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	87.634.699,37	38.388.277,15	(16.512.147,74)	109.510.828,78
Licença – Prêmio	55.077.113,97	23.734.318,15	-	78.811.432,12
TOTAL	142.711.813,34	62.122.595,30	(16.512.147,74)	188.322.260,90

NOTA 20 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de ter uma previdência complementar

por meio do SERPROS – Fundo Multipatrocinado. Essa Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos e de personalidade jurídica de direito privado, tem por finalidade instituir, administrar e executar Planos de Benefício de caráter previdenciário.

Atualmente, os planos existentes são o Plano Serpro I – PSI e Plano Serpro II – PSII. Vale ressaltar que somente o PS-II aceita novas adesões e que desse fato decorre uma mitigação de riscos para o SERPRO por conta das características dos planos, como explicado a seguir.

20.1 Plano SERPRO I – PS I

Plano de Benefício Definido – BD, com total de 3.360 participantes ativos e 2.379 assistidos, onde participantes ativos e patrocinadoras contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco. O benefício definido é aquele instituído para atender cada participante quando se aposenta com um benefício pré-determinado no regulamento do plano. Deriva dessa característica a possibilidade da patrocinadora ter de fazer aportes adicionais para cobrir eventual deficit do plano.

Neste plano são oferecidos os seguintes benefícios: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, aposentadoria de ex-combatente, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão, auxílio-doença/acidente de trabalho, abono de natal e benefício proporcional diferido.

20.2 Plano SERPRO II – PS II

O Plano PS-II conta com um total de 5.290 participantes ativos e 170 assistidos. É estruturado na modalidade de contribuição variável, em que os benefícios programados são de contribuição definida na fase de acumulação e os benefícios de risco são de benefício definido. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, recursos para usufruir futuramente em suas aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente.

Neste Plano são oferecidos os seguintes benefícios: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, pecúlio por morte, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-doença/acidente de trabalho, abono de natal e resgate do saldo das cotas.

Para o exercício de 2010, o Conselho Deliberativo da EFPC aprovou as seguintes Hipóteses Econômicas e Biométricas:

- Taxa de crescimento real dos salários:	3,60% a.a.
- Taxa de crescimento real dos benefícios:	0% a.a.
- Taxa de crescimento real dos benefícios e do teto de benefício da Previdência Social	0% a.a.
- Taxa Anual de Inflação a Longo Prazo:	4,00% a.a.
- Tábua de Mortalidade Geral:	AT-83, segregada por sexo
- Tábua de Mortalidade de inválidos:	AT-49, segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez:	Light Média
- Rotatividade:	1% a.a. Até 47 anos e 0% a partir dos 48 anos
- Entrada em aposentadoria:	100% na 1ª elegibilidade
- Composição familiar:	Experiência SERPRO
- Idade de filiação ao RGPS:	Quando não declarada, é fixada em 18 anos.

Compõem-se às obrigações de curto prazo do SERPRO o valor de R\$ 15.427.034,40, referente às parcelas vencíveis no exercício seguinte.

Em 31 de dezembro de 2010, as obrigações de longo prazo por benefícios pós-aposentadoria, vinculados ao SERPROS, estão assim representados:

Em R\$

Descrição	2010	2009
Contrato SERPRO x SERPROS	66.566.699,91	71.900.896,26
Provisão para Déficit Técnico Plano SERPRO (PS-I)	-	111.537.149,69
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios (CPC nº 33)	57.159.695,54	-
TOTAL	123.726.395,45	183.438.045,95

O valor de R\$ 66.566.699,91 refere-se às parcelas restantes da obrigação, originalmente pactuada em 240 parcelas mensais, sendo que, até 31 de dezembro de 2010, foram amortizadas 162 parcelas. Tais valores são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Em cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União – TCU – Acórdão 6928/2009, datado de 01 de dezembro de 2009, o SERPRO suspendeu os pagamentos das parcelas devidas dos contratos da Lei 8.020/90, Dotação Inicial e Migração de Participantes do Plano PS-I para PS-II. Entretanto, em 23 de abril de 2010, o TCU concedeu ao SERPRO efeito suspensivo referente aos subitens 9.1.1 e 9.1.6 do acórdão recorrido, onde o referido recurso encontra-se pendente da apreciação de mérito pelo colegiado do TCU. Dessa forma, os pagamentos foram retomados em junho de 2010, atualizados mensalmente, com base no INPC, acrescidos de 6,00% de juros anuais. Não está aqui considerada a possibilidade de pagamento dos juros moratórios previstos contratualmente. Contudo, na hipótese da patrocinadora não efetuar os pagamentos aos quais estiver obrigada por força de instrumentos contratuais, a EFPC tem a obrigação de proceder a execução da dívida.

Para a adoção do pronunciamento contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 33 – Benefícios a Empregados, a empresa reverteu o saldo da provisão para ao déficit técnico do Plano Serpro I, no valor de R\$ 111.537.149,69.

A nova provisão utilizou a metodologia determinada pelo CPC 33, conforme resumido abaixo:

100% do total do passivo atuarial líquido	R\$ 390.881.970,00
100% do total da despesa adicional a reconhecer	R\$ 58.840.687,00
(-) 10% do valor presente das obrigações atuariais	(R\$ 163.924.180,00)
= 100% do total de benefícios futuros aos empregados a reconhecer	R\$ 285.798.477,00
Valor das obrigações diferidas, equivalentes a 1/5	R\$ 57.159.695,54

Para os cálculos foram considerados os dados individuais dos participantes, data base 10/2010 e utilizado o Método de Crédito Unitário (MCU) projetado. Além disso foram utilizadas, na adoção do CPC 33, as mesmas Hipóteses Econômicas e Biométricas vigentes em 31.10.2010, relacionadas acima e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da EFPC, e também consideradas as seguintes premissas:

- Taxa de desconto atuarial:	10,24% a.a.
- Taxa de rendimento esperado dos ativos:	10,24% a.a.
- Capacidade salarial e de benefícios:	98,22%.

Por conta da reversão dos valores já provisionado no montante de R\$ 111.537.149,69 e da possibilidade de diferimento do total de R\$ 285.798.477,00 de benefícios a empregados em 5 anos, ou

seja, R\$ 57.159.695,54 por ano, prevista no pronunciamento contábil CPC nº 33 – Benefícios a Empregados, possibilitou um resultado líquido positivo de R\$ 54.377.454,15 no exercício findo em 2010.

Ressaltamos que para o exercício de 2011 foram alteradas as premissas de inflação, passando de 4,0% para 4,5% a.a. e crescimento salarial, passando de 3,6% para 3,0% a.a. O estudo, na adoção do CPC 33, não contempla essas alterações, pois foi realizado anteriormente.

Para a determinação do passivo da EFPC é adotado o Método Agregado. Enquanto, conforme disposto no CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações, a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o Método de Crédito Unitário projetado.

Vale ressaltar que estão previstos para o exercício de 2011 o saldamento do Plano PS-I e a alteração regulamentar do Plano PS-II. Tais alterações reduzirão o passivo dos planos de benefícios e conseqüentemente demandará um menor compromisso a ser reconhecido no balanço do SERPRO.

Em dezembro de 2010 foi reconhecido também como ativo garantidor as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND). Tal reconhecimento, aliado às alterações de premissas, contribuíram para redução do déficit do plano PS-I.

Sendo assim, considerando a alteração das premissas, o saldamento do PS-I, o impacto do reconhecimento das novas OFNDs no plano PS-I e as mudanças previstas nos planos de benefícios, deverá ser efetuada nova avaliação atuarial, com a finalidade de identificar variações ocorridas no passivo atuarial, bem como desvios ocorridos em relação aos valores projetados para o ano de 2011.

20.3 Auxílio-alimentação

O SERPRO fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em maio de cada ano. Para o período de maio de 2010 a abril de 2011 o valor do auxílio alimentação/refeição é de R\$ 565,20 (R\$ 531,84 em 2009) para aquisição de refeições e similares, gêneros alimentícios em supermercado ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

20.4 Plano de Saúde

O SERPRO oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, por meio do convênio de Reciprocidade CASSI – um programa administrado pelo SERPRO, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, psicológica, fisioterápica, com atendimento realizado por rede credenciada própria e da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. O benefício concedido atende os empregados optantes e respectivos dependentes, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados ao SERPROS e ao INSS.

Na composição da receita do convênio de reciprocidade, conforme Regulamento do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados do SERPRO - PAS/SERPRO, a Empresa participa com a contribuição mensal correspondente, diferenciado por faixa etária, das despesas assistenciais e o beneficiário titular contribui com valor fixo mensal, diferenciado por faixa etária das despesas assistenciais, mais co-participação de 20% sobre a utilização em consultas médicas.

O Plano não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos deste benefício no período monta R\$ 41.954.311,60 (R\$ 32.245.344,97 em 2009).

20.5 Plano Odontológico

O SERPRO oferece aos seus empregados e familiares o Plano de Assistência à Saúde Bucal do SERPRO – PAS-ODONTO/SERPRO, garantindo e mantendo o atendimento odontológico dos empregados ativos e seus dependentes legalmente cadastrados no Plano.

De acordo com o Regulamento do PAS-ODONTO/SERPRO, o programa é custeado pelo SERPRO, com valor fixo por beneficiário aderido e pelo empregado, com valor fixo mensal. A concessão do benefício fica condicionada à disponibilidade orçamentária da Empresa.

O montante dos desembolsos, referente aos pagamentos de benefícios no período montam R\$ 551.109,74 (R\$ 415.552,68 em 2009).

20.6 Ações de Preparação para Aposentadoria - APA

Desde o exercício 2009, o SERPRO implantou o APA – Ações de Preparação para Aposentadoria. Trata-se de ações permanentes, desenvolvidas pelo Programa Serpro de Responsabilidade Social e Cidadania – Eixo Qualidade de Vida, que, em suas condições e procedimentos, são contemplados três módulos: Módulo de Orientação – MO, Módulo de Sucessão – MS e Módulo de Incentivo – MI.

Em 2009, atendendo às estratégias empresariais e considerando o perfil do público-alvo, foi desembolsado o montante de R\$ 29.768.237,25. Em 2010, excepcionalmente, não ocorreu o Módulo Incentivo. No entanto, como o programa é permanente, os módulos podem ser adotados, mediante edital

NOTA 21 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS – PLR

A empresa possui programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas bem como à aprovação pelo Conselho Diretor.

Neste exercício de 2010, devido ao prejuízo contábil, no valor de R\$ 174 milhões, não foi destacado montante para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados. Em 2009, esse valor foi de R\$ 2.726.282,05.

Até 31 de dezembro de 2010, permaneceu um saldo de R\$ 49.195,58 referentes a valores pendentes de distribuição. Esses valores não distribuídos estão sendo tratados, pontualmente, pela Superintendência de Gestão de Pessoas -SUPGP, por se tratarem de casos isolados e de solução individual.

O SERPRO elabora, anualmente, o programa para distribuição de PLR, conforme orientação do Departamento de Controle das Empresas Estatais - DEST e em conjunto com a representação dos trabalhadores.

Neste exercício, foi baixado o valor de R\$ 575.378,85, correspondente a 20% dos valores destacados nos exercícios 2008 e 2009, indistribuíveis devido ao não cumprimento das metas do programa e foi desembolsado o montante de R\$ 2.188.988,89 aos empregados, referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos Exercícios 2008 e 2009.

Em 2010, por concluírem-se os estudos e discussões acerca dos valores reservados naqueles exercícios, os montantes que se enquadravam no não cumprimento de metas estabelecidas pelos programas, não poderiam ser distribuídos aos trabalhadores, sendo revertidas as obrigações pendentes de distribuição, tendo como contrapartida o resultado do exercício próprio, de acordo com as políticas da entidade.

NOTA 22 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme disposições estatutárias, de 25%. No acumulado até dezembro de 2010, existem valores provisionados relativos a dividendos sobre o lucro líquido ajustado no montante de R\$ 72.539.255,52.

Os valores provisionados são referentes dividendos e juros sobre o capital próprio dos exercícios 2007, 2008 e 2009, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de longo Prazo (TJLP), conforme previsto na Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social nos exercícios em que foram registrados.

Em R\$

Descrição	2009	2008	2007	TOTAL
Dividendos do Exercício	-	602.448,73	42.901,73	645.350,46
Juros sobre o Capital Próprio	10.905.128,19	-	15.119.491,43	26.024.619,62
Dividendos Complementares	-	18.217.131,39	10.826.430,68	29.043.562,07
Atualização	1.065.309,90	3.893.811,07	11.866.602,40	16.825.723,37
TOTAL	11.970.438,09	22.713.391,19	37.855.426,24	72.539.255,52

Os valores de R\$ 18.217.131,39 e R\$ 10.826.430,68 constantes do quadro acima referem-se aos dividendos complementares dos exercícios de 2008 e 2007, oriundos dos créditos fiscais diferidos realizados nesses períodos.

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias de longo prazo correspondem ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidentes sobre a Reserva de Reavaliação. Em 31 de dezembro de 2010, os impostos totalizaram R\$ 30.542.231,46 (R\$ 32.162.963,60 em 2009).

NOTA 24 – PASSIVOS CONTINGENTES

O SERPRO é parte em processos administrativos e judiciais, de natureza cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela empresa guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

A administração do SERPRO, com base em informações de sua Consultoria Jurídica e na experiência anterior, referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R\$ 405.218.215,63 (R\$ 146.316.395,78 em 2009).

O acréscimo em relação ao exercício anterior é determinado, principalmente, por tramitações e fatos novos trazidos a partir de um processo judicial que corresponde a uma ação trabalhista plúrima, em fase de execução.

Considerando o referido processo trabalhista e em vista do disposto na Cláusula Quarta do Termo de Acordo para Parcelamento do Aporte financeiro Específico, destinado à viabilização da migração de participantes do plano PS-I para o PS-II, datado de 30 de março de 2001, verifica-se um evento que pode apresentar um risco de impacto financeiro, representado pelo aumento do Passivo do SERPRO junto à EFPC, sobre o qual não é possível, até esta data, se mensurar a exposição, para a devida provisão dos valores envolvidos, por não haver elementos suficientes para tal.

A análise jurídica dos processos está em acordo com as premissas do pronunciamento contábil CPC nº 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.

A movimentação da provisão no exercício de 2009, está demonstrada a seguir:

Descrição	Valor	Em R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2009	146.316.395,78	
Constituição de Provisão	258.901.819,85	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	405.218.215,63	

24.1 Ações Trabalhistas e Cíveis

A empresa é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Instâncias Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com suas operações e serviços, principalmente contratos com fornecedores, dentre outros. De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais.

No que tange aos valores, sobressaem as demandas que contestam questões trabalhistas envolvendo indenizações, principalmente em decorrência de alterações nos planos de cargos e salários.

24.2 Ações Fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais.

O SERPRO, em maio de 2010, foi autuado pela Receita Federal do Brasil através dos Autos de Infração lavrados em decorrência de contribuições não declaradas em GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativamente a: auxílio a filhos deficientes, curso de graduação e pós-graduação, seguro de vida em grupo, apresentar a GFIP com omissões, conforme Autos de Infrações n°s: 37.283.642-9, 37.283.643-7, 37.283.644-5 e 37.283.646-1, totalizando R\$ 1.008.778,09.

Além dos Autos de Infrações supracitados, destaca-se o de n° 37.283.645-3, correspondente a não entrega de informações no formato do Manual Normativo de Arquivos digitais – MANAD, aprovado pela Portaria MPS/SRP n° 58, de 28/01/2005, que contém informações contábeis e de folha de pagamento em meio digital. Tal fato deu origem a multa de R\$ 6.166.378,09.

Por entender que houve o cumprimento à Instrução Normativa RFB 787/2007, o SERPRO interpôs recurso administrativo junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, estando os referidos valores depositados judicialmente.

NOTA 25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital Social

Conforme o Decreto n° 6.791, de 10 de março de 2009, que aprovou o Estatuto do SERPRO, em seu artigo 4º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 613.618.808,15, exclusivamente integralizado pela União.

Por meio da Medida Provisória n° 515, publicada em 28 de dezembro de 2010, o SERPRO efetuou o registro contábil de aumento do Capital Social no valor de R\$ 250.000.000,00, pendente de integralização.

O capital social está assim constituído:

Descrição	Em R\$	
	2010	2009
Capital Social Subscrito	867.354.829,23	617.354.829,23
(-) Capital a Realizar	250.000.000,00	-
TOTAL	617.354.829,23	617.354.829,23

25.2 Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Esta reserva está constituída em decorrência da reavaliação integral dos imóveis em 2005 com base em laudo de avaliação. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo é de R\$ 118.604.297,62 (R\$ 121.750.424,72 em 2009), e se encontra deduzido dos seus tributos correspondentes.

A reserva de reavaliação é realizada pela depreciação ou baixa dos bens reavaliados. O saldo da reavaliação será mantido até a sua total realização, conforme preconiza a Lei n° 11.638/2007. Em função dos imóveis possuírem vida útil empresarial indeterminada, a partir de dezembro de 2010, não há mais realização da reserva, a não ser pela baixa do bem reavaliado ou pela perda do valor recuperável do ativo.

25.3 Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da Empresa, com o objetivo de garantir a segurança adicional e sua saúde financeira.

Em 2010 não houve constituição de reservas, devido ao resultado negativo do exercício. As reservas de lucros estão assim discriminadas:

Em R\$

Descrição	2010	2009
Reserva Legal	35.504.783,20	35.504.783,20
Reserva Estatutária	30.338.291,91	30.338.291,91
Reserva de Retenção de Lucro	47.267.306,39	218.789.000,21
Total de Reservas de Lucros	113.110.381,50	284.632.075,32

Em 31 de dezembro de 2010, a empresa utilizou parte da Reserva de Retenção de Lucros para absorver o prejuízo contábil do exercício, em atendimento aos preceitos do artigo 189, Parágrafo Único da Lei nº 6.404/1976.

25.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Encontra-se registrado no PL o valor de R\$ 1.377.974,65 (R\$ 1.284.514,74 em 2009), a título de Ajuste de Avaliação Patrimonial, referente a ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda (NOTA 5), apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como Outros Resultados Abrangentes.

Este procedimento está em acordo com o Art. 183 da Lei 6.404/76 e o o valor justo é obtido em um mercado ativo e registrado pela competência.

NOTA 26 – PREJUÍZO ACUMULADO

Com base nas disposições estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:

Em R\$

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(174.680.831,68)
(+) LUCROS ACUMULADOS 2010	3.159.137,86
= PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DA COMPENSAÇÃO DAS RESERVAS	(171.521.693,82)
(+) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	171.521.693,82
= RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS COMPENSAÇÃO DE RESERVAS	0,00

NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras abrangem, principalmente, os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras, receita de dividendos e variações a valor justo de ativos financeiros e créditos tributários.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros incidentes sobre os dividendos a pagar e os encargos financeiros das obrigações junto ao Fundo Multipatrocinado – SERPROS.

Em R\$

Descrição	2010	2009
Despesas Financeiras	(37.798.042,07)	(28.072.782,15)
Receitas Financeiras	11.578.091,16	30.505.704,33
Juros sobre o Capital Próprio	-	(10.905.128,19)
Resultado Financeiro	(26.219.950,91)	(8.472.206,01)

NOTA 28 – SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Conforme a natureza da sua atividade e consideradas as características de seus riscos, a Empresa contrata seguros com cobertura para riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos.

NOTA 29 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

Em R\$

Descrição	2010	2009
Realização do Ativo Fiscal Diferido	(47.524.423,50)	(16.655.962,37)
Constituição de AFD sobre Operações do Período	125.907.528,49	-
Constituição de AFD sobre Adições de Exercícios Anteriores	27.816.421,67	-
Constituição de AFD sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	31.097.847,40	-
Total	137.297.374,06	(16.655.962,37)

O valor de R\$ 47.524.423,50, refere-se a IRPJ/CSLL incidentes sobre provisões constituídas em períodos anteriores e que foram realizadas ou revertidas em 2010. O valor de R\$ 184.821.797,56 refere-se a IRPJ/CSLL sobre provisões constituídas em 2010, em períodos anteriores ao exercício atual, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL.

NOTA 30 – PARTES RELACIONADAS

30.1 Remuneração de Empregados e Dirigentes

De acordo com a política salarial praticada pelo SERPRO, a menor e a maior remuneração pagas a empregados em 2010, incluindo adicional de transferência, foram, respectivamente, de R\$ 712,72 e R\$ 21.107,69. A maior remuneração paga a dirigente foi de R\$ 25.677,00.

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus dirigentes. Os benefícios pós emprego estão restritos aos empregados do quadro do SERPRO.

NOTA 31 – CONTINGÊNCIA ATIVA

Na data de encerramento do exercício, os processos que representavam uma contingência ativa, não reconhecida contabilmente e controlada escrituralmente em conta de compensação, são os seguintes: R\$ 3.026.052,56, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também R\$ 215.487,23, referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000074/2001-11, que trata de pagamento indevido realizado no processo de Programa de Desligamento Voluntário. Os procedimentos que foram adotados estão definidos na IN/STN nº 08 de 21/12/90, que estabelece normas sobre o processo de tomada de contas dos gestores dos recursos públicos.

NOTA 32 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Empresa apresenta a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC pelo método direto, elaborada de acordo com a norma CPC nº 03, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009					Em R\$
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2010	%	2009	%	EVOLUÇÃO
1 - RECEITAS					
1.1 - Vendas de Serviços	1.567.845.950,03	133,67	1.648.547.209,79	111,91	(4,90)
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	538.664,51	0,05	15.688.657,48	1,07	(96,57)
	1.568.384.614,54	133,72	1.664.235.867,27	112,98	(5,76)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(296.462.801,10)	(25,28)	(119.566.398,19)	(8,12)	147,95
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.271.921.813,44	108,44	1.544.669.469,08	104,87	(17,66)
4 - RETENÇÕES					
4.1 - Depreciações e Amortizações	(110.563.184,44)	(9,43)	(102.123.566,70)	(6,93)	8,26
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	1.161.358.629,00	99,01	1.442.545.902,38	97,94	(19,49)
6 - RECEBIDO DE TERCEIROS					
6.1 - Receitas Financeiras	11.578.091,16	0,99	30.505.704,33	2,06	(62,05)
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	1.172.936.720,16	100,00	1.473.051.606,71	100,00	(20,37)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2010	%	2009	%	EVOLUÇÃO
7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	1.037.149.479,43	88,42	987.532.797,15	67,04	5,02
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	268.761.593,20	22,91	411.199.635,17	27,91	(34,64)
7.3 - Capitais de Terceiros	41.706.479,21	3,55	31.129.127,23	2,12	33,98
Locações de Imóveis	3.908.437,14	3,22	3.056.345,08	0,21	1136,71
Despesas Financeiras	37.798.042,07	0,33	28.072.782,15	1,91	(86,08)
7.4 - Capital Próprio	(174.680.831,68)	(14,88)	43.190.047,16	2,93	(504,45)
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	0,00	0,00	10.905.128,19	0,74	(100,00)
Lucros/Prejuízos Retidos	(174.680.831,68)	(14,88)	32.284.918,97	2,19	(641,06)
T O T A L	1.172.936.720,16	100,00	1.473.051.606,71	100,00	(20,37)

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA registra a riqueza criada pela entidade para a sociedade e sua forma de distribuição entre os diversos beneficiários (acionistas, empregados, governo, sociedade etc). No exercício social de 2010 apurou-se o valor de R\$ 1,173 bilhão, 20% inferior ao exercício social de 2009. Encontra-se distribuído da seguinte forma: 88,42% para os Empregados; 22,91% para o Governo; 3,55% para Terceiros e a empresa reduziu sua riqueza em 14,88%, parcela que se refere ao prejuízo obtido no período.

2 - Composição Acionária.

O Capital Social do SERPRO é integralmente subscrito pela União
Conforme preconiza a Decisão Normativa TCU nº 100 de 07 de dezembro de 2009, no seu Anexo II e Portaria TCU nº 389 de 21 de dezembro de 2009, segue abaixo a composição do Capital Social do SERPRO dos últimos três exercícios.

2008	2009	2010
R\$ 617.264.461,92	R\$ 617.354.829,23	R\$617.354.829,23

3 - Posição da Unidade como investidora – Não se aplica.

4 - Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

UHY Moreira - Auditores

À
DD. DIRETORIA DO
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO
BRASÍLIA – DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

UHY Moreira - Auditores

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de março de 2011.



UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S DF
HERALDO S.S. DE BARCELOS
Contador CRC RS 11609 S DF
Responsável técnico



ELIANE TÂNIA RESMINI
Contadora CRC RS 59765 S DF
Auditora

PARTE C - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE

1. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

1.1- Remuneração Mensal do Conselho Diretor – 01.01.2010 a 31.12.2010

Valor Bruto mensal													
Nomes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Valor R\$
Marcos Vinicius Ferreira Mazoni	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.806,52	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	2.445,83	28.989,27
Marlene Ferrari Lucas Alves Filha	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	3.167,21	2.445,83	2.445,83	28.989,27
Laerte Dorneles Meliga	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	3.167,21	2.445,83	2.445,83	28.989,27
Francisco Mendes de Barros	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	3.167,21	2.445,83	2.445,83	28.989,27
Bruno Cesar Grossi de Souza	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	3.167,21	2.445,83	2.445,83	28.989,27
Raimundo José Rodrigues da Silva	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	3.167,21	2.445,83	2.445,83	28.989,27
Total Geral													173.935,62

1.2 - Remuneração Mensal do Conselho Fiscal 01.01.2010 a 31.12.2010

Natureza do Cargo: Titulares															
Nomes	Período		Valor Bruto mensal												
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Valor R\$
Ernesto Carneiro Preciado	-	-	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	3.167,21	2.445,83	2.445,83	28.989,27
Julieta Aida Garcia Verleun	-	-	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	3.167,21	2.445,83	2.445,83	28.989,27
Julio Alexandro M. da Silva	1/1/10	3/5/10	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	232,56	-	-	-	-	132,25	-	-	9.667,21
André de SosaVerri	3/5/10	31/12/10	-	-	-	-	2.093,04	2.325,60	2.325,60	2.325,60	2.325,60	3.034,95	2.445,83	2.445,83	19.322,05
Total Geral															86.967,80

1.3 -Remuneração Conselho: Exercício 2008 a 2010

Órgão Conselho Fiscal			
	2008	2009	2010
Número de Membros	6	6	6
I – Remuneração Fixa			
Salário ou Pro labore	69.683,10	82.891,20	86.967,80
III – Total da Remuneração	69.683,10	82.891,20	86.967,80

Órgão Conselho Diretor			
	2008	2009	2010
Número de Membros	7	7	7
I – Remuneração Fixa:			
Salário ou Pro labore	139.366,19	161.673,84	173.935,62
III – Total da Remuneração	139.366,19	161.673,84	173.935,62

1.4 - Remuneração Diretoria Exercício 2008 a 2010

Remuneração Diretoria 2008, 2009, 2010		Valores em R\$ 1,00		
Identificação do Órgão				
Órgão: Diretoria				
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO			
	2008	2009	2010	
Número de membros:	6	7	7	
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.445.119,80	2.106.947,38	2.241.593,73	
a) salário ou pró-labore	1.410.307,80	2.059.329,76	2.193.198,11	
b) benefícios diretos e indiretos	34.812,00	47.617,62	48.395,62	
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-	
d) outros	-	-	-	
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-	
a) bonus	-	-	-	
b) participação nos resultados	-	-	-	
c) remuneração por participação em reuniões	-	-	-	
d) comissões	-	-	-	
e) outros	-	-	-	
III – Total da Remuneração (I + II)	1.445.119,80	2.106.947,38	2.241.593,73	
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-	
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-	

2 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

a) Identificação da Entidade (Nome/Razão Social e CNPJ)

SERPROS Fundo Multipatrocinado - CNPJ = 297.389.520/0001-99

b) Demonstrativo anual

- **Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:**

PLANO	VALOR
SERPRO PSI	164.151.603,11
SERPRO PSII	400.605.715,22
TOTAL	564.757.318,33

Obs.: Os valores foram utilizados como base de cálculo dos desembolsos do PS I e PS II (Fonte: Recol/SRH)

● **Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:**

PLANO	BASE	VALOR
SERPRO PSI	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALARIO	11.822.976,82
	CONTRIBUIÇÃO SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA	919.598,41
	TOTAL	12.742.575,23
SERPRO PSII	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALARIO	33.929.960,54
	CONTRIBUIÇÃO SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA	2.895.707,84
	TOTAL	36.825.668,38
TOTAL		49.568.243,61

● **Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:**

PLANO	BASE	VALOR
SERPRO PSI	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALARIO	11.778.988,49
	CONTRIBUIÇÃO SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA	919.598,41
	PARIDADE CONTRIBUTIVA DOS ASSISTIDOS (*)	6.489.479,37
	TOTAL	19.188.066,27
SERPRO PSII	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALARIO	33.515.733,61
	CONTRIBUIÇÃO SOBRE GRATIFICAÇÃO NATALINA	2.865.953,66
	SUB-TOTAL	36.381.687,27
	DEDUÇÕES DA PATROCINADORA	1.292.826,88
TOTAL		35.088.860,39

(*) Paridade Contributiva dos Assistidos - parte da Patrocinadora referente a contribuição dos assistidos relativos a folha de pagamento do Plano PS I.

● **Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:**

TOTAL	BASE	VALOR
LEI Nº 8.020/90	AMORTIZAÇÃO DE DIFERENÇAS	5.208.652,25
DOTÉ INICIAL	AMORTIZAÇÃO DO DOTÉ INICIAL	11.382.430,40
MIGRAÇÃO DO PSI PARA PS II	AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	21.326.625,04
MIGRAÇÃO DO PSI PARA PS II	INTEGRALIZAÇÃO	2.126.228,90
ALUGUÉIS	ALUGUEL DA REGIONAL BELÉM	467.872,41
CONSIGNAÇÕES	EMPRESTIMO EMPREGADOS	10.867.577,00
TOTAL		51.379.386,00

● **Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:**

Os repasses extraordinários decorrem das seguintes operações:

- Lei nº 8.020/90 - amortização em 20 anos das diferenças verificadas na contribuição do patrocinador devidas ao enquadramento na citada lei, restando 77 parcelas vincendas a partir de jan/11;
- Dote Inicial – amortização em 20 anos do saldo apurado do dote inicial cujo pagamento havia sido indevidamente sustado em 1980, restando 77 parcelas vincendas a partir de jan/11;
- Migração do PS I para o PS II - amortização extraordinária – amortização em 30 anos do aporte decorrente de incentivo aos participantes para migração do Plano SERPRO I para o Plano SERPRO II, restando 252 parcelas vincendas a partir de jan/11;
- Migração do PS I para o PS II - amortização extraordinária - integralização – valor correspondente às parcelas mensais vincendas do incentivo aos participantes para migração do Plano SERPRO I para o Plano SERPRO II - para os casos de participantes que se aposentaram, faleceram ou saíram do Plano, em conformidade com o estabelecido no contrato de amortização vigente;
- Aluguéis – valor do aluguel mensal do edifício sede da Regional Belém.
- Consignações – valores referentes a empréstimos realizados por participantes do SERPROS, com

desconto em folha, e repassados pelo SERPRO mensalmente;

As informações a seguir: manifestação da secretaria de previdência complementar, valor por tipo de aplicação, política de investimentos, parecer da auditoria independente, e conclusões do último estudo atuarial têm como fonte o SERPROS, através do Ofício OF DP 023/2011 de 11.02.2011

- **Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar**

A Previdência Complementar não mais se manifesta formalmente sobre o balanço das entidades.

- **Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal**

Programa de Investimentos	R\$ Mil	%	CMN n° 3.792
Renda Fixa	2.471.213	84,3%	100%
Carteira Própria	2.404.286	82,0%	-
Carteira Terceirizada	66.927	2,3%	-
Renda Variável	354.271	12,1%	70%
Carteira de Médio Prazo	241.470	8,2%	-
Carteira de Curto Prazo	14.167	0,5%	-
Carteira Terceirizada	96.716	3,3%	-
Outros (1)	1.918	0,1%	-
Estruturados	24.000	0,8%	20%
Fundos de Participações	24.000	0,8%	20%
Emprést./Financ. Imobiliários	42.095	1,4%	15%
Empréstimos	41.348	1,4%	15%
Financiamentos Imobiliários	747	0,0%	10%
Imóveis	43.967	1,5%	8%
Imóveis em carteira	43.967	1,5%	-
Disponível	242	0,0%	
Exigível Cont. Investimentos (2)	(3.502)		
Recursos Garantidores	2.932.287	100,0%	
Outros Valores	172.110		
Valores a Receber/Pagar	164.981		
Previdencial (3)	123.186		
Administrativo (PGA)	2.372		
Outros Realizáveis (4)	39.423		
Permanente	7.129		
Patrimônio Total	3.104.396		

(1) Outros = Dividendos a receber + Mercado a Vista + Juros sobre Capital Próprio
(2) Disponível + Exigível Contingencial de Investimentos
(3) Previdencial = Contribuições do mês + Contribuições contratadas + Outras Contratações
(4) Outros Realizáveis – Obrigações OFNDS

● **Alocação x Política de Investimento**

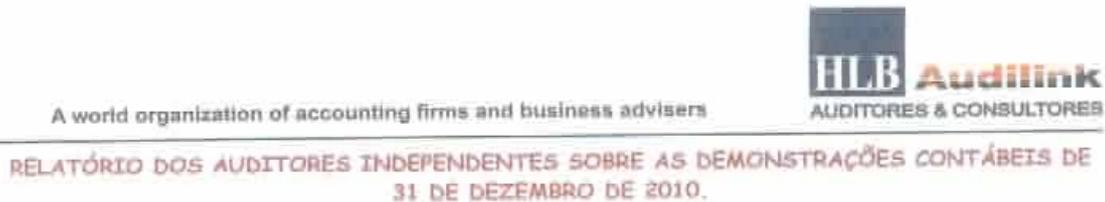
Direcionamento aprovado pelo CDE - Política de Investimentos 2010

Segmentos	PSI				PSII BD				PSII CD				Consolidado	
	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	LI	LS	Alocação Objetivo	Atual	Atual	Limite Legal
Renda Fixa	60,5%	100,0%	85,85%	86,8%	70,5%	100,0%	95,49%	95,3%	45,5%	100,0%	70,99%	74,6%	84,3%	100,0%
Renda Variável	0,0%	20,0%	8,30%	8,8%	0,0%	10,0%	2,35%	2,3%	10,0%	35,0%	23,18%	21,7%	12,1%	70,0%
Imóveis	0,0%	4,5%	2,87%	2,2%	0,0%	4,5%	1,06%	0,7%	0,0%	4,5%	1,32%	1,2%	1,5%	8,0%
Empr/Financ	0,0%	15,0%	2,98%	1,7%	0,0%	15,0%	1,10%	0,1%	0,0%	15,0%	4,51%	1,9%	1,4%	15,0%
Investimentos Estruturados	0,0%	20,0%	0,00%	0,6%	0,0%	20,0%	0,00%	1,7%	0,0%	20,0%	0,00%	0,7%	0,8%	20,0%
Investimentos no Exterior (*)	0,0%	10,0%	0,00%	0,0%	0,0%	10,0%	0,00%	0,0%	0,0%	10,0%	0,00%	0,0%	0,0%	10,0%

● **Política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar evidenciando o retorno das aplicações resolução 3506/2007 incv art.22 do CMN.**

Não se aplica ao Serpros, a legislação em questão dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

- Parecer da auditoria independente



Rio de Janeiro, 22 de março de 2011.

AOS ADMINISTRADORES E PARTICIPANTES DO
SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da entidade SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis consolidadas

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

61

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481 Fortaleza - (85) 3264.0159 Recife - (81) 3465.0036 Porto Alegre - (51) 3342.5858
Curitiba - (41) 3322.8284 Salvador - (71) 3351.6060 São Paulo - (11) 3819.2207 Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br



A world organization of accounting firms and business advisers

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da entidade SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Ênfases

a) Conforme mencionado na nota explicativa 4.2.3.2, item II - Gestão Terceirizada - Fundo de Investimentos em Participações (FIP), a participação da entidade excedeu ao limite de 25% sobre o patrimônio líquido do fundo investido, em desacordo com a letra "b", inciso IV e parágrafo 5º do artigo 42, da Resolução CMN 3.792/2009.

b) Na avaliação atuarial o déficit técnico acumulado observado no exercício de 2010 de R\$ 128.173 mil (R\$ 262.245 mil em 2009), indica que o plano de custeio praticado para o Plano de Benefício do SERPRO (PS-I), mostra-se insuficiente para o restabelecimento necessário do seu equilíbrio. Visando o enquadramento do déficit do referido Plano, a empresa contratada GLOBALPREV Consultores e Associados Ltda., apresentou em 2009, proposta de equalização do déficit do PS-I e aprimoramentos do PS-II, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo do SERPROS. O saldamento proposto possui a finalidade de minimizar os riscos inerentes ao PS-I, implicando na redução do passivo atuarial do plano (benefício a conceder), conforme mencionado na nota explicativa 10. O Plano de Benefícios SERPRO (PS-II), encontra-se em equilíbrio, apresentando um fundo previdencial constituído de R\$ 89.701 mil (R\$ 122.643 mil em 2009). O Plano Administrativo apresenta um fundo constituído de R\$ 122.932 mil (R\$ 111.910 mil em 2009).

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC.


HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
RICARDO AMADO TOSTES
CRC/RS-003688/O-2 F-RJ
CONTADOR CRC/RJ-062701/O-9

Conhecimento que Gera Valor

62

Brasília - (61) 3321.5481 Fortaleza - (85) 3264.0159 Recife - (81) 3465.0036 Porto Alegre - (51) 3342.5858
Curitiba - (41) 3322.8284 Salvador - (71) 3351.6060 São Paulo - (11) 3819.2207 Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao inciso II, do artigo 21, do Estatuto do SERPROS – Fundo Multipatrocinado e com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2010, consubstanciada pelo Parecer do Atuário, bem como o Parecer do Auditor Independente, o Conselho Fiscal manifesta-se por seus membros abaixo assinados, pela **APROVAÇÃO SEM RESSALVA** às referidas Demonstrações.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2011

Hilary de Nazaré Moreira dos Santos
Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Fernando Kapp
Conselheiro

Gilberto Cesar Barbosa de Oliveira
Conselheiro

Ana Maria Mallmann Costi
Conselheira

- Conclusão do último estudo atuarial



PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO

Consignadas no Balanço da entidade em 31/12/2010, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO (PS-I) foram avaliadas segundo o regime de capitalização e de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio em vigor, estando distribuídas da forma a seguir:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	PLANO SERPRO
Benefícios Concedidos	R\$ 700.655.532,64
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$ 700.655.532,64
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 542.922.193,40
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	R\$ 157.733.339,24
Benefícios a Conceder	R\$ 756.244.213,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	R\$ 712.030.136,16
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$ 996.267.493,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(R\$ 142.118.678,42)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 142.118.678,42)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	R\$ 44.214.076,84
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	R\$ 61.813.612,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(R\$ 8.799.767,58)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(R\$ 8.799.767,58)

O Balanço Patrimonial revela que a parcela do patrimônio atribuída aos participantes do plano monta em R\$1.328.726.337,59. É, portanto, inferior às Provisões Matemáticas avaliadas em R\$1.456.899.745,64, conduzindo ao déficit técnico de R\$128.173.408,05.

Contribuíram para a redução do déficit observado no ano anterior a performance financeira, o reconhecimento como ativo garantidor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento e a alteração das premissas de inflação e crescimento salarial.

Não há carregamento administrativo incidindo sobre as contribuições. Ressaltamos que procedemos à avaliação atuarial adotando a fonte e o critério de custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, a utilização do Fundo Administrativo e a taxa de administração de até 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Mediante avaliação atuarial específica do Fundo Administrativo indicamos a viabilidade a longo prazo da adoção da Fonte de Custeio aprovada.

A rentabilidade das cotas do plano no exercício foi de 21,47%, superior, portanto, à exigência atuarial de 12,45%, esta última composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 6% a.a..

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou, no exercício de 2010, aumento 18,99%, e a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder reduziu -4,17%,



variações estas resultantes da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros observados no período de análise.

Admitimos o cadastro utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano pautou-se no método agregado, buscando relacionar os compromissos e as obrigações na data de avaliação. O comportamento das taxas contributivas dependerá da confirmação das premissas formuladas para o futuro.

As premissas utilizadas na avaliação foram discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº 18/2006:

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, a premissa concernente ao fator de capacidade foi redimensionada, passando-se a adotar 4,5%a.a. como perspectiva de inflação.

A premissa de crescimento real dos salários, que representa a taxa real com que os salários crescerão, em média, anualmente, durante a fase de acumulação dos recursos no Plano, sofreu alteração, passando de 3,6% a.a. para 3,0% a.a. conforme informação da Patrocinadora.

O fator previdenciário tem na sua formulação, a expectativa de vida divulgada pelo IBGE (unisex), e esta é divulgada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – FIBGE, no final de cada ano, sendo, deste modo, alterada da atual experiência 2008 para a experiência 2009 (unisex).

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alterações.

Considerando o déficit observado no exercício de 2010, o plano de custeio praticado mostra-se insuficiente para o restabelecimento do necessário equilíbrio do Plano.

Nestes termos, mantendo-se a mesma linha da proposta de equilíbrio aprovada em 2003 pelo Conselho Deliberativo do Serpros e pela Patrocinadora Serpro, e implementada parcialmente em 01/10/2008 com o aumento de 35% do plano de custeio, sua revisão ainda indica a necessidade de ajuste das contribuições de participantes ativos, assistidos e patrocinadores em 28,55%.

Embora haja o monitoramento constante do Plano SERPRO, há de se considerar que existem riscos inerentes a este plano, posto que é de benefício definido, dependente do nível salarial dos participantes ativos e do valor do benefício do INSS.



De modo a minimizar os riscos inerentes a um Plano estruturado na modalidade de Benefício Definido, foi enviado à patrocinadora proposta de alterações estruturais no PSI, contemplando principalmente o saldamento do plano de benefícios, abrangendo universal e exclusivamente os participantes ativos e os assistidos em suplementação de auxílio-doença. Tais alterações implicam em considerável redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, o que estimamos ser suficiente para a extinção do atual déficit técnico.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2011.

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042



PARECER – PLANO DE BENEFÍCIOS SERPRO-II

Consignadas no Balanço da entidade em 31/12/2010, as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios SERPRO-II (PS-II) foram avaliadas segundo o regime de capitalização e de acordo com as informações relativas a essa data, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano em vigor, estando distribuídas da forma a seguir:

PROVISÕES MATEMÁTICAS	PLANO SERPRO-II
Benefícios Concedidos	R\$ 153.000.869,53
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$ 153.000.869,53
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	R\$ 153.000.869,53
Benefícios a Conceder	R\$ 1.280.335.250,08
Contribuição Definida	R\$ 1.115.479.571,89
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$ 171.971.425,73
Saldo de Contas – Parcela Participantes	R\$ 943.508.146,16
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	R\$ 164.855.678,19
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	R\$ 349.813.798,07
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(R\$ 92.479.059,94)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(R\$ 92.479.059,94)

Os Fundos constituídos para dar maior garantia ao Plano foram reavaliados em R\$89.701.033,95, estando assim discriminados:

Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos	:	R\$ 7.090.175,94
Fundo de Cobertura da Anti-Seleção de Riscos – Longevidade	:	R\$ 78.049.000,94
Fundo de Compensação de Cotas Excedentes	:	R\$ 4.561.857,07

De acordo com determinação da fiscalização da PREVIC, o saldo existente no Fundo de Oscilação de Risco deveria ser revertido para a conta de Superávit do Plano PSII. Sendo assim, a partir do mês de dezembro de 2010 passamos a apurar resultado para este Plano de Benefícios, estando este sujeito, portanto, às determinações constantes na Resolução CGPC nº 26/2008.

Desta forma, nas demonstrações contábeis de dezembro de 2010, na apuração dos resultados consideramos também a reversão do Fundo de Oscilação de Riscos. Com isso, o Plano apresentou um superávit técnico no valor de R\$118.636.369,50, sendo R\$79.464.136,93 alocados na Reserva de Contingência e R\$39.172.232,57 na Reserva Especial para Revisão de Plano.

A rentabilidade no exercício de 2010, medida pelo sistema de cotas da entidade, foi de 15,13% relativamente à parcela atribuível aos benefícios de risco e 13,98% no que se refere aos saldos de conta de participantes, superior, em ambos os casos, à meta atuarial mínima de 12,45%, composta pela variação do INPC no período, defasado de um mês, e juros de 6% a.a.



A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos apresentou, no exercício de 2010, acréscimo de 74,31% como resultante, em sua maior parte, da concessão de novos benefícios. No que concerne à Provisão de Benefícios a Conceder observa-se um aumento de 3,55% resultante da conjugação de aspectos biométricos, demográficos e econômico-financeiros observados no período.

Registramos que a metodologia de avaliação dos benefícios de risco pautou-se no método agregado, buscando a relação entre os compromissos e as obrigações, na data de avaliação.

As premissas utilizadas na avaliação foram discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em conformidade ao disposto no §2º do art. 18 da LC Nº109/2001 e Resolução CGPC Nº 18/2006:

Visando melhor espelhar a perspectiva dos fluxos de encargos e receitas futuras do plano, a premissa concernente ao fator de capacidade foi redimensionada, passando-se a adotar 4,5%a.a. como perspectiva de inflação.

A premissa de crescimento real dos salários, que representa a taxa real com que os salários crescerão, em média, anualmente, durante a fase de acumulação dos recursos no Plano, sofreu alteração, passando de 3,6% a.a. para 3,0% a.a..

As demais premissas que influenciam este plano não sofreram alterações.

Não há carregamento administrativo incidindo sobre as contribuições. Ressaltamos que procedemos à avaliação atuarial adotando a fonte e o critério de custeio administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme previsão do art. 4º do Plano de Gestão Administrativa, ou seja, a utilização do Fundo Administrativo e a taxa de administração de até 1% sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Mediante avaliação atuarial específica do Fundo Administrativo indicamos a viabilidade a longo prazo da adoção da Fonte de Custeio aprovada.

O comportamento das taxas contributivas permanecerá estável, desde que confirmadas e mantidas as premissas formuladas para o futuro.

O custo do plano de benefícios, no que se refere à contribuição definida, não deverá variar por causas exógenas, mas tão somente em função da contribuição suplementar facultativa escolhida pelo participante, observados os limites estabelecidos no regulamento do plano.

Admitimos o cadastro utilizado na avaliação, posto que a análise e a crítica realizadas pela entidade demonstraram consistência.

Ante o exposto, verifica-se que o Plano de Benefícios SERPRO-II está superavitário e de acordo com a Resolução CGPC nº 26 de 2008, deverá obrigatoriamente ser revisto após o decurso de três anos a partir da constituição da Reserva Especial para Revisão de Plano.



Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2011.

Tatiana Cardoso Guimarães da Silva
ATUÁRIA – MIBA Nº 1042

c) Informações sobre Ações de Fiscalização

Durante o exercício de 2010, foram realizados 3 (três) trabalhos de auditoria no SERPROS Fundo Multipatrocinado:

GF-ES/0001/2010 - Período de Auditoragem: 12/04/2010 a 30/06/2010

GF-ES/0002/2010 - Período de Auditoragem: 04/10/2010 a 30/11/2010

TI-ES/0001/2010 - Período de Auditoragem: 01/04/2010 a 11/06/2010

As auditorias foram realizadas fim de verificar o cumprimento das normas, regulamentos e legislação específica, por parte de seus gestores, relacionados aos Programas: Administrativo; Previdenciário; e de Investimentos, como também, os processos de Tecnologia da Informação, abrangendo os controles e ambientes relativos à gestão da segurança da informação.

Em decorrência dos trabalhos executados, no decorrer do exercício, foi possível concluir que a Diretoria Executiva do Fundo vem atuando no sentido de minimizar os riscos inerentes a sua atividade e garantir a rentabilidade e segurança para os recursos aplicados.

Entretanto, convém destacar, que permanece pendente o processo de saldamento e equacionamento do déficit do PSI, o qual requer especial atenção por parte dos gestores responsáveis pelo Fundo e Patrocinadora.

No que tange aos aspectos administrativos e previdenciais, verificamos que os controles internos do Fundo, apesar de necessitarem de ajustes e melhorias, encontram-se dentro de um padrão aceitável de efetividade e em conformidade com os normativos em vigor.

Desta forma, concluímos que os atos de gestão praticados pela diretoria do Fundo, avaliados por esta Auditoria, estão em consonância com as normas, regulamentos e legislações aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Marcos Vinicius Ferreira Mazoni
Diretor-Presidente